



A DOR E A DELÍCIA DAS TRANSMASCULINIDADES NO BRASIL: DAS INVISIBILIDADES ÀS DEMANDAS

© **Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos.**

Tel. (+1)202-770-9946
1620 I (Eye) St. NW, Suite 925 - Washington, DC 20006
www.raceandequality.org
info@raceandequality.org

Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos

Carlos Quesada
Diretor-Executivo

Zuleika Rivera
Oficial do programa LGBTI

Isaac Porto
Assessor LGBTI para o Brasil

Revista Estudos Transviades

Kaio de Souza Lemos
Coordenador da Revista Estudos Transviades, coordenador nacional do Instituto Brasileiro Transmasculinidades (IBRAT) e responsável pela elaboração do presente informe.

Bruno Pfeil
Coordenador da Revista Estudos Transviades

Bernardo Mota Lopes, Enzo Gael Loureiro Gomes, José Rogers Winchester de Sabóia e Leonardo Luiz d Cruz Lima
Membros/colaboradores da Revista, que também contribuíram para a elaboração deste informe.

Dados para publicação

Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; Revista Estudos Transviades. A dor e a delícia das transmasculinidades no Brasil: das invisibilidades às demandas. Orgs.: Bruno Pfeil e Kaio Lemos. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2021.

1. Interseccionalidade. 2. LGBTI. 3. Racismo. 4. LGBTIfobia.

A reprodução do texto desta edição é autorizada para fins educacionais e não comerciais, com a condição de que o Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (Raça e Igualdade) e a Revista Estudos Transviades sejam reconhecidos como seus autores.

A produção deste relatório foi possível graças ao Global Equality Fund, uma parceria público-privada administrada pelo Departamento de Estado dos EUA com financiamento de vários países e várias empresas do setor privado e ONGs que apoiam programas inovadores da sociedade civil que promovem e protegem os direitos das pessoas LGBTI em todo o mundo.



A DOR E A DELÍCIA DAS TRANSMASCULINIDADES NO BRASIL: DAS INVISIBILIDADES ÀS DEMANDAS

Sumário

Capítulo 1

Introdução / 8

Capítulo 2

"E no meio de tanta gente encontramos elus/eles" / 13

Capítulo 3

A busca do pertencimento das transmasculinidades / 16

Capítulo 4

Artigo - Transmasculinidades no Brasil: memórias de um movimento da invisibilidade à luta / 19

4.1 - Associação Brasileira de Homens Trans (ABHT) / 23

4.2 - Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) / 29

4.3 - I Encontro Nacional de Homens Trans (I ENAHT) / 32

4.4 - Outros coletivos e atuações ativistas de homens trans e transmasculinos / 33

Capítulo 5

Aspectos socioeconômicos, culturais e familiares / 36

Capítulo 6

Direito à educação e transmasculinidades: processos de exclusão / 43

Capítulo 7

Brutalidade e racismo nas forças de segurança / 49

Capítulo 8

Direito à saúde: uma luta pela vida e pela despatologização / 58

Capítulo 9

Alguns impactos da COVID-19 sobre a população transmasculina vivendo no Brasil / 75

Conclusão e recomendações / 78

Agradecimentos – Revista Estudos Transviades

Agradecemos primeiramente a todos e todes homens trans, transmasculinos e transmasculines que participaram do mapeamento e dessa construção histórica. Apresentamos os resultados deste projeto através das nossas pautas e demandas que tanto temos investido no decorrer das lutas. Que nossas vozes possam ser ouvidas!

Agradecemos ao Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos por essa parceria tão forte, potente e por essa relação que se inicia aqui e que se tornará grande e larga durante toda a nossa caminhada em busca de política e pertencimento no Brasil.

Agradecemos à Revista Estudos Transviades primeiramente por EXISTIR! Sabemos da grande importância de espaços que nos contemplem e que nos façam sentir exatamente quem somos, pessoas transmasculinas. Reconhecemos a importância de uma revista composta por muitas e muitos de nós, e principalmente uma revista que permita essa diversidade de práticas e experiências nas artes de viver da população transmasculina.

Agradecimento mais que especial ao querido Miranda Almeida, transmasculine, que produziu a capa principal.

Agradecemos a todas as instituições, coletivos, associações e OSCs que nos apoiaram compartilhando, divulgando e acreditando nesse trabalho tão rico e importante.

Agradecemos a todas as pessoas cisgêneras aliadas das nossas lutas, que nos ajudaram compartilhando, divulgando e apoiando não só este trabalho, bem como nossas pautas e demandas.

Agradecemos a todas as pessoas que compuseram essa equipe: Bernardo Mota, Bruno Pfeil, Enzo Gael Loureiro Gomes, José Rogers Winchester de, Leonardo Luiz e Kaio Lemos. Agradecemos pelo esforço, carinho, dedicação e, principalmente, pelos afetos que tanto trocamos durante esse período difícil de pandemia, para que, juntos e juntas, tenhamos conseguido finalizar este projeto. Gratidão!

Agradecimentos – Raça e Igualdade

O Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos (Raça e Igualdade) quer agradecer a Kaio Lemos e à Revista Estudos Transviades pela realização do presente informe, pelo seu trabalho e pela dedicação para elaborá-lo.

Da mesma forma, Raça e Igualdade também agradece a todas as organizações e ativistas que, de uma forma ou de outra, colaboraram para a produção deste informe, bem como a todas as pessoas que participaram do questionário lançado para possibilitá-lo. Sem dúvida, a participação de todas as pessoas envolvidas foi essencial para esta publicação.

Quero, ainda, agradecer à equipe LGBTI de Raça e Igualdade, em especial a Zuleika Rivera, Oficial do programa LGBTI, e a Isaac Porto, assessor do programa LGBTI no Brasil, pelos aportes e revisão necessários para a elaboração do informe.

São diversas as vozes de homens trans e transmasculines no Brasil que denunciam invisibilizações e apagamentos políticos da situação de direitos humanos dessa população no país. Por isso, esta publicação foi motivada pelo ímpeto de apoiar essas vozes e de amplificar o debate sobre as lutas de homens trans e transmasculines.

Nesse sentido, de parte de Raça e Igualdade, espero que este informe contribua para o fortalecimento do movimento de homens trans e transmasculinos em todo o Brasil. Tenham a certeza de que podem contar conosco!

Carlos Quesada

Diretor Executivo de Raça e Igualdade

Lista de instituições, associações, coletivos e OSCs parceiras:

ABEH – Associação Brasileira de Estudos Homocultura

Aliança Nacional LGBTI

Associação LGBT De Pelotas – RS

ATRANSCE – Associação Transmasculina do Ceará

ATREVIDA – Associação de Travestis, Mulheres e Homens Trans de Natal
– Rio Grande do Norte

Coletivo Trans Sol – São Paulo

IBRAT – Instituto Brasileiro Transmasculinidades

IBTE – Instituto Brasileiro Trans de Educação

NUANCES – Grupo pela Livre Expressão Cultural – Porto Alegre – RS

RNHTTP – Rede Nacional de Travestis, Mulheres Trans e Homens Trans vivendo e convivendo com HIV/AIDS

TColettive - Organização de pessoa trans, travestis e cisaliades - DF

SEDHAS – Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social – Núcleo de de Diversidade Sexual – Sobral - CE

CAPÍTULO I

Introdução



1. No ano de 2017, foram contabilizados, no Brasil, casos emblemáticos de assassinatos de pessoas trans. Como trágicos exemplos, temos o caso de Dandara dos Santos, travesti, cearense, brutalmente assassinada¹, e o caso de Thadeu Nascimento, de 24 anos, homem trans negro da periferia de Salvador, Bahia, que trabalhava como vendedor em uma loja de informática, em um shopping na capital baiana. Ele teve sua casa invadida e foi brutalmente assassinado². Some-se a morte de Yuri Gabriel Castro Farias Praciano, homem trans de 20 anos (2019), que teve o corpo arrastado pela Rua Álvares Maciel, no Bairro Pici, em Fortaleza, após ser morto³. Há tantas outras mortes que não cabem neste relatório. O Brasil é conhecido internacionalmente como o país que mais mata pessoas trans, sendo a grande maioria de pessoas trans negras.
2. No ano de 2018, Jair Bolsonaro é eleito como presidente do Brasil. Nesse momento, a população LGBTQIAP+⁴ percebe que serão anos difíceis de perseguições e retrocessos em relação aos direitos básicos que foram construídos e galgados com muita dificuldade. Essa preocupação é reforçada em um momento em que Bolsonaro, em mídia nacional, emite declarações como ser “homofóbico com muito orgulho”⁵, bem como em situações em que, perguntado como reagiria se tivesse

1 ANTRA. Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais. 208. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>

2 G1. Mandante da morte de vendedor transexual é preso na Bahia, diz polícia. 24 de outubro de 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/mandante-da-morte-de-vendedor-transexual-e-preso-na-bahia.ghtml>

3 Diário do Nordeste. Homem trans tem corpo arrastado por rua do Pici após ser amarrado e morto a tiros. 07 de setembro de 2019. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/homem-trans-tem-corpo-arrastado-por-rua-do-pici-apos-ser-amarrado-e-morto-a-tiros-1.2146704>

4 A sigla LGBTQIAP+ Sigla utilizada pela comunidade significando: é a adotada pela Revista Estudos Transviades e será utilizada ao longo de todo o informe, significando: L (lésbica), G (gay), B (bissexual), T (travestis e transexuais), Q (queer), I (intersexo), A (assexuade/a/o), P (pansexual) e o + são as possíveis outras práticas e experiências identitárias e sexuais.

5 Catraca livre. ‘Sou homofóbico, sim, com muito orgulho’, diz Bolsonaro em vídeo. 2019. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/sou-homofobico-sim-com-muito-orgulho-diz-bolsonaro-em-video/>

// Como representante do Ministério de Direitos Humanos, Damares Alves tem reproduzido falas estereotipadas sobre o que se convencionou chamar de “ideologia de gênero”. Note-se que, no discurso “menino veste azul e menina veste rosa”, essa fala vai para além das cores, entrando no âmbito do denominado Escola Sem Partido, movimento político nacional que promove uma perseguição a professores que trabalham com a temática da diversidade, gênero e sexualidades”.

um filho gay, ele respondeu de imediato que “seria incapaz de aceitar tal fato” e que “preferia um filho morto que um filho gay”⁶.

3. Não se trata apenas de discriminações verbais, mas sim de ações que deixaram a comunidade LGBTQIAP+ fora das políticas públicas. Não só o atual presidente tem representado preocupações para tal população, mas também as falas da Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos Damares Alves, com discursos como “menino veste azul e menina veste rosa”. Como representante do Ministério de Direitos Humanos, Damares Alves tem reproduzido falas estereotipadas sobre o que se convencionou chamar de “ideologia de gênero”. Note-se que, no discurso “menino veste azul e menina veste rosa”, essa fala vai para além das cores, entrando no âmbito do denominado Escola Sem Partido⁷, movimento político nacional que promove uma perseguição a professores que trabalham com a temática da diversidade, gênero e sexualidades. Com tudo isso, torna-se perceptível a transfobia fundamentalista dentro do atual governo.
4. Desde pequenos, a pedagogia da sexualidade e das identidades é aplicada nas corporalidades LGBTQIAP+, com o objetivo de controlar os comportamentos e desejos e, assim, posicionar essa população na CIS-heteronorma dominante⁸, como pontuado por Bento:

A infância é o momento em que os enunciados performativos são interiorizados e em que se produz uma estilização dos gêneros: “Homem não chora!”, “Sente-se como uma menina!”, “Isso não é coisa de uma menina!”. Esses enunciados performativos têm a função de criar corpos que reproduzam as performances de gênero hegemônicas. Conforme sugeriu Butler, são evocações ritualizadas da lei heterossexual⁹.

6 Catraca livre. Jair Bolsonaro: como ele reagiria se tivesse um filho gay? 2020. Disponível em: <https://catracalivre.com.br/cidadania/jair-bolsonaro-como-ele-reagiria-se-tivesse-um-filho-gay/>

7 TVT. Damares vai ao Senado e defende escola sem partido e ensino a distância. 2020. Disponível em: <https://www.tvt.org.br/damares-defende-escola-sem-partido-e-ensino-a-distancia/>

8 Chamamos de cis-heteronorma dominante as práticas e experiências de pessoas cisgêneras e heterossexuais posicionada como uma norma centrada

9 BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

5. Convidamos es/as/os leitores/as a imaginar determinado cenário: quando uma pessoa e/ou um casal, ao saber que vai ter um filho/a/o, começa a especular o sexo: "é menino ou menina"? É do senso comum falar que, se a barriga mexe para um lado, é menina; se mexe para o outro, é menino; se a barriga é arredondada, é menina; se é pontuda, é menino. Depois de tanta especulação, surge o segundo passo, que, para a pessoa, casal e a sociedade, é considerado a realidade, que é a ultrassonografia. O desespero é grande. As emoções afloram quando a(o) pediatra diz "é menino!" ou "é menina!". Nesse momento, finalizam-se todas as especulações do imaginário e da fantasia - estamos no mundo dito "real". Começa toda a maratona: ligar para a família, ligar para as/os amigas/os/es, divulgação em redes sociais e começa o enxoval. A primeira tormenta são as cores: ROSA, ROSA, ROSA, PINK, PINK, PINK, VERMELHO, VERMELHO, VERMELHO, quando se nasce e se é compreendido como menino ou menina. AZUL. AZUL. AZUL. Todas as suposições de comportamento daquele ser passam a ser julgadas e determinadas. Aquele corpo é jogado numa rede de significados e o triste de tudo isso é que esse ser não escolheu nada: não teve a oportunidade de dizer o que queria.
6. O maior questionamento é "e quando esse ser escapa da malha e/ou se desvia da rota?" Judith Butler diz que "os corpos escapam"¹⁰. Existem caminhos? Sim, existem "os descaminhos", como aponta Coelho¹¹.
7. Nesse sentido, vivemos em um país onde as diversidades não são reconhecidas, por existir um poder que legitima um padrão normativo dominante patriarcal, o famoso homem viril, fruto do patriarcado, que vive em um armário onde, geograficamente, tem o pênis e o ânus protegendo-o e sinalizando que são "homens". O pênis - evidenciado pela estrutura falocêntrica - centraliza sua potência como genitor. O ânus - evidenciado pelo machismo - a insensibilidade. Essas duas couças têm violentado diariamente.
8. Quando a Ministra Damares Alves apresenta a campanha de "abstinência sexual"¹², objetivando que jovens não contraiam infecções sexualmente transmissíveis, incitou o presidente Bolsonaro a discriminar cada vez mais a população que vive com HIV/AIDS no Brasil. Em uma de suas falas, ele diz: "Pessoa com HIV é uma despesa para todos"¹³, ao mesmo tempo em que defende a ideia cis-heteronormativa de que ser hétero "passou a ser qualidade"¹⁴ e lamenta por "não poder fazer piadas de mulheres, gays e gordinhos".

¹⁰ BUTLER, Judith. *Cuerpos que importan: Sobre los límites materiales y discursivos del "sexo"*. Buenos Aires: Paidós, 2002.

¹¹ COELHO, Juliana Frota da Justa. *Bastidores e estreias: performers trans e boates gays "abalando" a cidade*. Fortaleza, 2009.

¹² Brasil de Fato. *Damares Alves tenta impor doutrina em campanha por abstinência sexual*. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/08/damares-alves-tenta-impor-doutrina-em-campanha-por-abstinencia-sexual>

¹³ O Globo. *Pessoa com HIV 'é uma despesa para todos', diz Bolsonaro*. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/pessoa-com-hiv-uma-despesa-para-todos-diz-bolsonaro-24231125>

¹⁴ Correio Braziliense. *Bolsonaro diz que ser hétero "passou a ser qualidade"*. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/05/interna_politica.832374/bolsonaro-diz-que-ser-hetero-passou-a-ser-qualidade.shtml

// Considerando o caráter sócio-histórico da família, bem como os aspectos subjetivos que colaboram para a sua construção, a família, seja heterossexual ou homoparental, seja cisgênera ou transgênera, pode ser pensada sob diversas perspectivas, assumindo uma multiplicidade de sentidos e formas”.

9. Vivendo no atual cenário pandemia de COVID-19, a população LGBTQIAP+ também vive uma pandemia de desrespeito às identidades de gênero e sexualidades. Os anos de 2019, 2020 e 2021 estão marcados tanto pela pandemia do coronavírus, que tem matado milhões de pessoas no Brasil, assim como a mesma população citada enfrenta a pandemia de mortes, perseguições, violências e discursos de ódio diariamente compartilhados nas redes dos fundamentalistas.
10. A população LGBTQIAP+ ficou mais vulnerável com a pandemia de COVID-19, pois o isolamento social significou, muitas vezes, um acúmulo de situações desafiadoras e até mesmo perigosas em relação àqueles/as que enfrentam maus-tratos e violências físicas e psicológicas, já que precisam passar mais tempo em casa com familiares que não as aceitam, por exemplo, ou aprofundando a solidão, muito latente em relação aos casos de quem vive sozinho/a/o. Não se pode esquecer, também, o alto índice de desemprego e a impossibilidade dobrada de conseguir um emprego formal.
11. O que esperar de um governo que não inclui a população LGBTQIAP+ em programas voltados para famílias, por ter o ideal de estrutura tradicional familiar de homens e mulheres cisgêneros, heterossexuais e cristãos¹⁵? Ainda se vive no Brasil a concepção hegemônica de família nuclear - monogâmica, heterocêntrica, cisgênera e patriarcal e qualquer outra forma, tipo e/ou modelo estão descartadas. Quando se fala sobre pluralidades familiares, ganha-se notoriedade exatamente porque se rompe com a sacralização do modelo heterocêntrico tradicional e se destitui um princípio essencial da constituição familiar. Considerando o caráter sócio-histórico da família, bem como os aspectos subjetivos que colaboram para a sua construção, a família, seja heterossexual ou homoparental, seja cisgênera ou transgênera, pode ser pensada sob diversas perspectivas, assumindo uma multiplicidade de sentidos e formas.
12. No entanto, as perseguições, anulações, silenciamentos e mortes ainda são extremamente elevados no Brasil. Piadas homofóbicas, como “Brasil tem de deixar de ser ‘país de maricas’ e enfrentar pandemia de peito aberto”¹⁶ ditas pelo atual

¹⁵ Observatório G. Damares causa revolta ao excluir famílias LGBTQIA+ de campanha.2020. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/damares-causa-revolta-ao-excluir-familias-lgbtqia-de-campanha>

¹⁶ G1. Brasil tem de deixar de ser ‘país de maricas’ e enfrentar pandemia ‘de peito aberto’, diz Bolsonaro. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>

presidente, ou frases como as ditas pelo Ministro da Educação Milton Ribeiro, que anunciou em redes que “gays vêm de ‘famílias desajustadas”¹⁷, ou do Ministro da Justiça André Mendonça, que concordou com a cantora gospel Ana Paula Valadão, que sugeriu que gays são responsáveis pela disseminação da AIDS¹⁸ e tantos outros exemplos demonstram a situação atual conjuntura brasileira. Não se deve esquecer tampouco o impedimento de financiamento da Ancine, agência reguladora que fomenta, regula a indústria cinematográfica no Brasil, para filmes com temática LGBTQIAP+¹⁹, assim como retirada de HQs com beijo entre homens da Bienal do Livro²⁰ e até mesmo as ironias estampadas em camiseta contra essa população²¹.

13. Esse cenário de muita dor, sofrimento e mortes também é palco de resistências, como o caso da criminalização da LGBTfobia²² em 13 de junho de 2019, quando o Judiciário reconheceu a equiparação da LGBTfobia ao crime racismo. No entanto, o assunto precisa avançar mais, porque muitas delegacias ainda não reconhecem tais crimes. A cidade de São Paulo se destaca como a primeira cidade do Brasil a usar pela primeira vez o termo “feminicídio” para a população de travestis e mulheres trans²³, no país que é o quinto que mais mata mulheres e é o primeiro do mundo que mais mata transexuais.
14. Nesse sentido, convocamos a todes/as/os a entender e a participar da atual conjuntura da política das transmasculinidades nos processos de construções e desconstruções, através desse informe, em que abordaremos a situação socioeconômica, saúde, segurança pública, educação e COVID-19.

17 G1. Ministro da Educação diz que gays vêm de ‘famílias desajustadas’ e que acesso à internet não é responsabilidade do MEC. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/09/24/ministro-da-educacao-diz-que-gays-vem-de-familias-desajustadas-e-que-acesso-a-internet-nao-e-responsabilidade-do-mec.ghtml>

18 Jovem Pan. André Mendonça defende que cristãos possam discordar da homossexualidade. 2020. Disponível em: <https://jovempan.com.br/programas/jornal-da-manha/andre-mendonca-defende-que-cristaos-possam-discordar-da-homossexualidade.html>

19 Folha de São Paulo. Bolsonaro diz que ‘garimpou’ e vetou filmes com temática LGBT. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/08/bolsonaro-diz-que-garimpou-e-vetou-filmes-com-tematica-lgbt.shtml>

20 Carta Capital. Crivella manda retirar HQ com beijo gay da Bienal do Livro no Rio. 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/crivella-manda-retirar-hq-com-beijo-gay-da-bienal-do-livro-no-rio/>

21 Yahoo Notícias. Eduardo Bolsonaro usa camiseta que ironiza sigla LGBT e exalta armas e Trump. 2019. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/eduardo-bolsonaro-usa-camiseta-que-ironiza-lgbt-145649397.html>

22 Portal Geledés. O que aconteceu 6 meses após a decisão do STF que criminalizou a LGBTfobia? 2020. Disponível em: https://www.geledes.org.br/o-que-aconteceu-6-meses-apos-a-decisao-do-stf-que-criminalizou-a-lgbt-fobia/?gclid=CjwKCAjwpKCDhBPEiwAFgBzjoTZd9-jdiPSLX9chfyr66gO_Tcw24V-WwjUzywJ_zAF7fBr1izvcRoCbYcQAvD_BwE

23 O Globo. SP registra morte de trans como feminicídio pela primeira vez, mas visibilidade do crime ainda é desafio. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/sp-registra-morte-de-trans-como-feminicidio-pela-primeira-vez-mas-visibilidade-do-crime-ainda-desafio-23709616#:~:text=O%20boletim%20indica%20que%2C%20ap%C3%B3s,trans%20como%20feminic%C3%ADdio%20no%20estado.>

CAPÍTULO 2

"E no meio de tanta gente encontramos elus/eles"



15. Pretendemos, com este relatório, apresentar as práticas e experiências vivenciadas por homens trans/transmasculinos/transmasculines, relacionadas aos processos transitórios, às transições, aos afetos, acessos e individualidades. Este trabalho não busca unicamente a apresentação de dados quantitativos apresentados no mapeamento, como falaremos mais adiante, mas busca, também, a descrição do cotidiano, dos símbolos, das dificuldades, dos preconceitos, das violências e dos significados das práticas e experiências discursivas de pessoas transmasculinas vivenciadas na sociedade. No Brasil, são praticamente inexistentes estudos e há uma carência muito grande sobre dados que informem sobre a atual situação das transmasculinidades.
16. Pensando na pluralidade das transmasculinidades, nos atravessamentos listados no decorrer do mapeamento, é perceptível a ausência de localização social para pessoas transmasculinas. Esse limbo de "não-ser", esse "não-lugar" e esse "não-pertencimento" atravessam as vidas transmasculinas, assim como a ausência de terminologias que abarquem as existências e de políticas públicas que reconheçam as transmasculinidades.
17. Como dar conta de uma prática tão intensamente corporal e identitária? A primeira resposta que surge é escapar da ideia coletiva que esconde as alegrias e tristezas da vida de pessoas transmasculinas. Devemos conhecer e dialogar sobre a rotina das vidas, a longa e difícil arte de se construir e se desconstruir física e moralmente, as (re)significações corporais, os rituais que são produzidos e reproduzidos em relação à economia corporal e simbólica. Tudo isso são sistemas culturais. Importante também ressaltar o atual momento de situação precária de saúde em que o

// ... o grupo de homens trans/transmasculinos e transmasculines e um representante da Revista Estudos Transviades e um consultor de Raça e Igualdade iniciaram a elaboração do Mapeamento Geral de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines através da plataforma Google.Doc, e das entrevistas feitas com mais de 30 respostas obtidas de pessoas transmasculinas de várias partes do Brasil".

Brasil se encontra frente à reclusão social como consequência da COVID-19. Nesse sentido, todo o processo de investigação foi feito pelas mídias cibernéticas.

18. Analisamos o decreto n. 8.727, de 28 de abril de 2016²⁴, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; a portaria nº 457, de 19 de agosto de 2008²⁵; portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013²⁶ e a atual portaria nº 1.370, de 21 de junho de 2019²⁷, que define as Diretrizes Nacionais para o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde – SUS, a serem implantadas em todas as unidades federadas; o provimento nº 73/2018²⁸, que regulamentou a retificação do registro civil e todos os cartórios de registro de pessoas do Brasil ficaram obrigados a realizar a alteração de nome e marcador de gênero nas certidões de nascimento; a resolução nº 11, de 18 de dezembro de 2014,²⁹ que estabelece os parâmetros para a inclusão dos itens "orientação sexual", "identidade de gênero" e "nome social" nos boletins de ocorrência emitidos pelas autoridades policiais no Brasil.
19. Com essas questões em mente, no dia 23/06/2020, o grupo de homens trans/transmasculinos e transmasculines e um representante da Revista Estudos Transviades e um consultor de Raça e Igualdade iniciaram a elaboração do Mapeamento Geral de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines através da plataforma

²⁴ Decreto Nº 8.727. 28 de abril de 2016. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm

²⁵ Ministério da Saúde. Portaria Nº 457. 19 de agosto de 2008. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html

²⁶ Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.803. 19 de novembro de 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html

²⁷ Ministério da Saúde. Portaria Nº 1.370. 21 de junho de 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-1370-de-21-de-junho-de-2019-167267426>

²⁸ Conselho Nacional de Justiça. Provimento N. 73. 28 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/2018/06/29/provimento-no-73-do-cnj-regulamenta-a-alteracao-de-nome-e-sexo-no-registro-civil-2/>

²⁹ Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Resolução Nº 11. 18 de dezembro de 2014. Disponível em: http://www.sesp.mt.gov.br/documentos/4713378/11927966/Resolucao-11-CNCD_LGBT.pdf

Google.Doc³⁰, e das entrevistas feitas com mais de 30 respostas obtidas de pessoas transmasculinas de várias partes do Brasil. Essas entrevistas foram feitas a partir dos coletivos/parceiros que nos enviaram e-mails e mensagens e, com isso, entramos em contato para uma aproximação.

20. Utilizamos a netnografia como uma ferramenta metodológica relacionada à internet utilizada na realização deste trabalho. Essa metodologia amplia as possibilidades de aproximações dentro do ciberespaço, desenvolvendo e se apropriando das tecnologias da comunicação para chegar mais perto de homens trans, transmasculinos e transmasculines. Através desse método, adaptamos a pesquisa, delineando características digitais e computadorizadas. Foi considerado não só o que foi dito e falado, mas, também, as relações, assim como os elementos do grupo, os símbolos representativos, os trânsitos e trajetórias, a linguagem, os signos, etc.
21. Apresentamos também este relatório como um estudo do tipo corte transversal, traçando um perfil de pessoas transmasculinas quanto às características socio-demográficas, escolaridade, família, religião, migração/moradia, trabalho, saúde, política pública, violência, uso do tempo/lazer, acessos e cotidiano. Trazemos uma metodologia que consiste, primeiramente, no mapeamento de informações e demandas através da internet (redes sociais), considerando o âmbito nacional. Destaca-se que a elaboração do questionário contou com a consultoria de militantes trans (integrantes e participantes de Associações Brasileira de Homens Trans/Transmasculines) e com pesquisadores e pesquisadoras da área, visando a captação de dados fundamentais para conhecimento da população.
22. A realização do mapeamento e o acompanhamento das redes sociais aconteceram através da participação massiva dos homens trans/transmasculinos e transmasculines em diversos grupos de Whatsapp, Facebook, Instagram e e-mail. O questionário foi constituído por questões abertas e fechadas e esteve disponível para que pudesse receber respostas no período de 01/08/2020 a 31/08/2020. Os critérios de inclusão compreendiam a identificação do/de participante enquanto homem trans, transmasculino ou transmasculine residente no Brasil.
23. Durante o percurso do mapeamento, recebemos críticas e observações sobre a estruturação das perguntas e das respostas possíveis do formulário, levando-nos à inclusão de algumas respostas no decorrer de seu lançamento para acessibilizá-lo à maior quantidade de pessoas transmasculinas. Dispostos as críticas que recebemos e as inclusões que fizemos a seguir.

³⁰ Mapeamento de Homens trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil. 2020. Disponível em: <https://docs.google.com/forms/d/1FNYWrUNy9RL8eWll7AwHBEomt1bDgj-yp6KMV5RtQoc/edit>

CAPÍTULO 3

A busca do pertencimento das transmasculinidades



24. Em sua obra *Ensinando a transgredir* (2013)³¹, bell hooks³² nos mostra como o ambiente acadêmico, produtor de conhecimento e de legitimação, foge a uma lógica de neutralidade. Aqui, utiliza-se a autora no viés acadêmico para explorar a libertação pela escrita, pela produção de novas narrativas. A isso, somamos a cisgeneridade, a heterossexualidade e a endossexualidade³³ compulsórias como integrantes dessa estrutura, considerando seu caráter normativo e aniquilante a pessoas inconformes com os padrões estéticos e performáticos vigorados pelo patriarcado. O mecanismo de libertação que hooks pensava ser a academia tornou-se mais um ninho de discursos patologizantes, de tutela e regulamentação de nossas corporalidades, impedindo a ascensão de nossas narrativas, ou melhor, produzindo narrativas de sofrimento e auto-ódio como as únicas possíveis para nós. Nesse sentido, aprendemos que as falas devem vivenciar uma autonomia para além do contexto da escrita acadêmica.
25. As críticas de hooks à academia também fazem sentido quando pensamos nas organizações da sociedade civil e nas instituições públicas e privadas pertinentes aos direitos humanos. Em todos esses casos, há um poder de legitimação e validação do que se fala, de quem fala e por quem se fala. Não é possível crer que o discurso esteja separado de quem o anuncia. Em outras palavras, falando sobre transmasculinidades, compreendemos como estamos distantes. Não é possível dissociar o discurso das corporalidades que o enunciam; aproximando-nos do tema aqui em análise,

³¹ HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

³² A autora assina seu nome com letras minúsculas.

³³ Antônimo de intersexo, endossexo se refere às pessoas cujas características sexuais correspondem às ideias médicas sobre o que seria um corpo masculino ou um corpo feminino.

as transmasculinidades, compreendemos como estamos distantes de recebermos legitimação pelo saber-poder científico quando identificamos quais corporalidades estão falando, para quem estão falando e sobre o que estão falando.

26. Com efeito, assim como a academia, as organizações da sociedade civil e os movimentos sociais também se estruturam pela “supremacia branca, o imperialismo, o sexismo e o racismo”³⁴. No mesmo sentido, Bruna Benevides e Maria Eduarda Aguiar afirmam que:

*As experiências apresentadas pela população LGBTI+ e que vêm sendo levantadas pelos movimentos sociais denunciam a forma como a LGBTfobia está diretamente relacionada à falta de discussões amplas sobre o tema, a fim de manter os privilégios daquelas pessoas que nascem com a estrutura pensada para si, em detrimento daquelas que vivenciam uma forma diferente de existir, o que lhes impõe diversas barreiras no transcurso de suas vidas*³⁵.

27. Comentando o parágrafo acima citado, o dossiê “Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil”, publicado por Raça e Igualdade, discorre que:

*Ao fazer a divisão entre aqueles que têm a estrutura pensada para si e aqueles que não têm, Bruna Benevides e Maria Eduarda Aguiar nos permitem pensar numa LGBTfobia estrutural, demonstrando que “há instituições, elementos e ferramentas organizadas que negam acesso a direitos e ao reconhecimento da cidadania plena da população LGBTI+”*³⁶.

28. Sendo assim, concluímos que os corpos produtores de discurso são brancos, cis-gêneros, heterossexuais, endossexos, sem deficiência e muito bem encaixados no que a ideia de normalidade dita como certo.

29. Desse modo, compreendendo tais instituições como vetores de legitimação e validação científica, social e política, percebemos como o patriarcado branco, cis-heteronormativo e endossexo estrutura tais instituições e modula o processo de validação e legitimação de textos e teorias transmasculinas. Em outras palavras, se quisermos falar sobre (as) nossas experiências, ou melhor, se quisermos que nos ouçam, devemos utilizar uma linguagem que não é nossa, que nos machuca e apaga. Uma linguagem que reforça estereótipos exóticos e patológicos, os quais refutamos veementemente. Contudo, quando o local que legitima este conhecimento é violento e excludente, o que ocorre? Como confrontamos os discursos cis-gêneros *sobre as transmasculinidades*?

³⁴ HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

³⁵ AGUIAR, Maria Eduarda. BENEVIDES, Bruna. LGBTfobia Estrutural: a violência e o assassinato consentido pelo não reconhecimento da cidadania da população LGBTI+. In: Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/12/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contra-pessoas-trans-em-2018.pdf>

³⁶ Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; PORTO, Isaac. Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020, p. 36.

// Assim como há pessoas que dizem sobre suas experiências como compostas por identificações parciais e/ou fluidas entre essas categorias (homem, mulher, masculino, feminino), há outras infinitudes de possibilidades de arranjos e expressões corporais e subjetivas que desestabilizam a rigidez do padrão binário socialmente imposto, redefinindo e expandindo suas fronteiras”.

30. Com isso, apresentamos, nesse relatório descritivo, as pluralidades das experiências e corporalidades das transmasculinidades, bem como as disputas e coalizões políticas dentro do guarda-chuva das diversidades. Importante destacar que, em meio às discussões sobre os processos identitários e às demandas de políticas públicas ao Estado por sujeitos que se identificam como homens trans, destacam-se as pessoas que não se sentem contempladas por esse termo/identidade e se autodeterminam com “não-binárias”, “transmasculines”. Temos como objetivo, através desse relatório, descrever e analisar tais demandas levantadas pelas pessoas transmasculinas não-binárias, assim como compreender seus processos de construção identitária corporal, bem como os discursos mobilizados por estes, a fim de construir e legitimar suas demandas e identidade política. Essas pessoas reivindicam e legitimam um espaço de fala e atuação junto aos homens trans.
31. As experiências trans não-binárias, como as experiências trans de modo geral, apresentam-se de formas bastante diversas e se (re)criam e ressignificam a todo tempo. Estão conectadas à desidentificação com o gênero designado ao nascer, e a identificações e expressões de gênero que se recusam a enquadrar-se no modelo cisheterossexual colonizador, que compreende o masculino e o feminino em um binarismo excludente e violento. Compreendendo e buscando se fazer compreender como pessoas fora do binário de gênero (homem/masculino, mulher/feminino), as pessoas transmasculinas não-binárias propõem uma desidentificação que, muitas vezes, está relacionada a uma crítica ao modelo hegemônico de masculinidade. Assim como há pessoas que dizem sobre suas experiências como compostas por identificações parciais e/ou fluidas entre essas categorias (homem, mulher, masculino, feminino), há outras infinitudes de possibilidades de arranjos e expressões corporais e subjetivas que desestabilizam a rigidez do padrão binário socialmente imposto, redefinindo e expandindo suas fronteiras.
32. Diante do exposto, apresentamos, a seguir, a adaptação de um artigo que revisita uma breve história do movimento de homens trans e transmasculinos no Brasil. Logo em seguida, apresenta-se uma descrição detalhada do que foi apurado pelo mapeamento, que ficou disponível no período do mês de agosto de 2020. A primeira seção do mapeamento buscou investigar o perfil das pessoas que o preencheram, para que tenhamos em mente não só as demandas gerais e individuais da população transmasculina, como também a acessibilidade do mapeamento. Saber quem o responde diz respeito a quem tem acesso, seja à internet, à informação, ao tempo.

CAPÍTULO 4

Artigo - Transmasculinidades no Brasil: memórias de um movimento da invisibilidade à luta



33. O presente capítulo consiste em uma adaptação de artigo escrito por Luck Yemonja Banke e Leonardo Farias Pessoa Tenório³⁷, que concederam a permissão para utilizá-lo neste informe. O artigo conta uma memória da trajetória do movimento de luta pelos direitos das transmasculinidades no Brasil e foi escolhido com o objetivo de registrar e publicizar a história desse movimento, além de valorizar a produção política e científica de homens trans e transmasculines no país. Assim, os próximos parágrafos, durante todo o capítulo, têm a autoria de ambos os autores.
34. Nossa primeira grande batalha foi contra a invisibilidade. Precisávamos nos fazer visíveis entre nós e em todos os espaços. Ter uma experiência de vida inexistente para a sociedade é o pior a se fazer em relação a ter acesso a direitos sociais, como educação, saúde, trabalho, segurança pública, assistência social entre outros. A luta pela visibilidade era uma luta pelo não apagamento das nossas existências, um modo de dizer que não existíamos apenas numa dimensão da individualidade,

³⁷ Luck Yemonja Banke é transmasculine, vocalista e percussionista da banda apocalypse cuier, afroitalianista e tradutor -UFSC, fundador do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT - Instituto Brasileiro de Transmasculinidades), do I Encontro Norte Nordeste e do I Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT), membro fundador do FONATRANS (Fórum Nacional de Pessoas Trans Negras), coordenador do cursinho pré vestibular PREPARA UBUNTU (UFSC) e membro do Núcleo Nacional de pesquisadores Trans Negros). Leonardo Farias Pessoa Tenório é homem trans, fundador e presidente da ABHT (Associação Brasileira de Homens Trans) e membro do IBRAT.

existíamos em todos os lugares e em todos os tempos, e o nosso primeiro impulso coletivo quase arqueológico foi de nos fazer visíveis e existentes.

35. A invisibilidade existencial e social de pessoas que foram designadas a pertencerem ao gênero feminino é uma realidade que deve ser observada ao considerarmos a invisibilidade das transmasculinidades e a sua participação ativa dentro de um movimento organizado. Aos corpos com vagina e útero sempre foram negados o poder e a autonomia. Enquanto dado histórico, podemos citar o fato de que, no Brasil, a luta dos homens trans no movimento social inicia o seu processo de consolidação apenas 30 anos depois das travestis e mulheres trans.
36. Mesmo depois da participação ativa de homens trans neste movimento, muitas barreiras institucionais e morais foram se apresentando ao longo do tempo. Precisávamos com urgência “desatinar os nós” da tutela excessiva que o Estado, a igreja, a família patriarcal, as masculinidades fálicas, a medicina e a sociedade em geral exerciam e exercem ainda sobre os nossos corpos e subjetividades. A invisibilidade não foi simplesmente uma escolha das transmasculinidades; ela estava posta historicamente, era algo com o que precisávamos lidar e ao qual tínhamos que superar para nos tornarmos sujeitos de direitos na sociedade. O apagamento da existência das transmasculinidades no Brasil do início dos anos 2000 ainda refletia esses processos históricos, e a invisibilidade era uma forma de defesa contra as violências desmedidas de um sistema patriarcal que possui um controle descabido dos corpos designados ao sexo e gênero feminino.
37. Como ponto de partida, precisamos diferenciar a dimensão das experiências individuais de transmasculinidades no Brasil das experiências ativistas coletivas e, conseqüentemente, das identidades política e social das transmasculinidades. Esses são dois processos que se retroalimentam, mas este artigo tenta ser uma memória legítima, dentro dos limites humanos³⁸, principalmente da luta política organizada das transmasculinidades no Brasil.
38. Ninguém é uma ilha - e nós também não somos. Nossa história se constrói com referências das mais diversas possíveis, com o intercâmbio de informações e de tecnologias de transição com outros homens trans ao redor do mundo, produções de conhecimentos acadêmicos e apoios de pessoas solidárias que se estendem nas diversas regiões do país. Ao longo desses anos, ocorreu um grande esforço de muitas pessoas de forma individual ou coletiva, profissional ou pessoal, através de seus respectivos lugares na sociedade e de suas instituições. Nós, homens trans, em todo o Brasil, fomos nos organizando de modo autônomo e pleiteando direitos, mas também fomos auxiliados de forma bastante sensível e solidária por outros/as ativistas do movimento LGBTQIAP+, professores, pesquisadores, estudantes, artistas, cineastas, jornalistas, juristas, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais da saúde, sindicalistas, militantes de partidos políticos, gestores, servidores públicos e autoridades públicas, entre outros.

³⁸ Considerando que não somos computadores ou deuses, e nem fizemos ampla e profunda pesquisa de bibliografia em todos os meios existentes.

// Assim como há pessoas que dizem sobre suas experiências como compostas por identificações parciais e/ou fluidas entre essas categorias (homem, mulher, masculino, feminino), há outras infinitudes de possibilidades de arranjos e expressões corporais e subjetivas que desestabilizam a rigidez do padrão binário socialmente imposto, redefinindo e expandindo suas fronteiras”.

39. No Brasil, Alexandre Peixe, de São Paulo, foi o primeiro homem trans ativista amplamente conhecido dentro do movimento LGBTQIAP+ brasileiro, tendo inclusive sido presidente da Associação da Parada do Orgulho Gay (APOGLBT) de São Paulo, uma das maiores paradas LGBTQIAP+ do mundo. Havia outros homens trans se colocando como ativistas no Brasil, com atuações restritas à sua localidade. Alexandre Peixe chegou a ser conhecido em outros lugares do país por conta da importância econômica e populacional de São Paulo.
40. Também no estado de São Paulo, atuavam Régis Vascon; Lam Matos; e Maurício/Andreas Boschetti fazia um trabalho de ajuda na colocação profissional de homens trans, chegando a acompanhá-los em entrevistas de empregos. O cearense Sillvyo Lucio e o paraense Raícarlos Coelho já existiam nos espaços políticos dentro de seus estados e municípios, mas, naquele momento, não obtiveram nenhum grande apoio de ativistas e lideranças do movimento LGBTQIAP+. Em alguns anos depois, 2011, Gil Santos (SP) – militante trans no movimento sem teto, de início sem ligação direta com o movimento de homens trans e depois no IBRAT– representou o segmento de homens trans no Comitê Técnico Nacional de Saúde Integral LGBT, do Conselho Nacional de Saúde (CNS). Homens trans também participaram de campanhas para reforçar a importância do nome social no Sistema Único de Saúde (SUS), garantido através da Portaria nº 1.820/2009³⁹ do Ministério da Saúde.
41. No Rio de Janeiro, Guilherme Almeida chegou a pesquisar e demandar melhora nos serviços de saúde de atendimento a pessoas trans (Hospital Universitário Pedro Ernesto – HUPE/UERJ, Hospital Universitário Clementino Fraga Filho – HUCFF/UFRJ e no Instituto Estadual de Diabetes e Endocrinologia Luiz Capriglione – IEDE), e a compor o Conselho Estadual LGBT do Rio de Janeiro. Na Paraíba, Diego Rodrigues e Eduardo Hallier Ribas colaboraram com a construção do serviço ambulatorial de atendimento a pessoas trans em João Pessoa e de um Centro de Referência LGBT do Governo do Estado. Em Pernambuco, homens trans participaram junto às

³⁹ Ministério da Saúde. Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html?fbclid=IwAR34Wj249R8Yybf6miiinwO-iQXemgh7IKYpaRd-29DhSwnMXrxh8JWrsWWsk

// Um importante trabalho de abrangência nacional realizado também pelo Alexandre Peixe foi a participação da solicitação coletiva junto a pesquisadores da área de saúde trans para que um promotor do Ministério Público do Distrito Federal, Diaulas Ribeiro, atuasse junto ao Conselho Federal de Medicina (CFM) para que fosse retirado o caráter experimental das mastectomias e histerectomias em homens trans”.

ativistas trans e travestis na demanda e implantação do serviço do Processo Transsexualizador no Hospital das Clínicas da UFPE e do Cisam/UPE⁴⁰.

42. Cidades como Curitiba (PR), Brasília (DF), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Belém (PA), Campinas (SP), Sorocaba (SP), Vitória (ES) – correndo o risco aqui de cometer apagamentos históricos, mas não de forma proposital – e muitas outras cidades que não elencamos contaram com a participação de ativistas das transmasculinidades na construção de políticas públicas para pessoas trans. Às vezes de modo independente da luta organizada de homens trans, às vezes representando instituições transmasculinas.
43. Em São Paulo, Alexandre Peixe foi um importante interlocutor e ativista para a construção dos serviços ambulatoriais para atendimento de pessoas trans no Centro de Referência e Testagem (CRT) no bairro de Santa Cruz, considerado na época o maior serviço do país para a população trans que vinha de todas as regiões. Um importante trabalho de abrangência nacional realizado também pelo Alexandre Peixe foi a participação da solicitação coletiva junto a pesquisadores da área de saúde trans para que um promotor do Ministério Público do Distrito Federal, Diaulas Ribeiro, atuasse junto ao Conselho Federal de Medicina (CFM) para que fosse retirado o caráter experimental das mastectomias e histerectomias em homens trans. A solicitação culminou na revogação da Resolução nº 1.632/1997 do CFM, e publicação de sua revisão através da Resolução nº 1955/2010⁴¹. Antes disso, a realização de qualquer uma dessas cirurgias em homens trans era proibida, a não ser que ocorressem em hospitais universitários em caráter experimental. Isso burocratizava ainda mais a criação de serviços para atender pessoas trans em outros estabelecimentos de saúde no SUS, apesar de estas cirurgias acontecerem de forma clandestina nos hospitais particulares corriqueiramente – para os homens trans que podiam e faziam o grande esforço de juntar dinheiro, mesmo que o acesso ao trabalho não seja uma realidade para todos.

⁴⁰ TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa. Demanda de uma lei de identidade de gênero brasileira: PLC nº 5.002/2013 – Lei João W. Nery. In: JESUS, D. M. de; CARBONIERI, D.; NIGRO, C. M. C. (Orgs.). Estudos sobre gênero: identidades, discurso e educação – Homenagem a João W. Nery. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

⁴¹ Conselho Federal de Medicina. Resolução CFM Nº 1.955/10. 12 de agosto de 2010. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/3resolucaoCFM1955.pdf>

44. Já haviam aparecido homens trans em outras edições do Encontro Nacional de Travestis e Mulheres Transexuais na luta contra a Aids (Entlaids) – protagonizado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) –, que posteriormente se tornaria o Encontro Nacional de Travestis e Transexuais. Eram, até então, espaços exclusivamente femininos, protagonizados especialmente pelas travestis. A primeira vez que houve um espaço na programação do evento voltado às transmasculinidades foi em Recife, no ano de 2011. O evento foi organizado pela Amotrans-PE e liderado pela trans Chopelly Pereira Santos. Os homens trans Régis Vascon (SP) e Leonardo Tenório (PE) realizaram uma roda de diálogo mostrando imagens em slides projetados e respondendo perguntas das ativistas que estavam no evento.
45. Não podemos esquecer, claro, da nossa relação íntima e familiar com o movimento de travestis e mulheres trans no Brasil – que se deu em muitas outras vezes antes e depois do Entlaids de 2011. O movimento das travestis e mulheres trans foi para nós uma “irmã mais velha”, que por causa do patriarcado teve a oportunidade de despertar enquanto grupo político organizado bem antes de nós. Elas, como guerreiras vanguardistas, prepararam parte do terreno e estiveram ao nosso lado, entre disputas e estranhamentos iniciais.
46. Naquele mesmo ano, ocorreu a II Conferência Nacional LGBT em Brasília (DF), durante o segundo governo Lula. Em um momento provocado pelas ativistas lésbicas, numa das noites do evento, houve uma reunião bastante emocionante entre elas e os homens trans que estavam na conferência. Este dia foi uma das primeiras vezes que as ativistas lésbicas que atuavam no movimento nacional escutavam as demandas dos homens trans. Não há registros fotográficos do dia de nosso conhecimento. Nesta conferência, em momentos diferentes, estiveram presentes os trans Leonardo Tenório, Sillvyo Lúcio, Guilherme Almeida, Leo Moreira Sá, Raicarlos Coelho⁴².

4.1 - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HOMENS TRANS (ABHT)

47. Os homens trans já apareciam isoladamente em eventos que pautavam as demandas trans, mas, praticamente, nenhum ocupava seu lugar de fala, ousava tornar pública sua voz, nem pautava demandas específicas (que não sabíamos quais eram). A ABHT nasce de uma urgência: os homens trans estavam aos poucos se fazendo visíveis, mas faltava um diálogo interno e uma representatividade política que pudesse responder, pelo menos provisoriamente, “quem éramos” e “do que precisávamos”, ou seja, uma organização com legitimidade capaz de levantar e defender as demandas do segmento. A ABHT não surge descontextualizada.
48. Um grupo de homens trans reunidos a partir dos contatos estabelecidos na II Conferência Nacional LGBT, juntamente a outros que não estiveram presentes, fundaram a ABHT em São Paulo, em junho de 2012. Dentre os homens trans que participaram da ABHT em sua construção, fundação e história de ativismo ao longo

⁴² É possível que alguém não tenha sido mencionado, ou esquecido, de fato.

do tempo, podemos lembrar de Leonardo Tenório (PE), Marcelo Caetano (DF), Leo Moreira Sá (SP), Maurício/Andreas Boschetti (SP), Edu Cavadinha (PE), Guilherme Silva (RJ) Luciano Palhano (PE), Pietro Augusto (PR), João W. Nery (RJ), Diego Rodrigues (PB) e Eduardo Hallier (PB).

49. Alguns dos homens trans presentes na fundação estavam conhecendo pela primeira vez ao vivo outros homens trans. É importante lembrar que vários dos que constituíram a ABHT (e também os que não eram da ABHT, mas eram visíveis na sociedade) vinham em sua maioria da classe média, e uma parte deles tinha cursado o ensino superior – fazendo grande contraste com as principais lideranças do movimento de travestis e mulheres transexuais da época.
50. Embora tenha sido fundada em São Paulo, a ABHT desenvolveu um núcleo forte de atuação na região Nordeste, especialmente em Pernambuco e na Paraíba. Podemos destacar a figura de Leonardo Tenório, então presidente da ABHT, como aquele que despendeu grandes esforços para que a associação ganhasse vida e atuação em diferentes estados, e representasse os homens trans num nível nacional. Luciano Palhano (LuckYemonjaBanke), em parceria próxima com Leonardo Tenório, atuou como coordenador regional da ABHT no Nordeste. Na Paraíba, as representações eram o Diego Rodrigues e o Eduardo Hallier Ribas. Em São Paulo, principalmente, os ativistas Leo Moreira Sá e Maurício/Andreas Boschetti participavam de eventos representando o segmento, assim como o Marcelo Caetano, em Brasília.
51. A existência da ABHT assegurou que, pela primeira vez, uma associação nacional de homens trans mantivesse diálogo direto com o Ministério de Saúde (MS), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Medicina (CFM) e outros órgãos e autoridades públicas. Homens trans representando a ABHT (mas nem todos) participaram da revisão da Portaria nº 457/2008⁴³ do Ministério da Saúde, que criou e regulamentou o Processo Transexualizador do SUS, a política de saúde voltada ao atendimento de pessoas trans. A política foi atualizada pela Portaria nº 2.803/2013⁴⁴ do MS, incluindo procedimentos cirúrgicos para homens trans (sem caráter experimental mastectomia e histerectomia, e em caráter experimental a metoidioplastia), hormonioterapia para todos e o atendimento às travestis. No entanto, não foi apenas a existência da ABHT que “garantiu” a inclusão dos homens trans na portaria do Processo Transexualizador. A presença de homens trans, mulheres trans e travestis em conferências, comitês e conselhos de saúde já pautavam a ampliação dessa política pública.
52. Na esfera legislativa, a ABHT propôs um projeto de lei inspirado na lei de identidade de gênero da Argentina de 2012. Após discussões sobre o assunto entre os membros da diretoria no grupo de e-mails, o então vice-presidente Marcelo Caetano levou o documento com a argumentação de cada parágrafo do projeto de lei

⁴³ Ministério da Saúde. Portaria Nº 457. 19 de agosto de 2008. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html

⁴⁴ Ministério da Saúde. Portaria Nº 2.803. 19 de novembro de 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html



para o gabinete do deputado federal Jean Wyllys (Psol-RJ). Jean Wyllys protocolou o PL nº 5.002/2013⁴⁵ em coautoria com Érika Kokay (PT-DF) e o nomeou de PL João W. Nery, que chegou a ser assessor político do ex-deputado Jean Wyllys). O PL brasileiro se baseou na lei argentina, foi realizado o acréscimo de detalhes, a argumentação correlacionada com as leis brasileiras, a menção expressa à despatologização das identidades trans, a garantia do acesso à saúde com a retirada da tutela de médicos e psicólogos, a retirada da tutela jurídica para a mudança nos documentos e a inclusão em algumas garantias as pessoas intersexuais, algumas garantias a filhos de pessoas trans e crianças trans. O mesmo texto enviado para o PL João W. Nery foi enviado para inclusão dentro do anteprojeto do Estatuto da Diversidade Sexual⁴⁶.

53. O movimento trans e LGB-cis, no entanto, ainda não estava realizando tal discussão sobre uma lei de identidade de gênero brasileira. Os deputados Jean Wyllys e Érika Kokay tiveram dificuldades ao levar às comissões da Câmara a discussão sobre o PL João W. Nery, pois sofreram com as *fakenews*⁴⁷ impulsionadas por políticos evangélicos fundamentalistas que alegavam que o projeto de lei João W. Nery se

⁴⁵ Portal da Câmara dos deputados. Projeto de Lei 5002/2013. 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>

⁴⁶ TENÓRIO, Leonardo Farias Pessoa. Demanda de uma lei de identidade de gênero brasileira: PLC nº 5.002/2013 – Lei João W. Nery. In: JESUS, D. M. de; CARBONIERI, D.; NIGRO, C. M. C. (Orgs.). Estudos sobre gênero: identidades, discurso e educação – Homenagem a João W. Nery. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

⁴⁷ Jota. 29 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.jota.info/coberturas-especiais/liberdade-de-expressao/entidades-e-empresas-veem-pl-anti-fake-news-como-um-risco-a-liberdade-de-expressao-29052020>

tratava da permissão para crianças fazerem cirurgias para “mudarem de sexo”, algo completamente infundado, que não acontece em lugar nenhum do mundo. Nos anos seguintes, vivenciamos um cenário de crescente conservadorismo político e religioso, que tornou inviável a discussão de pautas progressistas como essas no Congresso Nacional. Assim, ficou para o Supremo Tribunal Federal (STF) a tarefa de realizar o trabalho, que de início deveria ser do Poder Legislativo, tomar decisões que protejam os direitos da população LGBTQIAP+. Através do STF, tivemos aprovados o direito à mudança de nome nos documentos sem necessidade de ação judicial⁴⁸, o direito de utilizar os banheiros públicos⁴⁹ de acordo com nossa autoidentificação de gênero e a equiparação do crime de LGBTfobia ao crime de racismo⁵⁰.

54. Foi a ABHT, também, que começou, através do ativista Leonardo Tenório, a pautar a questão da despatologização das identidades trans no Brasil, em especial apoiando a campanha internacional *Stop Trans Pathologization*⁵¹, desenvolvendo uma discussão ainda incipiente⁵² em universidades, e abrindo diálogos com o CFP, CFM e MS, na intenção de atualizar as normativas que regem o atendimento a pessoas trans nos serviços de saúde.
55. A compreensão de Léo Tenório era que, em especial para a população de homens trans, as normativas inviabilizavam nossa existência e tutelavam nossos corpos, retirando-nos o direito do acesso à saúde. Vale lembrar que, até hoje, para termos acesso à testosterona, precisamos de uma receita médica especial controlada extremamente burocrática – antigamente, sequer havia médicos para prescrevê-la e nossa única alternativa era o mercado ilegal. A possível solução visualizada naquele momento seria a atuação direta junto às autoridades sanitárias para a modificação dessas normativas para não precisarmos de “laudo” (autorização dada por médicos ou psicólogos após nos diagnosticarem com um transtorno mental que sequer era real) e para podermos expressar uma masculinidade menos normativa (como sermos gay ou bi/pansexuais, termos o direito de construirmos uma relação tranquila com nossas vaginas sem precisar fazer segredo disso ou podermos gestar sem que fôssemos excluídos dos serviços de saúde por não sermos “homens de verdade”). No caso do CFP, a ABHT participou apenas da solicitação da criação de uma nota técnica, que foi construída por pesquisadoras/es cis, e que poucos anos depois foi superada pela Resolução CFP nº 1/2018⁵³, tendo sido escrita por mulheres trans e travestis psicólogas. O CFM, após anos de solicitações do movimento social, profissionais da saúde e os conselhos profissionais de psicólo-

48 Conjur. 01 de março de 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial>

49 G1. 19 de novembro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/relator-no-stf-vota-favor-do-uso-de-banheiro-feminino-por-transsexual.html>

50 G1. 16 de junho de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml>

51 Campanha realizada por centenas de organizações de todos os continentes do mundo que pleitearam a despatologização das identidades trans junto à Organização Mundial de Saúde (OMS), que atingiu seu principal objetivo (há outros) através da publicação do Código Internacional Doenças (CID) 11.

52 André Lucas Guerreiro (PR) fez uma dissertação abordando a temática da despatologização das identidades trans.

53 Conselho Federal de Psicologia. Resolução Nº 1. 29 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>

// O lançamento do livro foi realizado na Livraria Cultura do Paço Alfândega, em 1º de março de 2012, com o apoio da Prefeitura do Recife através da Gerência de Livre Orientação Sexual, sob a coordenação de Rivânia Rodrigues. Este lançamento histórico do livro teve repercussão em todas as grandes mídias a nível estadual e regional, lançando um novo 'holofote' na visibilidade nacional dos homens trans".

gos e assistentes sociais, depois da publicação do CID-11⁵⁴, atualizou sua resolução. Em 2016, a ABHT já estava extinta, mas o Leonardo Tenório, o Eric Seguer e várias outras ativistas mulheres trans e travestis participaram dessa discussão na sede do CFM em Brasília. Houve, também, uma tentativa de diálogo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para regulamentar as cirurgias de mastectomia nos planos/ convênios de saúde particulares, que, no entanto, não reverberou, e este direito passou a ser acessado através de ações judiciais dos homens trans, individuais ou de Ministérios Públicos que trouxeram resultados positivos.

56. Foi também em Recife que a ABHT organizou, através do ativista Luciano Palhano, provavelmente o maior lançamento do livro *Viagem Solitária* de João W. Nery. Naquela ocasião, João já estava abrindo um caminho sem volta para a visibilidade dos homens trans no Brasil, e é importante destacar que não foi uma articulação apenas individual do próprio escritor, mas sim coletiva e em diálogo constante com o movimento dos homens trans, outras letras do movimento LGBTQIAP+ e núcleos de pesquisas em gênero em universidades públicas e particulares. O lançamento do livro foi realizado na Livraria Cultura do Paço Alfândega, em 1º de março de 2012, com o apoio da Prefeitura do Recife através da Gerência de Livre Orientação Sexual, sob a coordenação de Rivânia Rodrigues. Este lançamento histórico do livro teve repercussão em todas as grandes mídias a nível estadual e regional, lançando um novo "holofote" na visibilidade nacional dos homens trans.
57. Em 2013, a ABHT realizou o I Encontro Regional Nordeste de Homens Trans, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), sendo o primeiro encontro de homens trans realizado no Brasil depois da fundação da ABHT em São Paulo. O encontro ocorreu em parceria com o governo da Paraíba através do Centro de Referência LGBT, e da Prefeitura de João Pessoa através do Centro de Referência e Testagem de IST e Ministério da Saúde. O I Encontro Regional Nordeste de Homens Trans reuniu, pela primeira vez no Nordeste, uma quantidade até então não alcançada, de dezessete homens trans, a maioria do Nordeste e alguns poucos do Sudeste e Sul do país. O planejamento era que tivesse sido um encontro Norte-Nordeste, mas

⁵⁴ A 11ª versão da CID também conta com novos capítulos, um deles sobre medicina tradicional; embora milhões de pessoas utilizem a medicina tradicional em todo o mundo, ela nunca havia sido classificada nesse sistema. Outro novo capítulo, sobre saúde sexual, reúne condições que antes eram categorizadas de outras formas (por exemplo, a incongruência de gênero estava incluída em condições de saúde mental) ou descritas de maneiras diferentes.



nenhum homem trans no Norte conseguiu chegar ao evento e participar das atividades. Às vésperas do evento, sofremos um boicote financeiro (retirada de apoio) de políticos conservadores fundamentalistas na secretaria municipal de saúde da prefeitura de João Pessoa.

58. A entrada dos homens trans enquanto categoria identitária e política dentro do movimento trans causou uma desestabilização inicial provocada pela divergência de narrativas a respeito da própria identidade trans entre os e as ativistas. Houve uma resistência inicial muito forte entre as travestis e mulheres trans em compreenderem que homens trans não tinham a tradição cultural de se identificarem enquanto “travestis masculinos”⁵⁵ – éramos quase todos apenas “FTM”. As trans que se identificavam no gênero feminino se dividiam entre “travestis” e “mulheres transexuais”. Os trans que se identificavam no gênero masculino não costumavam se subdividir. Antes, a diferença compreendida pelo senso comum entre mulheres trans e travestis era baseada no desejo de ter um pênis ou uma vagina. Com o tempo, as discussões foram se atualizando e se compreendeu que a separação entre mulheres transexuais e travestis falava muito mais sobre uma construção cultural de estereótipos de gênero, classe social e raça/etnia. Essa discussão continuará nos próximos parágrafos.
59. Apesar da boa intenção, a ABHT foi uma primeira experiência política dos homens trans a nível nacional, e não possuía um coletivo coeso de homens trans ativistas, nem uma militância aguerrida. Ao longo do tempo, foi perdendo fôlego e combustível. Fato que ocorreu, inclusive, por seu principal ativista, Leonardo Tenório, não priorizar a construção de relações de afetividade entre os ativistas e não ativistas, apenas focar nas lutas objetivas por normativas dos órgãos regulamentadores, criação de políticas públicas e representações em órgãos de construção de políticas democráticas (conselhos, comitês). O segmento dos homens trans e transmasculinos precisava da construção de um tecido social em que se sentissem pertencentes, e a partir daí melhorassem sua autoestima e começassem a

55 Esse fato histórico não torna impossível que um trans (ou vários) venha a se nomear “travesti masculino” e seja respeitado deste modo – isto acontece de forma esporádica, mas – até onde sabemos – ainda não se formou uma comunidade ou grupo populacional de “travestis do gênero masculino”.



superar um pouco mais a opressão psicológica e social causada pela transfobia para ocuparem seus respectivos lugares de fala e se desenvolvessem como sujeitos políticos, processo que foi mais bem desenvolvido pelo IBRAT.

4.2 - INSTITUTO BRASILEIRO DE TRANSMASCULINIDADES (IBRAT)

60. Os caminhos percorridos pela ABHT não haviam logrado provocar entre os homens trans um sentimento de coletividade e pertencimento ao grupo, nem proporcionado momentos de aglomeração e troca de experiências. Os desafios de lidar com as intersubjetividades e as intersecções impulsionaram o recente movimento de homens trans a repensar-se e encontrar novas soluções para uma articulação de rede. O movimento, naquele momento, precisava lidar com as intersubjetividades e a diversas realidades vividas pelos homens trans. Raça, classe, regionalidades, geração, identidades de gênero e sexualidades faziam parte dos diálogos iniciais que precisariam ser contemplados e acordados pelas próprias pessoas que se identificavam com as transmasculinidades antes que suas “lideranças”⁵⁶ pudessem exercer uma atuação de fato mais representativa nos espaços de controle social.

⁵⁶ O modelo de “liderança” que trabalha para “salvar” seus representados nos movimentos sociais hoje já caiu em fadência, e foi substituído (em alguns lugares mais do que em outros) pela coletividade construída por vários ativistas agindo de forma coordenada e multicêntrica, respeitando as interseccionalidades.

// Desde o início dos anos 2000, ativistas da sociedade civil e cientistas estreitam redes de relações e passam a colaborar mutuamente para a construção de políticas e demais estratégias pelo exercício de cidadania, saúde e dignidade humana das pessoas trans no Brasil”.

61. Pensar em políticas públicas para homens trans na primeira década dos anos 2000 significava ao mesmo tempo lidar com um “vácuo” de incertezas. Quase não havia pesquisas no Brasil que observassem, por exemplo, quais os efeitos a longo prazo da hormonioterapia e intervenções cirúrgicas no corpo de pessoas transmasculinas. Pouco se sabia sobre os indicadores sociais dos homens trans. Nada havia sobre prevenção a infecções sexualmente transmissíveis (IST) dos homens trans, nossos direitos reprodutivos, nem mesmo se pensava o segmento transmasculino fazendo recorte de classe ou raça.
62. O movimento nacional de homens trans surge inserido num contexto em que a academia e os movimentos sociais sentem a necessidade de aproximar o diálogo através do intercâmbio de construções em espaços comuns problematizando questões sobre gênero. Diálogo este que é reverberado nos conselhos profissionais, nos mecanismos de construção de políticas públicas e em diversos espaços sociais. Desde o início dos anos 2000, ativistas da sociedade civil e cientistas estreitam redes de relações e passam a colaborar mutuamente para a construção de políticas e demais estratégias pelo exercício de cidadania, saúde e dignidade humana das pessoas trans no Brasil.
63. Pensar em políticas públicas para as transmasculinidades demandou dois ingredientes indispensáveis: que houvesse um longo e complexo diálogo interno para o levantamento de uma pauta política de forma democrática contemplando as interseccionalidades já postas; e que pesquisas fossem desenvolvidas para fornecer um arcabouço científico capaz de justificar a implementação de tais políticas. O Instituto Brasileiro de Transmasculinidades (IBRAT) assume exatamente este papel. Em 2013, nasce esta rede nacional de homens trans ativistas que atribui para si a responsabilidade de expansão do diálogo (não apenas acadêmico) sobre as transmasculinidades em todo o território brasileiro, processo que se deu através da criação de núcleos e setoriais do IBRAT em mais de 20 estados das cinco regiões do país.
64. Os núcleos estaduais e as setoriais, que eram pequenas unidades municipais que dialogavam de forma mais próxima com os núcleos estaduais, atuavam de acordo com a realidade de cada localidade e tinham a missão de integrar homens trans para a atuação e representação direta no movimento social através do controle social e suas articulações com a academia, com o Estado e com a sociedade civil.

65. O IBRAT não abre mão, desde o início, de ampliar a sua rede de forças junto à ANTRA, e de manter um diálogo político respeitoso e amigável com a Rede Trans (Rede Nacional de Pessoas Trans) e com a ABRAT (Associação Brasileira de Transgêneros). O cenário da luta trans no Brasil estava historicamente potencializado e levantava questionamentos nunca antes considerados: os direitos reprodutivos das pessoas trans, a ampliação de rede de afetos e relacionamentos transcenrados, a exigência de políticas complexas que dessem conta de superar a excessiva tutela institucionalizada desses corpos, o reforço às diferenças entre identidade de gênero e orientação sexual, a diversidade de performances de gênero e a despatologização das identidades trans, foram apenas alguns dos temas que emergem num cenário de participação ativa dos homens trans no movimento social.
66. Foi principalmente através da criação do IBRAT que a luta política organizada dos homens trans no Brasil passa a ter incontáveis rostos, histórias e sotaques. A fundação do IBRAT conta com muitos nomes e forças que se uniram neste propósito de uma organização nacional efetiva. Ainda correndo riscos de apagamentos, alguns nomes precisam ficar registrados na memória desta experiência política: Sillvyo Lucio (CE) e Luciano Palhano (PE) que gestaram o IBRAT durante uma conversa em João Pessoa, na Paraíba, em 2013, e os ativistas fundadores que somaram-se à esta ideia, fortalecendo e dando vida à rede nesta fase inicial: Raicarlos Coelho (PA), João W. Nery (RJ), Alexandre Peixe (SP), Régis Vascon (SP), Leonardo Peçanha (RJ), Patrick Lima (RJ), Lam Matos (DF), Fred Sóter (DF), Gil Santos (SP), Leo Barbosa (SP), Jordhan Lessa (RJ), David Cristian (PA), Társio Benício (PE), Yudi Luiz (PE), Val Souza (PE), Leonardo Tenório (PE) além de muitos homens trans e transmasculinos que agregaram nesta luta no decorrer dos anos, e atuaram de forma significativa e potente em seus estados e municípios.
67. Desde 2013, o IBRAT operava no sentido de promover instrução e preparo político para homens trans atuarem ativamente no exercício do controle social democrático, ou seja, não apenas para serem responsáveis por suas escolhas de votos, mas também para trabalharem a fim de garantir que os poderes públicos exerçam corretamente seus propósitos através da força da participação da sociedade civil no controle social, prevista em um estado democrático.
68. Rapidamente este processo de “formação política” refletia numa crescente participação e presença das transmasculinidades nos espaços de controle social e construção de políticas públicas nas áreas da saúde, direitos humanos, educação e em outras pautas. Os conselhos e comitês técnicos e conferências das esferas municipais, estaduais e nacional passaram a garantir a participação dos homens trans e a inserção das demandas das transmasculinidades. É importante dizer que as transmasculinidades ainda estão insuficientemente incorporadas nesses espaços e que muitas discussões ainda não foram esgotadas ou superadas.
69. Em 2014, o IBRAT também lança pela primeira vez uma ala exclusivamente de homens trans nas paradas LGBTQIAP+, começando por São Paulo e se espalhando através dos núcleos em outros estados no mesmo ano e em anos seguintes.

4.3 - I ENCONTRO NACIONAL DE HOMENS TRANS (I ENAHT)

70. Ao longo dos anos, homens trans participavam cada vez mais dos encontros estaduais ou regionais promovidos pelas instituições afiliadas à ANTRA ou da Rede Trans, dos Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais da ANTRA, do ENJUT (Encontro Nacional da Juventude Trans), do Fórum Paulista de Travestis e Transexuais, do FONATRANS (Fórum Nacional de Pessoas Trans Negras), tendo havido participação transmasculina deste último na fundação.
71. No entanto, encontros exclusivamente com enfoque no diálogo interno entre as transmasculinidades ainda se resumiam a eventos isolados nos núcleos estaduais do IBRAT e de grupos ativistas independentes em algumas cidades. A partir desta necessidade, os esforços foram despendidos nacionalmente para que fosse realizado, em 2015, em São Paulo, na Universidade de São Paulo (USP), o I Encontro Nacional de Homens Trans (ENAHT). Foi organizado pelo IBRAT através de suas coordenações nacional, regional Sudeste e setoriais de São Paulo e do ABC Paulista. O ENAHT foi o maior evento de reunião de homens trans em toda a história do Brasil, reunindo, pela primeira vez, mais de cem homens trans e transmasculines:

De 20 a 23 de fevereiro de 2015, no campus da Universidade de São Paulo, na cidade de São Paulo, realizamos um Encontro histórico: pela primeira vez, 118 homens trans, de 17 estados brasileiros, incluindo ativistas de capitais e de municípios situados no interior, além de aproximadamente 80 ativistas LGBT, pesquisadores, gestores, integrantes de conselhos profissionais, estivemos reunidos para trocar experiências, partilhar saberes, debater, articular, construir e fortalecer o ativismo de homens trans no país⁵⁷.

72. Um processo de grande importância ocorrido durante o I ENAHT foi a emergência da discussão sobre as transmasculinidades menos binárias e normativas. Nem todas as pessoas que foram designadas do “sexo feminino” e não se identificam com o gênero feminino se identificam com a nomenclatura “homem trans”, e muitos não gostam de utilizar a categoria “homem” para falarem sobre si. Neste momento, os identificados enquanto “transmasculinos” se fizeram ouvir e foram ouvidos pelos homens trans.
73. Ainda assim, é interessante observar que a existência dos transmasculinos não impede que muitos que se identificam através da denominação “homens trans” tenham uma expressão de gênero menos binária, com deslocamentos dos estereótipos de gênero e diversificada. Desse modo, através do acordo social firmado e resolução aprovada durante o I ENAHT, no movimento transmasculino se entende por “homem trans” uma identidade política que abarca todas as transmasculinidades (pessoas que foram designadas ao sexo feminino no nascimento, mas que não se identificam como mulheres cis).

⁵⁷ Carta de São Paulo – carta do I Encontro Nacional de Homens Trans (I ENAHT), promovido pelo Instituto Brasileiro de Transmasculinidade (IBRAT).



4.4 - OUTROS COLETIVOS E ATUAÇÕES ATIVISTAS DE HOMENS TRANS E TRANSMASCULINOS

74. De modo independente ao IBRAT ou se filiando a ele, coletivos de homens trans e transmasculinos ativistas surgiram em outros locais do país, como os Atrevidos (RN), Homens Trans em Ação – HTA (RS) e Associação de Homens Trans e Transmasculinidades – AHTM (PE). Fizeram ativismos Eric Seger (RS), Vincent Goulart (RS), Bernardo Mota (DF), Leonardo Luiz (DF), Rodrigues (CE), Bruno Santana (BA), Francisco Sena (BA), Raul Capistrano (MG), Lucas Azevedo (RN), Kaio Lemos (CE), Ícaro Leão, Bernardo Duarte, Kaio Leonardo, Amiel Vieira, entre outros. Há os militantes que estão nos núcleos de pesquisa nas universidades, em coletivos feministas, coletivos universitários, partidos políticos e vários outros movimentos.
75. Da mesma forma, também foi criado um Núcleo de Homens Trans da Rede Trans Brasil (outra organização de abrangência nacional, equiparando-se à Antra), bastante atuante e que hoje em dia é representado por Raffael Carmo (PA), Heitor Sebastian, Cauã Cintra e Nicolas Augusto. O Núcleo de Homens Trans da Rede Trans produziu a cartilha *Saúde do Homem Trans e Pessoas Transmasculinas* (REDE-TRANS, 2018).
76. Numa atuação conjunta entre ativistas do IBRAT e do Núcleo de Homens Trans da Rede Trans junto ao Departamento de Prevenção às IST's do Ministério da Saúde, em 2018, foi construída uma cartilha com recomendações de prevenção combinada aos homens trans, de título "*Homens trans: vamos falar sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis?*". Entendemos que não temos ainda estatísticas formais sobre a relação de homens trans com as IST's, mas o que existe

// Homens trans em lugares diferentes do país começaram a empreender para tornar acessíveis as tecnologias da transição para outros homens trans. Hoje, temos maior participação dos homens trans na ciência, além dos educadores pertencentes à Rede Nacional Trans de Educação”.

escrito no mundo não aponta grande incidência ou risco. De todo modo, todos os gêneros e sexualidades podem contrair IST's. Homens trans gays/bi/pan, que transam com mulheres trans/travestis, os passivos, os que utilizam psicoativos/drogas/álcool durante o sexo, e os que trabalham com sexo são os que têm maior vulnerabilidade de contrair ISTs.

77. É importante citar que grandes instituições parceiras dos homens trans brasileiros foram os sistemas de conselhos de Psicologia, Serviço Social (há resolução do CFESS). Foi de grande importância para os homens trans, também, o direito à utilização do nome social no Enem e das muitas resoluções para uso do nome social nas universidades públicas brasileiras (muitos homens trans participaram deste processo). Grandes parceiras também foram as mulheres trans, travestis, mulheres cis feministas, lésbicas, gays, as mães dos movimentos de mães pela diversidade, e as esposas dos homens trans. Também o jornalista Neto Lucon.
78. Homens trans em lugares diferentes do país começaram a empreender para tornar acessíveis as tecnologias da transição para outros homens trans. Hoje, temos maior participação dos homens trans na ciência, além dos educadores pertencentes à Rede Nacional Trans de Educação. Tivemos a editora LiteraTRANS, que produziu e publicou dezenas de livros de homens trans, com maior quantidade para homens trans negros - e tantos outros livros que foram publicados. Temos a primeira revista acadêmica / literária Revista Estudos Transviades⁵⁸.
79. Há os policiais e bombeiros trans, como os Régis Vascon, Paulo Vaz, Marcelo Santos e outros. Há vários times de futebol de homens trans e transmasculinos. Nas artes, temos Lino Arruda (artista visual), Caio Jade (ator), Leo Moreira Sá (ator), Eric Barbi (cantor), ApocalypseCuir (banda), Transbatukada (grupo percussivo), Raffa Carmo (artista visual), Paulo Bevilacqua (artista visual), Eduardo Hallier (artista plástico), Eduardo Guimarães (artista visual/plástico e escritor), Dante Olivier (dançarino e artista visual), Pierre Leão (artista visual), Kaique Theodoro (cantor), Ariel Nobre (moda), Daniel Brito (escritor) e diversos outros aqui não citados, inclusive rappers e poetas.
80. Há vários *influencers* e famosos. No YouTube, há os famosos Felipe Kaíto/Dash, Lucca Najar, Thiago Peniche, Luca Scarpelli e tantos outros (não chegamos a pesquisar todos) famosos e históricos. Há as celebridades Thammy Miranda (ator, produtor

⁵⁸ Revista Estudos Transviades. 2020. Disponível em: <https://revistaestudostransviades.wordpress.com/blog-2/>.


pornô, escritor de *Nadando contra a corrente* e candidato a político de direita), Tarso Brant (ator, modelo, escritor no livro *Vidas trans – A coragem de existir*) e Paulo Vaz (youtuber). A conhecida novela da Rede Globo com o personagem “Ivan” foi uma das últimas produções favoráveis às pessoas trans, apesar de sua grande importância pelo efeito de quebra de preconceitos na sociedade. Na lanterna, assim como a Rede Globo, apareceram empresários do mundo corporativo e o SUS⁵⁹ sendo inclusivos com a população trans realizando ações pontuais aqui e ali, ainda que sempre houve um esforço do movimento trans e das políticas públicas LGBTQIAP+ nesse sentido.

81. Mas somos, principalmente, os trans das classes média e os periféricos, favelados, de comunidade, das quebradas – muitos oprimidos, que de um tempo para cá têm se esforçado em produzir narrativas autônomas e lutar pelas suas próprias histórias de vidas, em especial os homens trans negros. Há homens trans, ativistas ou não, nos interiores do Sul, do Centro Oeste e do Norte do Brasil. Há também muitos homens trans do campo, interioranos, caipiras, roceiros e sertanejos.
82. Há outros homens trans que não ficaram muito visíveis ao longo do tempo (e/ou não chegamos a conhecer todos). Há os presos ou egressos do sistema prisional. Há os religiosos na umbanda, candomblé, judeus, evangélicos, católicos etc. Há os que tiveram experiência de morar na rua ou em situação de rua (Gil Santos, Val Souza). Há os que são os usuários de drogas e os que têm ou tiveram uma história com a dependência química. Há os deficientes (surdos, cadeirantes, como o Kaio). Há os que são neuro atípicos, autistas ou inclusive muito inteligentes no campo das exatas (como houve um estudante da Unicamp). Há os intersexos que se identificam no gênero masculino e foram criados para serem mulheres. Há os trabalhadores sexuais. Há os que tiveram câncer ou contraíram HIV. Os que foram espancados pela polícia, assassinados ou suicidados. Há os que migraram para outros países (Europa, Estados Unidos, Canadá). Os que migram pelo Brasil e são meio nômades. Há os que passaram debaixo do arco-íris, encontraram o pote de ouro da vida cisgênera e foram embora até hoje. São e foram muitas histórias de vida. O ponto é que somos poucos, mas existimos em todos os lugares.

⁵⁹ Conselho Nacional de Saúde. 30 de janeiro de 2017. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/ultimas_noticias/2017/01jan30_VisibilidadeTrans.htm

CAPÍTULO 5

Aspectos socioeconômicos, culturais e familiares

- 
83. No capítulo 5, findo o artigo de autoria de Luck Yemonja Banke e Leonardo Farias Pessoa Tenório, torna-se a se debruçar sobre o mapeamento de alguns aspectos da vida de homens trans e transmasculines no Brasil. No processo de leitura e dados apurados do mapeamento realizado no período 01/08/2020 a 31/08/2020, recebemos no total 1219 respostas. Dispostos, a seguir, os dados das questões mais relevantes, juntamente com uma análise crítica dos resultados obtidos. Inicialmente, percebemos que o maior número de respostas varia, em primeiro lugar, entre a idade de 19 a 24 anos (44%) e, em segundo, entre a idade de 25 a 34 anos (36,6%). Percebemos também a prevalência das respostas em jovens adultos/adultos, de 19 a 34 anos, somando (80,6%) das respostas. Não conseguimos chegar massivamente à população com 55 ou mais. Como o mapeamento foi disponibilizado em modelo *on-line*, presumimos seu grande alcance no público mais jovem, em decorrência da dificuldade de diálogo no ciberespaço com pessoas de idade mais avançada: somente duas pessoas com 55 anos ou mais responderam o formulário.
84. Além de uma possível dificuldade em manipular tecnologias virtuais, questionamos se a baixa quantidade de pessoas de idade entre 45 e 55 anos ou mais (1,3%), em comparação com o público mais jovem, não se trata da falta de perspectiva de envelhecimento, falta de acesso a informações sobre transgeneridade para se de-

terminar enquanto uma pessoa transmasculina. Supomos que a baixa quantidade de pessoas com mais de 55 anos tem relação com a falta de mobilidade virtual e de meios de comunicação que podem conter informações sobre transgeneridade. Em relação aos pronomes reivindicados, o de maior alcance foi o pronome masculino (o/ele/dele) com (97,1%) de respostas; depois, os pronomes neutros (e/elu/delu) com (9,8%), seguindo para outro tipo de pronome neutro (e/ile/dile) com (2,1%) e, por último, a opção "Outro" somando (2,4%) das respostas.

85. No entendimento das pessoas transmasculinas não-binárias, compreendemos que a representação da não-binariedade passa por um processo de não reconhecimento social, até mesmo dentro da comunidade trans, gerando outros processos de exclusão e silenciamento de expressões transmasculinas, ainda menos visíveis e reconhecidas que as dos homens trans. A identificação das identidades de gênero anunciadas traz novamente a categoria de "homem trans" em maior destaque (73,5%); tendo a opção "transmasculinos" como a segunda mais marcada (15,8%) e "transmasculines" em terceiro lugar (8,2%). Além disso, uma parcela marcou a opção "Outro/e" (2,5%). Ressaltamos que todas essas categorias vivenciam as transmasculinidades e que a desidentificação com a categoria "mulher", que foi imposta ao nascimento, é uma das marcas compartilhadas por pessoas que se identificam com o campo das transmasculinidades.
86. Com relação à orientação sexual, a maior parte das respostas recai sobre a heterossexualidade (35,4%), seguindo com a bissexualidade (32,7%), a demissexualidade (6,4%), a homossexualidade (3,5%) e a assexualidade (2,8%). Notamos a prevalência da opção "Outra" (19,1%) em comparação às três últimas.
87. Além disso, a grande maioria das respostas pertence a pessoas solteiras (76,2%), deixando (14,7%) para a união estável, (7,8%) para o casamento e (1,2%) para o divórcio.
88. Pessoas transmasculinas permanecem invisíveis social e culturalmente. A nossa invisibilidade está ligada diretamente à construção de uma masculinidade hegemônica cisheteronormativa, que insiste no determinismo biológico das corporalidades e que legitima somente uma identidade/corporalidade a partir da lógica binária, branca, cisgênera e heterossexual. Seguindo pelos resultados do mapeamento, compreendemos que as práticas e experiências de etnia/raça/cor vivenciam a total invisibilização, silenciamento e não-acesso. Recebemos respostas padronizadas e outras de autoria discursiva inferindo sobre a autoidentificação de etnia/raça/cor. Foi observado que a grande maioria que respondeu é branca (59,2%), subseqüentemente parda (23,2%), preta (13,6%), indígena (1,9%) e amarela (1%).
89. Dando continuidade aos resultados, soubemos que 4% das respostas pertencem a pessoas com deficiência, enquanto as outras 1168 pessoas alegaram não ter deficiência. Pensando nos possíveis dados sobre imigração⁶⁰, coletamos as informa-

⁶⁰ Durante o percurso do mapeamento, recebemos críticas e observações sobre a estruturação das perguntas e das respostas possíveis do formulário, levando-nos à inclusão de algumas respostas no decorrer de seu lançamento

ções de nacionalidade e naturalidade e concluimos que 99,5% das pessoas são brasileiras, enquanto 0,5% são de outros países.⁶¹ Como seis pessoas marcaram não serem do Brasil, porém somente cinco responderam seus países de origem e uma preferiu não o identificar, concluimos que a pessoa em questão também não quis se identificar e não preencheu a seção.

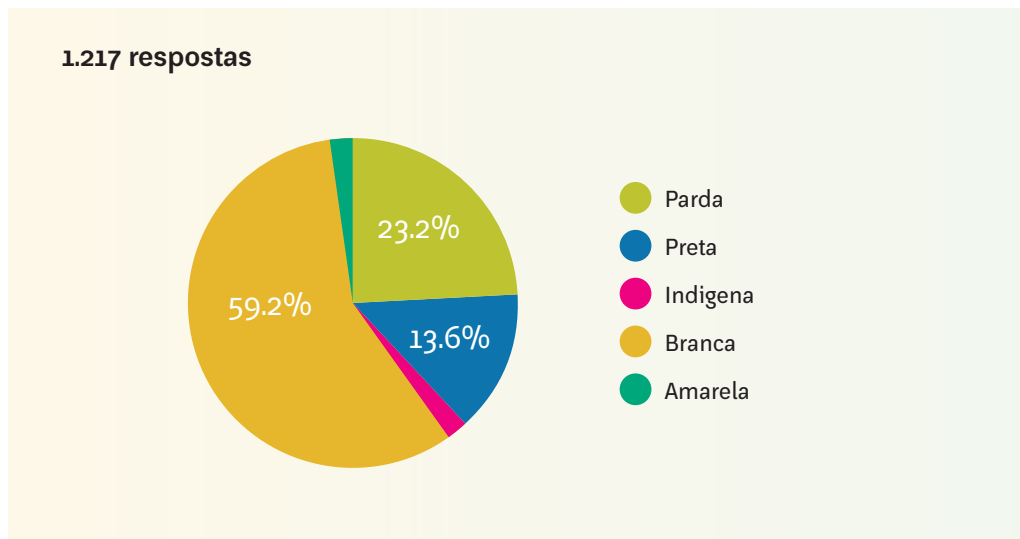


Figura 01 - Primeira parte dos dados da questão "Qual sua etnia/raça/cor?" do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

90. A grande maioria das respostas pertence a moradores e moradoras do estado de São Paulo (23,8%), com o estado do Rio de Janeiro (10,3%) em segundo lugar e Minas Gerais (8,5%) em terceiro, perto de Ceará (8,2%). Logo depois, temos Rio Grande do Sul (7,1%), Distrito Federal (6,4%), Paraná (5,7%), Santa Catarina (3,9%), Bahia (3,7%), Goiás (3,5%), Pernambuco (2,9%), Mato Grosso do Sul (2,7%), Rio Grande do Norte (2,6%), Pará (1,6%) e Maranhão (1,6%), Mato Grosso (1,4%), Alagoas (1,2%), Piauí (1%), Espírito Santo (0,7%), Paraíba (0,7%), Sergipe (0,7%), Amazonas (0,7%), Tocantins (0,5%), Rondônia (0,4%), Amapá (0,2%) e Roraima (0,2%).
91. Um fato que nos intrigou foi a centralização das respostas nas cidades São Paulo e Rio de Janeiro e no apagamento de outras regiões. Acreditamos que isso ocorreu pelo período curto de circulação do mapeamento, dificultando sua permanência nas redes sociais e seu contato com coletivos/OSCs e associações de outros estados que não conseguimos localizar. Além disso, um dos principais vetores de divulgação foi a Revista Estudos Transviades, que, embora seja uma revista digital

para acessibilizá-lo à maior quantidade de pessoas transmasculinas, exemplo: escrevemos as questões 10 (Você é brasileiro?) sem considerar pronomes neutros em algumas das sentenças. Marcamos aqui as palavras que não receberam pronome neutro em negrito e nos desculpamos profundamente por esta invisibilização.

⁶¹ Os países são: 1 pessoa do Chile, 1 de Portugal, 1 do Uruguai, 1 da Venezuela e 1 pessoa não quis identificar seu país de origem.

e não tenha localização geográfica definida, possui a maioria da equipe como residente do estado do Rio de Janeiro, estando mais conectada com o Sudeste do que com outras regiões. Com relação à demografia, 75,3% das pessoas afirmaram não morar em comunidade/periferia, em contraste com os 24,7% restantes. Além disso, 4,8% disseram morar em zona rural, opondo-se aos 95,2% que moram em zona urbana.

92. Sobre a situação de moradia e contexto familiar, 84,1% das pessoas transmasculinas moram com familiares e/ou parentes, 11,8% moram sozinhos e sozinhas, 9,7% moram com amigos e amigas e/ou conhecidos e conhecidas, 0,5% mora em residências universitárias/repúblicas e 0,4% mora em abrigos ou casas de acolhimento.

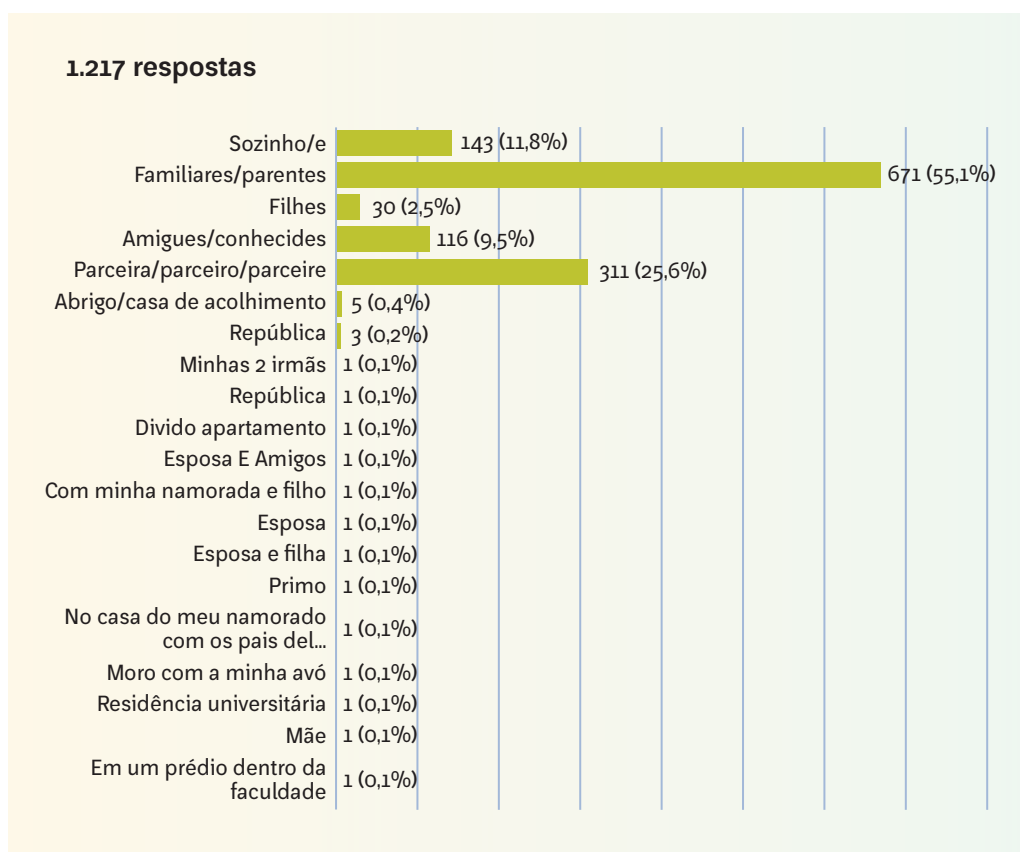


Figura 02 – Dados da questão "Com quem você mora?" do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

93. A maioria (94,2%) não tem filhas, filhos ou filhas. Com relação à renda familiar, 11,2% alegaram não possuir renda alguma, 3,2% disseram ter renda de até 400 reais, 23,3% até 1200 reais, 19,8% até 2000 reais e 42,7% com mais de 2000 reais.

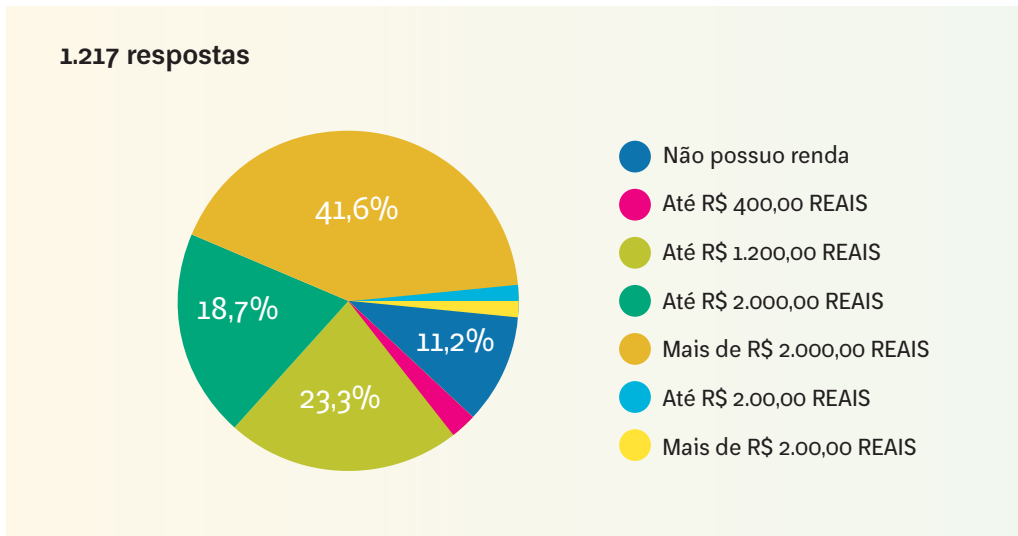


Figura 03 – Dados da questão “Qual a sua renda familiar?” do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

94. Com relação à renda individual, por outro lado, 37,9% alegaram não ter renda, figurando em 142 respostas de pessoas transmasculinas brancas, 66 pardas e 30 de pessoas transmasculinas pretas. 14% disseram ter renda de até 400 reais, pessoas brancas 93, pardas 45 e pretas 28. 13,2% até 2000 reais e 9,2% de mais de 2000 reais.

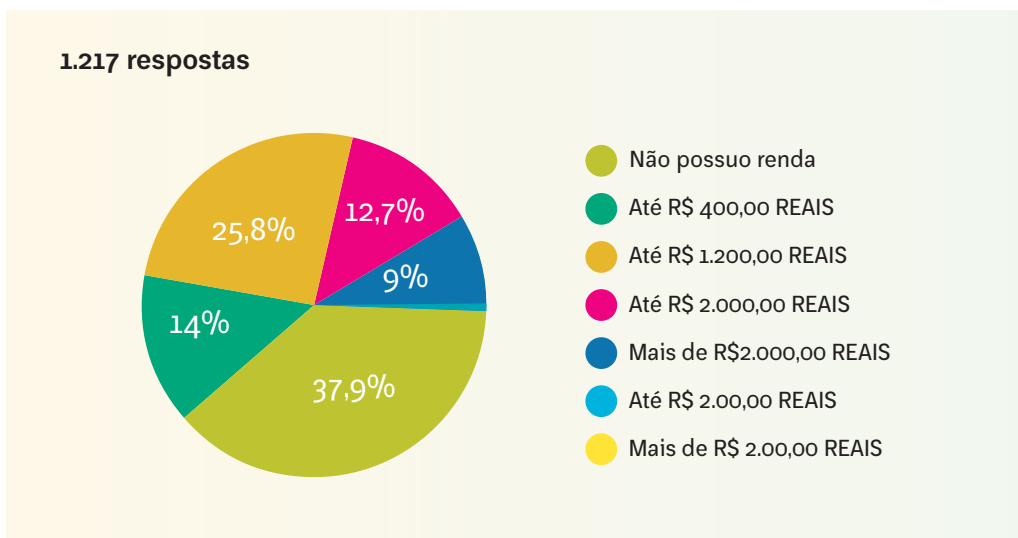


Figura 04 – Dados da questão “Qual a sua renda pessoal?” do formulário

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

95. Adentrando um pouco mais a situação financeira, percebemos que 55,1% das pessoas não trabalham, sendo 383 brancas, 170 pardas e 95 pretas. Das respostas, foi obtido que 49,4% não fazem parte do Cadastro Único⁶², em contraste com 28,6% que fazem e 22% que não sabem o que é o Cadastro Único.
96. Sobre auxílio financeiro, pensando principalmente neste período de pandemia COVID-19, 60,3% não estão recebendo nenhum, 38,5% recebem auxílio do governo, 1% recebe de instituições privadas e 0,9% recebe de OSCs/Coletivos.
97. Voltando-nos à questão da profissão, o maior número de respostas direcionou-se a estudante (79 respostas), cozinheiro ou cozinheira (9 respostas), autônomo ou autônoma (12 respostas) e professor ou professora (12 respostas).
98. Nos quesitos religiosos, a maioria das respostas marcou a opção "Outro" (39%), seguindo para o agnosticismo (17,7%), a umbanda (16,3%), o ateísmo (14,5%), o candomblé (7,6%), o cristianismo (6,7%) e a religião evangélica (1,7%).
99. Apresentamos o relato de uma das pessoas entrevistadas:

Sou ateu. Não acredito em deus, e conseqüentemente não acredito em religiões. Se me perguntarem como é ser ateu em um país hegemonicamente cristão vou te dizer que não é uma das tarefas mais fáceis. As pessoas têm ideias estereotipadas de pessoas ateias. Que são demoníacas. Pessoas de caráter ruim. Resumindo: Nada que seja considerado bom. Então geralmente prefiro não comunicar este fato (de ser ateu), para evitar conflitos e/ou preconceitos. Já sou um homem trans negro, não preciso acumular opressões. Estas já são pesadas por demais. (Zaniel, 22 anos, Ceará, 12/08/2020)

100. A partir disso, traçamos um perfil aproximado da maioria de pessoas transmasculinas que respondeu o questionário: são, em sua maior parte, pessoas que se identificam como homens trans, brancos, de 19 a 25 anos de idade, sem deficiência, heterossexuais, solteiros, de naturalidade brasileira, residentes de zona urbana metropolitana (principalmente São Paulo e Rio de Janeiro), que não moram em comunidade/periferia, cuja renda familiar ultrapassa os 2000 reais e que não tem renda individual. Nota-se que essas pessoas moram majoritariamente com a família e que a grande maioria é estudante e não professa nenhuma das crenças e/ou religiões apresentadas no mapeamento. Esse é o perfil de pessoas transmasculinas que o mapeamento mais alcançou. Não pretendemos, com isso, construir uma imagem padrão das transmasculinidades, mas discutir o alcance do mapeamento; pois saber *quem* o preenche também diz respeito a quem tem acesso aos meios que o disponibilizam.
101. Pensar as transmasculinidades e os atravessamentos diversos que foram apresentados e que veremos no decorrer desde relatório demanda nosso aprofundamento no estudo da interseccionalidade. Segundo Pocha, a interseccionalidade pode

⁶² O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias.

ser compreendida como “uma prática-conceito feminista produzida na agonística deste campo preciso de luta, reivindicações e produção de saberes”, conhecida por sua capacidade de “articular distintas formas de dominação e posições de desigualdade, sejam elas produzidas pelos discursos generificadores, racializadores e/ou sexualizadores”⁶³. Tendo como base analítica a interseccionalidade, buscamos demarcar os atravessamentos das pessoas transmasculinas que integraram este mapeamento, a fim de conhecer suas demandas e realidades distintas. Pensando os atravessamentos de etnia/raça/cor, Leonardo Peçanha pontua, em “Visibilidade trans para quem? Parte II – um olhar transmasculino negro”, que:

Ser homem negro trans gay, homem negro trans nordestino, ser homem negro trans grávido, ser homem negro trans bissexual, ser homem negro trans gordo, ser homem negro trans com deficiência e por aí vai. Esses são apenas alguns exemplos dentre tantos outros. E entre esses e demais, podem se interligar, fazendo com que as interseções fiquem maiores.

102. Portanto, pensar interseccionalmente é exatamente não ‘seccionar’ a corporalidade em seus marcadores, mas compreender a unicidade que eles produzem e o lugar social que esta ocupa, seja de violência, seja de privilégio. É a interseccionalidade enquanto método de análise que nos permite denunciar as desigualdades sociorraciais e de gênero que existem na sociedade brasileira e em outras sociedades que se formaram a partir de uma estrutura colonial calcada no racismo, nas dominações de classe, gênero e sexualidade.

⁶³ POCAHY, Fernando Altair. Interseccionalidade: uma prática-teorização feminista possível na “era pós- gênero”? In: DORNELLES, Priscila G.; WENETZ, Ileana; SCHWENGBER, Simone V. (orgs.). A Educação Física em diálogo com os Estudos Feministas. Ijuí: Unijuí, 2013.

CAPÍTULO 6

Direito à educação e transmasculinidades: processos de exclusão



- 103.** Nesta segunda seção do mapeamento, apresentamos as problemáticas em relação às questões educacionais. Entendemos que a inclusão social na educação é de grande importância, não apenas para o crescimento e desenvolvimento social, mas para efetivar o pertencimento dos sujeitos como seres sociais. Garantir o direito de acesso e permanência se tornou hoje um desafio para muitos grupos sociais, inclusive para homens trans, transmasculinos e transmasculines vivendo no Brasil. As violências ocorridas diariamente efetivam um processo de exclusão voluntária e involuntária. Pessoas trans são vítimas de violências em todas as esferas de suas vidas: quando são contestadas por sua identidade de gênero, quando são negadas em diversos espaços, dentre eles a educação e, principalmente, quando o nome social não é respeitado. O nome social se configura, nesse contexto, como o direito de ter sua identidade assegurada na educação. Seria esse direito garantido pela legislação vigente? Quais diretrizes amparam esse direito?
- 104.** A transfobia nas instituições de ensino tem produzido sofrimento, estigmas e processos de exclusão que atuam de forma individual e coletiva, colocando em ameaça o direito à educação. Pessoas que não seguem os padrões tidos como socialmente aceitos – no caso em questão, as pessoas transmasculinas – acabam ficando à margem, pelo silenciamento e pelo preconceito. Os resultados preliminares apontam para a não efetivação do direito de todes e todos ao acesso e à permanência nas universidades com dignidade, uma vez que os princípios de

dignidade e cidadania, previstos na Constituição Federal⁶⁴ não são assegurados à população trans. Discutir as práticas e experiências educacionais de pessoas transmasculinas é discutir a construção e/ou desconstrução de gênero e cidadania na educação.

105. Das 1219 respostas, 40,3% alegaram ter ensino superior incompleto (308 pessoas brancas, 102 pardas e 67 pretas), 23,5% ensino médio completo sendo (108 pessoas brancas, 85 pessoas pardas e 46 pessoas pretas), 12,7% ensino superior completo com (102 pessoas brancas, 31 pessoas pardas e 17 pessoas pretas), 11% ensino médio incompleto (86 pessoas brancas, 48 pessoas pardas e 20 pessoas pretas), 7,3% pós-graduação (cursando ou concluído – 75 pessoas brancas, 13 pessoas pardas e 07 pessoas pretas), 2% ensino fundamental completo (18 pessoas brancas, 09 pessoas pardas e 08 pessoas pretas), 1,8% ensino técnico (11 pessoas brancas, 10 pessoas pardas e 01 pessoa preta)⁶⁵.

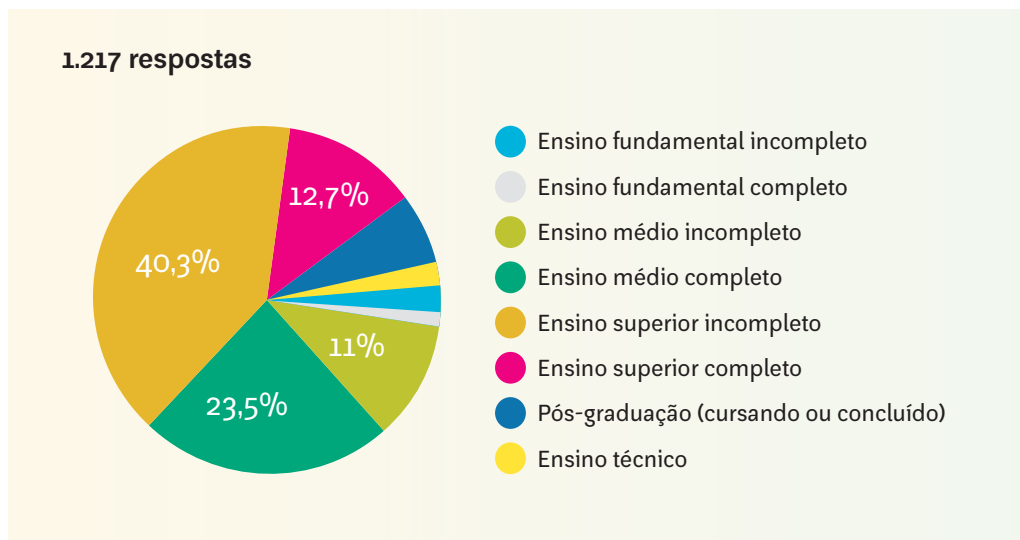


Figura 05 – Dados da questão “Qual sua escolaridade?” do formulário

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

106. Do total, 13,4% deixaram de estudar em virtude de transfobia. Abarcando o campo da educação, entrevistamos Miguel, que nos ofereceu um relato sobre sua experiência:

⁶⁴ BRASIL. Constituição (1998). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.htm>. Acesso em: 20 de outubro de 2018.

⁶⁵ Durante o percurso do mapeamento, recebemos críticas e observações sobre a estruturação das perguntas e das respostas possíveis do formulário, levando-nos à inclusão de algumas respostas no decorrer de seu lançamento para acessibilizá-lo à maior quantidade de pessoas transmasculinas, exemplo: na questão 24 (Qual sua escolaridade?), nos foi apontada a ausência da opção “Ensino técnico”, que incluímos prontamente.

No momento é [ensino] superior incompleto, infelizmente tive que trancar o curso, pois trabalho integralmente e tentar graduar estava demandando muito da minha saúde física e mental. A caminhada num curso de graduação é muito puxada, quase não tinha tempo para me cuidar, comer ou dormir, por fim, antes de trancar, tive uma crise anêmica e percebi que necessitava fazer algumas escolhas. Pretendo voltar a estudar, mas em condições melhores. (Miguel, 32 anos, São Paulo, 24/08/2020)

107. Mediante tais resultados, percebemos que são poucas as gestões preparadas para lidar com corporalidades não-hegemônicas, ou melhor, não 'hegemonizadas', lidar com as questões raciais, com os fatores socioeconômicos desiguais e com a territorialidade, com as diversidades sexuais e de gênero, com as questões de deficiência, com a inconformidade ao padrão estético de magreza. As organizações da sociedade civil criaram um novo modelo educacional escolar voltado para os Direitos Humanos (2013)⁶⁶ com propósito de trazer voz e participação dos sujeitos e, com isso, proporcionar um acolhimento e um maior proveito estudantil. Diversos temas têm sido dialogados juntamente com a comunidade no plano de combater o trabalho infantil e a exploração sexual. Agora, quando o assunto é diferenças sexuais e de gênero, não existem estímulos e as equipes profissionais da educação na maioria das vezes não têm preparação ou não recebem formação, gerando processos de exclusão voluntária e involuntária e automaticamente a dor e o desânimo em não mais permanecer no ambiente escolar/universidade. Os dados do mapeamento mostram que 13,4% das pessoas transmasculinas deixaram de estudar em virtude de transfobias, denunciando as violências aqui apontadas. Apresentamos o relato de Luiz e Alexandre:

Não cheguei a deixar de estudar ou fui expulso por ser trans, mas já deixei meu rendimento na faculdade cair devido ao fato de eu não ter o nome social respeitado em algumas aulas e fazendo com que eu quase reprovasse por faltas em algumas matérias da faculdade. (Luiz, 32 anos, Rio de Janeiro, 23/08/2020)

Na minha época de escola eu ainda não sabia quem eu era. Mas sofri muito com o preconceito quando me intitulava por lésbica. Sempre achavam que eu era uma pessoa perigosa por ser lésbica e negra. Não deixei de estudar e nunca fui expulso por preconceito. Por ser filho e neto de militar da aeronáutica apesar de na época ser lésbica e negra tinham um certo receio por conta da família. (Alexandre, 36 anos, Ceará, 26/07/2020)

108. É muito difícil encontrar uma educação escolar/universitária que agregue em seus ensinamentos a temática de gênero e sexualidades. Assim, crianças, jovens e adultos/adultes trans encontram cada vez mais dificuldade de expressarem suas práticas e experiências vividas em sua identidade, performatividade e sexualidade. Com isso, encontram ou o desafio de se assujeitarem às normativas ou de não mais frequentar a escola/universidade, em decorrência das violências presentes nestes ambientes. A primeira professora doutora e travesti do Brasil, Luma Nogueira, em

⁶⁶ Secretaria dos Direitos Humanos. Caderno de Educação em Direitos Humanos. 2013. Disponível em: http://observatorioedhmfoc.hospedagemdesites.ws/observatorio/wp-content/uploads/2013/10/Anexo40_Diretrizes-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-em-Direitos-Humanos.pdf

seu livro *Travestis na escola: Assujeitamento e Resistência à Ordem Normativa*, chama esse processo de “evasão involuntária”:

Esta justificativa tenta mascarar o fracasso da escola em lidar com as diferenças, camuflando o processo de evasão involuntária induzido pela escola. Compartilho opinião com Berenice Bento quando relata que há por parte dos que fazem a escola “um desejo de eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar”, no caso as travestis, camuflando o processo de “expulsão” como evasão⁶⁷.

- I09. O que a professora chama de “evasão involuntária” é de um processo camuflado pela *expulsão* involuntária, processo esse que muitas pessoas trans têm vivido e relatado em suas experiências escolares. As escolas e universidades, acostumadas com suas normatividades, com seus processos binários e biologicistas, forçam a expulsão de corporalidades inconformes, alegando uma falsa neutralidade e sufocando, tornando invisível as demandas e os direitos de pessoas trans inseridas nestas instituições.
- I10. É possível também perceber as violências transfóbicas no cenário do Exame Nacional do Ensino médio (VESTIBULAR/ENEM), quando 44,5% não chegaram a se inscrever e 29,2% não tiveram o nome respeitado, em contraste com 26,8% que o tiveram⁶⁸.
- I11. Questionando sobre o respeito ao nome social em escolas e universidades, soubemos que, das 1219 respostas, 48,5% afirmaram o respeito ao nome social, opondo-se a 14,5% que afirmaram o desrespeito. Apesar do número elevado com relação ao respeito ao nome social, recebemos respostas afirmando que 37,1% não estão estudando, o que pode indicar transfobia institucional quando pensamos na inacessibilidade das instituições de ensino a pessoas trans por fatores externos, como violência familiar e violências institucionais diversas para além do nome social⁶⁹.
- I12. Apresentamos algumas respostas discursivas retiradas desta seção, expondo motivos pelos quais a pessoa foi impedida de estudar ou habitar o ambiente de ensino. “*Na época que fiz o ENEM não havia essa possibilidade ainda*”; “*Permaneceu o nome feminino*”; “*Meu nome de Registro não está retificado*”; “*Não é sempre [que o nome social é respeitado]*”; “*Não sei porque não aceitaram minha solicitação [de incluir o nome social] no ENEM, quando liguei para lá falaram que já estava tarde demais para arrumar*”; “*Ignorância, acredito*”; “*A chamada vinha com o*

⁶⁷ ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na Escola: assujeitamento e resistência a ordem normativa*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

⁶⁸ Durante o percurso do mapeamento, recebemos críticas e observações sobre a estruturação das perguntas e das respostas possíveis do formulário, levando-nos à inclusão de algumas respostas no decorrer de seu lançamento para acessibilizá-lo à maior quantidade de pessoas transmasculinas, exemplo: na questão 25 (ao realizar sua inscrição no VESTIBULAR/ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio – teve seu nome social respeitado/e?), supomos que a pessoa já utiliza nome social, não oferecendo a alternativa de dizer que nunca o usou.

⁶⁹ Durante o percurso do mapeamento, recebemos críticas e observações sobre a estruturação das perguntas e das respostas possíveis do formulário, levando-nos à inclusão de algumas respostas no decorrer de seu lançamento para acessibilizá-lo à maior quantidade de pessoas transmasculinas, exemplo: na questão 26 (Em sua escola/universidade você tem seu nome social respeitado/e?), supomos que a pessoa já utiliza nome social, não oferecendo a alternativa de dizer que nunca o usou.

nome social e civil junto. Alegavam que eram como deveria constar"; "Não tem a opção de nome social e ainda não alterei no registro"; "Na época eu não tinha começado a transição"; "Quando eu prestei o ENEM, eu ainda não tinha o nome social"; "Transfobia"; "Preconceito".

- II3. Nesse processo de busca de inclusão educacional no mapeamento, fomos vendo e sentindo as construções identitárias já automatizadas e as desconstruções tentando nascer, permanecer e se manter fincadas dentro dessa superestrutura normativa. Percebemos uma desconstrução implicada pelas próprias pessoas movendo a organização e o fazer educacional, enquanto outras pessoas se assujeitam às regras impostas por medo, insegurança e até mesmo "modos sobrevivência do saber" induzindo essas pessoas a uma padronização de performances e performatividades. Embora, entre as pessoas que responderam o questionário, 13,4% tenham se sentido forçados/es a deixarem os estudos, é importante que se perceba que, para os 86,6% restantes, a permanência não foi pacífica: a necessidade de assujeitamento às normas de gênero impostas nas instituições de ensino, públicas ou privadas, é causa de muitas dores, ansiedade, frustrações e medo. Os processos de se assujeitar são tão fortes, que 86,6% disseram não terem deixado de estudar e 13,4% afirmam terem desistido.
- II4. Além disso, as atuações de pessoas transmasculinas nas gestões escolares representam o total silenciamento e não pertencimento, com 91,1% dizendo que, mesmo sendo profissional de ensino, não atuam, enquanto somente 8,9% são atuantes na área.
- II5. Das pessoas que preencheram o mapeamento, 8,9% atuam na educação como profissional de ensino e, desta porcentagem, 70,6% afirmaram não sofrer transfobia nesta área. Das pessoas que sofreram transfobia, 10,6% das violências vieram de familiares e parentes de estudantes, 7,3% vieram do corpo docente, 6,9% vieram da gestão, 5,5% vieram de estudantes, 4,6% vieram de todo o corpo institucional e 10,4% alegaram outras fontes institucionais de violência.
- II6. Segundo o professor Kaio Lemos, homem trans, especialista nos estudos de gênero e sexualidade na educação:

Quando falamos identidade de gênero estamos falando de identificação; não só uma identificação textual ou até mesmo documental, mas principalmente as leituras corporais e de signos. Esse processo de identificação, de reconhecimento e pertencimento é um processo que vai mais além das características burocráticas; é um processo vivo; é um processo de vida. O nome social na educação não é somente um nome de papel e de tinta, e sim também um nome de carne. A caneta e o papel são ferramentas de representação dessa carne. E essa carne é revestida de subjetividades que a educação tenta a todo domínio disciplinar as subjetividades das pessoas trans quando negam suas identidades não só no papel como em sua carne⁷⁰.

⁷⁰ LEMOS, Kaio Souza; MEDEIROS, Jarles Lopes de. O nome que sou: práticas e experiências de pessoas trans na educação. In: TORRES, Antonia Lis de Maria Martins; MEDEIROS, Jarles Lopes de; HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho.

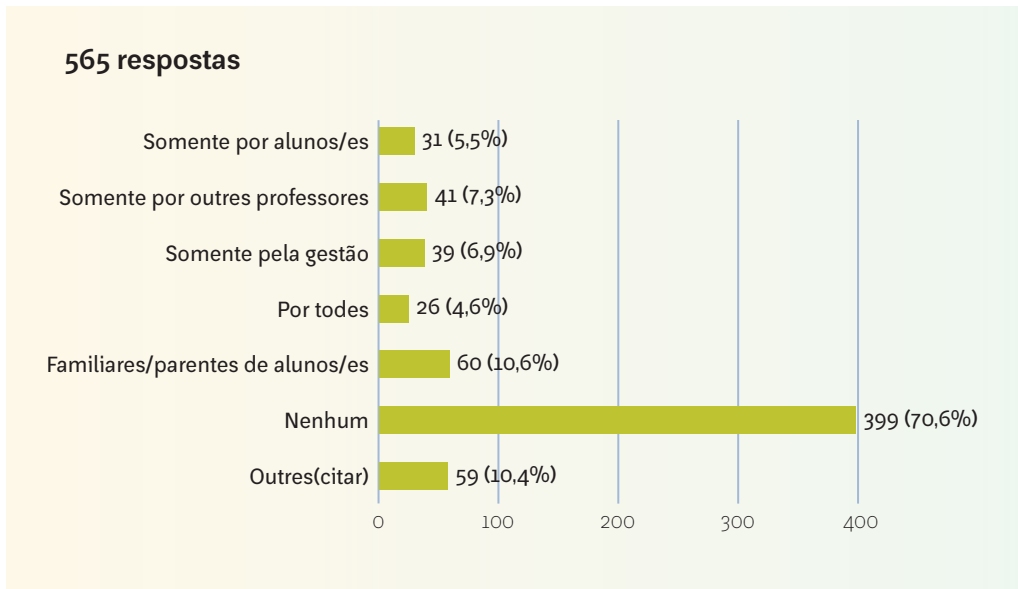


Figura 06 – Dados da questão “Tem sofrido preconceitos por ser um/e professor/e trans?” do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinis/Transmasculinis no Brasil (2020)

- 117.** A partir disso, traçamos um perfil aproximado da maioria de pessoas transmasculinas que respondeu o questionário em relação à educação: possui ensino superior incompleto e/ou ensino médio incompleto; também uma grande parcela expressa nunca ter feito vestibular/ENEM; a maioria não tem o seu nome social respeitado por motivos diversos, sendo que a transfobia está com o maior índice apontado. A grande maioria dos que deixaram de estudar e/ou sofreram expulsão foi em virtude de sua identidade trans, deixou de estudar ou cursar e/ou sofreu expulsão por ser trans.
- 118.** Pensar na possibilidade de que uma pessoa seja forçada a deixar os estudos em virtude de instituições de ensino que, mais do que não estarem preparadas para acolher pessoas trans, optam pela continuidade e aprofundamento de um modelo que não as/os ampara e garante o seu direito de uma educação digna e de qualidade – e, dessa forma, limite todas as suas possibilidades futuras de acesso a direitos, tendo em vista as condições de vida das pessoas que não tiveram acesso à educação e, por consequência, a um trabalho bem remunerado no Brasil – deve fazer-nos perceber o quanto existe um abismo entre as pessoas trans e as pessoas cis-heterossexuais nesse país, para as quais a educação, sobretudo quando brancas, é, no geral, um caminho natural.

CAPÍTULO 7

Brutalidade e racismo nas forças de segurança



- 119.** Neste capítulo, pretende-se abordar alguns aspectos da experiência de homens trans e transmasculines com as forças de segurança pública. Busca-se compreender alguns dos impactos da violência policial sobre essa população, através de uma articulação com categorias de classe social e de raça/etnia/cor para o aprofundamento de desigualdades já existentes. Busca-se, também, compreender até que ponto as instituições de segurança pública reconhecem ou deslegitimam essas identidades. A experiência social e cultural de pessoas transmasculinas também leva consigo distintas formas de resistência às normas sociais hegemônicas diante do sistema de segurança pública; sistema este que, no contexto brasileiro, carrega o monopólio da violência estatal, sendo capaz de reproduzir tal violência enquanto um aparato ideológico. Dito isso, é notória a necessidade de perceber as práticas e experiências vividas pela população transmasculina em relação ao atual sistema de segurança pública, juntamente com todas as vulnerabilidades e violências evidenciadas na sociedade como um todo.
- 120.** Os primeiros dados obtidos com relação à segurança pública estão relacionados às discriminações vividas diariamente. Uma grande parte das pessoas que responderam o questionário disseram ter sofrido alguma experiência transfóbica (85,9%), machista/misógina (82,9%) ou outras formas de LGBTQIAP+fobias (64,5%). Além disso, 50,6% declararam já terem vivido assédio sexual, 22,4% gordofobia, 17,7% racismo, 8,1% xenofobia e 7,3% capacitismo⁷¹.

⁷¹ Houve, ainda, menções a outras formas de violência: o assédio moral (0,2%), o estupro (0,1%), o bullying (0,1%), a psicofobia (0,1%), o preconceito por ser autista (0,1%), a não aceitação de membros da família (0,1%), o abuso

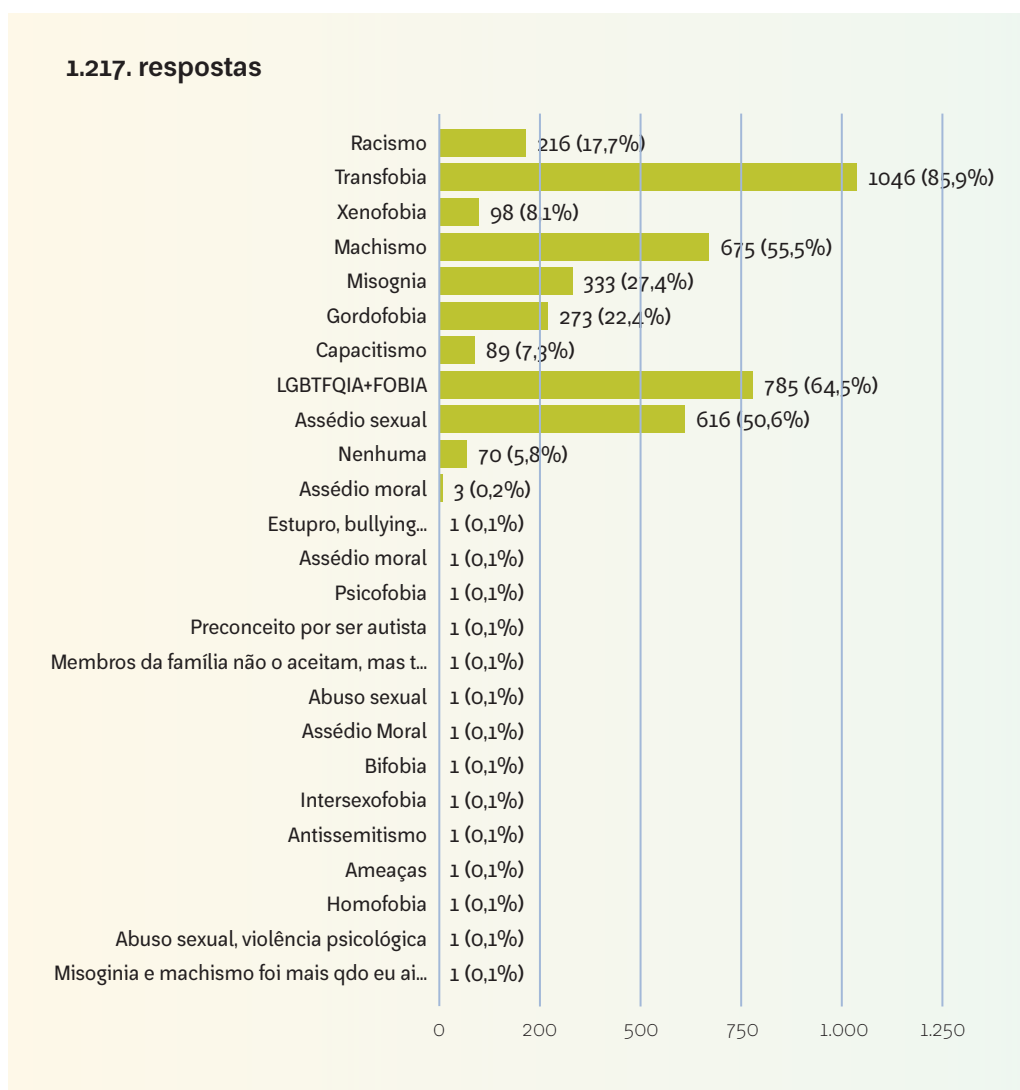


Figura 07 – Dados da questão “Você sofreu alguma dessas discriminações?” do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

- 121.** As violências sofridas e evidenciadas no mapeamento ocorreram e/ou ocorrem, sobretudo, em lugares públicos (78,2%), no ambiente doméstico/familiar (63,8%), escola/universidade (58,4%); ambiente de trabalho (40,4%); internet (0,9%); e redes sociais (0,3%).

sexual (0,1%), a bifobia (0,1%), a intersexofobia (0,1%), o antissemitismo (0,1%), ameaças (0,1%), a homofobia (0,1%), a não aceitação por membros da família (0,1%), a violência pedagógica (0,1%).

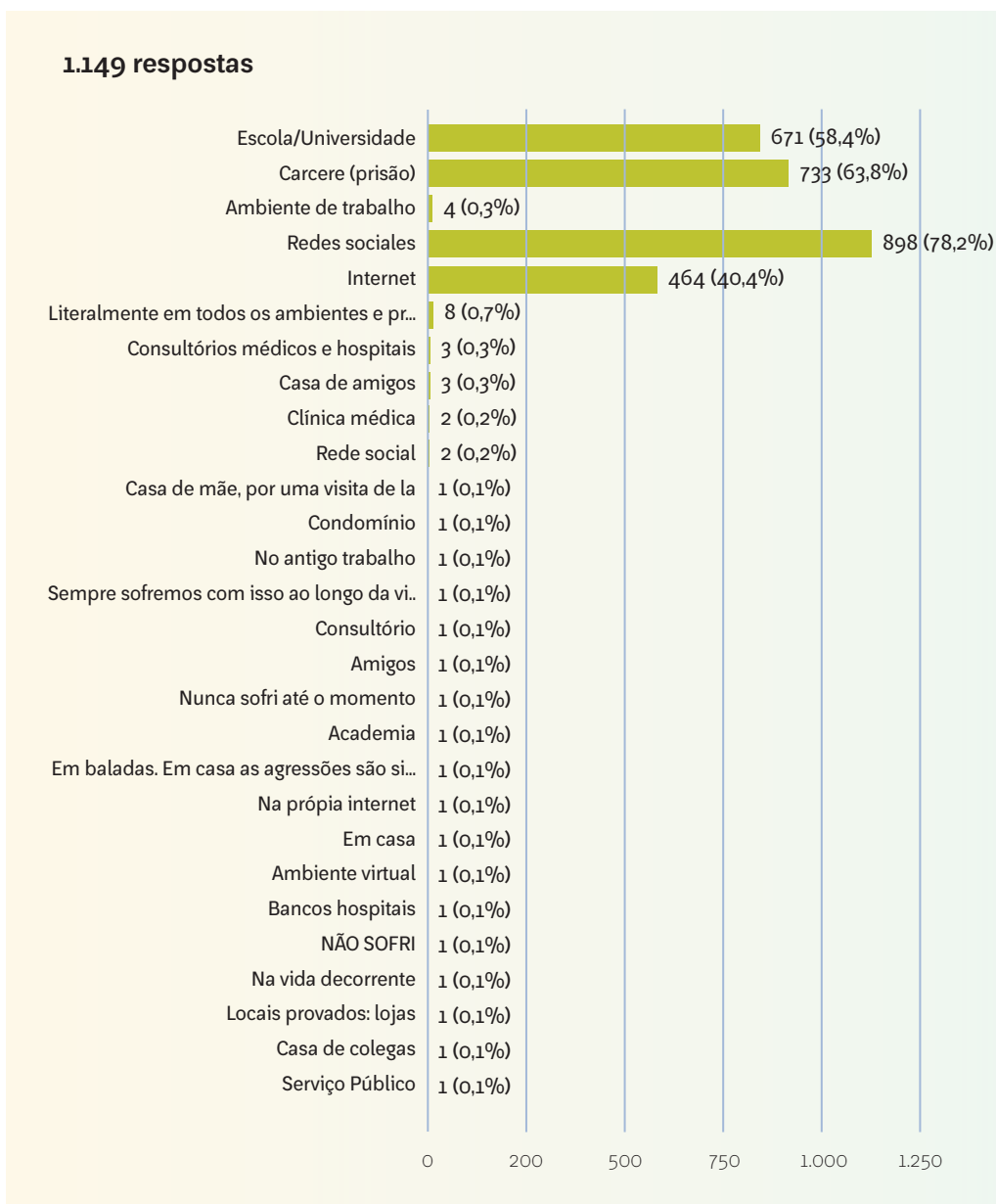


Figura 08 – Dados da questão “Se sim, onde ocorreu tal(ais) violência(s)?” do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

122. A leitura desses dados nos devem levar ao questionamento sobre se existem formas menos visíveis de violências contra homens trans e transmasculinos, que, silenciadas, não possuem grande repercussão. De acordo com Tchalian, em “Transmasculinidades: invisibilidade, escassez de informações e apagamento histórico”:

Para além das violências que extrapolam com maior intensidade a normalidade aparente do cotidiano, justamente as de menor repercussão representam riscos que saem da esfera individual, à medida que mesmo se tratando de centenas de vidas pelos crimes, gerações inteiras foram extirpadas dos registros históricos, por não constarem nos documentos eleitos como fontes confiáveis. No silenciamento cotidiano, no apagamento, na assimilação dos corpos aos sistemas normativos reside a estratégia que culmina no epistemicídio e apagamento histórico de várias gerações passadas de pessoas trans⁷².

123. Assim, deve-se interpretar os índices dessas violências paralelamente ao perfil de pessoas que responderam o mapeamento, pois a marcação e a porcentagem da gordofobia e do racismo, por exemplo, não dizem respeito à totalidade da população transmasculina que sofre essas violências, mas à quantidade de pessoas gordas e não-brancas que responderam o questionário.
124. Em relação ao racismo, diversos ativistas transmasculinos negros destacam o quanto, sobretudo após a transição, passaram a perceber que as pessoas no geral, mas também as forças de segurança, começaram a lê-los sob o código da ameaça, a partir do momento em que começaram a ser reconhecidos externamente como homens negros. Ou seja, apesar de alocados/es no campo das transmasculinidades, a população transmasculina sofre violências diversas de acordo com seus atravessamentos sociais, como vimos com Peçanha⁷³ discorrendo sobre transmasculinidades negras. Somamos a ele a fala de Bruno Santana:

Começo a vivenciar na pele a transfobia a partir do momento em que meu corpo é visto como transgressor, ao passo que as mudanças corporais trazidas pelo uso da testosterona ficam mais evidentes, e passo a ser lido pelo outro como homem, "automaticamente o peso do racismo cai sobre mim e saiu do lugar de vítima e objeto de desejo (enquanto era lido socialmente como mulher), conseqüentemente para o lugar de ameaça (homem negro)". "Comecei a ver que as pessoas na rua, principalmente as mulheres cis, ao notar minha presença sentiam-se ameaçadas e passavam a andar mais rápido, segurar suas bolsas, entrar em estabelecimentos, correr. São nesses momentos que consigo perceber que alcancei a tal da passabilidade cis, ou seja, passar despercebido, sem ter o gênero questionado pela sociedade⁷⁴.

125. Também Caetano, homem trans, escreveu em "Homem trans e negro nas trincheiras do cotidiano"⁷⁵:

72 TCHALIAN, Vicente. Transmasculinidades: invisibilidade, escassez de informações e apagamento histórico. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

73 PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto. Visibilidade trans para quem? Parte II – Um olhar transmasculino negro. Disponível em: <<http://negrosblogueiros.com.br/leonardombpecanha/2018/visibilidade-trans-para-quem-parte-ii-um-olhar-transmasculino-negro/>>. Acesso em: 27 mar. 2018

74 SANTANA, Bruno. Trajetória de um homem trans no curso de licenciatura em educação física na universidade pública: uma narrativa subversiva. Feira de Santana, p.45-46, 2017.

75 CAETANO, Marcelo. Homem trans e negro nas trincheiras do cotidiano. FÓRUM, 2015. Disponível em: <<https://re-vistaforum.com.br/noticias/homem-trans-e-negro-nas-trincheiras-do-cotidiano/>>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.

Mas assim que comecei a ser reconhecido como homem em espaços que iam para além das minhas relações pessoais (no ônibus, na padaria), a questão racial foi se tornando inevitável. Acho que dois momentos foram cruciais nesse processo: quando eu ganhei barba e quando deixei o cabelo crescer. A barba se mostrou como o signo que não deixa dúvidas, uma pessoa de barba é sempre um homem! Então, quando comecei a ter barba, em nenhum lugar as pessoas erravam os pronomes ou indagavam sobre minha identidade de gênero (mas lógico que quando se tem algum documento a ser apresentado, o problema se torna outro).

126. Por sua vez, Eduardo relatou a seguinte experiência:

Eu sofri uma transfobia esse ano por uma vizinha que do nada me agrediu com frases transfóbicas e racistas, tipo me chamando de macho com buceta e dizendo que negro quando não caga na entrada quer cagar na saída. Quando fui à delegacia fazer o boletim de ocorrência lá sofri mais ainda, pois fui motivo de chacota por parte do delegado que não reconhecia a transfobia e nem o racismo dizendo que eu tinha que ter testemunhas. Enquanto a vizinha foi na mesma delegacia e fez um boletim contra mim cheio de mentiras e o delegado aceitou. (Eduardo, São Paulo, 22/08/2020)

127. Leonardo Peçanha, homem trans, diz: “Deixei de ser objeto para ser ameaça”⁷⁶:

Mas quando uma pessoa é transfóbica comigo, ela é racista também. E quando ela é racista, ela é transfóbica, porque está na intersecção de opressões que perpassa a minha vivência. Então, não tem como dizer: “Ah, naquele momento eu sofri racismo e naquele outro transfobia”. Não consigo separar a discriminação, porque estão muito juntas, relacionadas e direcionadas a mim, que sou homem trans e negro.⁷⁷

128. Da mesma forma e no mesmo texto, ele também discorre sobre as ameaças evidenciadas pelas pessoas trans negras, citando a situação de homens trans/transmasculinos e transmasculines negres e negros:

No meu caso específico, isso fica bem enegrecedor. Quando eu era lido como mulher negra, antes da minha adequação, eu sofria outro tipo de preconceito e de racismo. As pessoas tinham uma leitura que hipersensualizava e objetificava as mulheres negras – é claro que a mulher em si é objetificada, mas no caso da mulher negra há uma objetificação específica – que tem que ser a gostosona, a passista, a que sempre tem que servir ao homem, com determinado padrão de corpo, resquícios relacionados ao processo de escravidão também estão aqui e toda maneira de preconceito racista tem essa ligação. Mas depois que eu fiz a adequação e eu passei a ser lido como homem negro pela sociedade, o racismo mudou. Mesmo que exista o privilégio por ser homem, senti e sinto, que o homem negro é visto como o bandido, aquele rouba, que é marginal, que é ameaça e ameaçador, que é visto como uma virilidade inquestionável e a ligação cultural com o falocentrismo. Ou seja, enquanto homem negro trans, eu deixei de ser objeto para ser ameaça⁷⁸.

⁷⁶ Portal Geledés. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/homem-trans-negro-leonardo-pecanha-diz-deixei-de-ser-objeto-para-ser-ameaca/>

⁷⁷ Portal Geledés. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/homem-trans-negro-leonardo-pecanha-diz-deixei-de-ser-objeto-para-ser-ameaca/>

⁷⁸ Portal Geledés. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/homem-trans-negro-leonardo-pecanha-diz-deixei-de-ser-objeto-para-ser-ameaca/>

129. No mesmo sentido, Henrique:

Eu fui abordado pela polícia quando ainda me entendia por lésbica. Só que eles me pararam pois eu estava com minha namorada que era branca. E eles perguntaram pra ela se estava tudo bem. Pediram só os meus documentos. Eram tantos policiais homens como mulheres. Entendi que ali estava relacionado à minha cor de pele. Por isso não sei se eu prefiro ser revistado por mulheres ou homens, se tratando da polícia os dois são bastante ruins. Acho que prefiro não ser revistado por nenhum. (Henrique, Minas Gerais, 11/08/2020)

130. O Instituto Transformar Shelida Ayana, organização de formação política de pessoas trans localizada no estado do Rio de Janeiro, em uma pesquisa realizada em parceria com Raça e Igualdade, teve contato com Rafael, homem trans negro de 30 anos, morador do município de Nova Iguaçu, na região metropolitana do Rio de Janeiro, que lhes reiterou o quanto homens (cis e trans) são associados pelas pessoas brancas à marginalidade e à criminalidade:

Hoje, como um homem trans negro, quando entro dentro do ônibus, as pessoas guardam os celulares, guardam suas bolsas. [...] Isso é tão pesado, porque você é marginalizado o tempo todo. Quase todo dia eu busco minha mulher no ponto de ônibus à noite. Antes não acontecia isso, porque eu usava outro tipo de roupa, hoje quando as pessoas descem do ônibus e olham pra minha cara, guardam o telefone. E se estou andando e tem outra pessoa na mesma direção, elas andam mais rápido⁷⁹.

131. Em “Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil”, é relatada a seguinte experiência de Rafael:

Em uma noite de dezembro de 2018, quando caminhava com um amigo cis branco pela Avenida Brasil, a maior avenida em extensão do Brasil, localizada no Rio de Janeiro, foi abordado por um policial, que lhe disse: “moleque, para aí”. Em seguida, o policial começou uma revista em busca de algo ilícito e, percebendo seus seios, falou: “que palhaçada é essa?”. Ao lhe responder que era um homem trans, o policial colocou as mãos em sua genitália, por dentro de sua cueca, e afirmou: “Ih, essa porra é mulher”. Rafael ressaltou que esse procedimento – colocar as mãos na genitália – nunca teria sido feito com um homem cis. Ele, então, mostrou ao policial o seu documento de identidade, com o nome retificado. Ainda assim, o policial não respeitava a sua identidade de gênero, dizendo-lhe: “Ih, sapatão, quer me dar lição de moral?”⁸⁰.

132. Por esse motivo, para o Instituto Transformar, “seja através de coação, agressão física ou verbal, seja através de tentativas de assassinatos e humilhações das mais variadas o corpo LGBTIQ+ parece estar autorizado a todo e qualquer tipo de violência. Em geral, a população trans negra é a mais vulnerável quanto a essas formas de violação”⁸¹.

⁷⁹ Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos; PORTO, Isaac. Qual é a cor do invisível? A situação de direitos humanos da população LGBTI negra no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Internacional sobre Raça, Igualdade e Direitos Humanos, 2020, p. 129.

⁸⁰ Idem, p. 130.

⁸¹ Idem, p. 131.

133. Como se pode ver, são muitos os relatos de homens trans e transmasculines negros/es que denunciam o quanto as abordagens policiais os fizeram sentir o peso da violência com que as forças policiais agem em relação aos homens negros nesse país. Não à toa, muitos/es deles preferem ser revistados/es por mulheres, por acreditarem que, desse modo, poderão ser menos sujeitos a violências.
134. Com efeito, de acordo com o relato de uma pessoa transmasculina com relação às abordagens policiais:

Acho que a primeira coisa que é importante de ser demarcada aqui, é que eu sou um homem trans branco, então acho que isso é muito importante nessa questão racial dentro da abordagem policial né, eu nunca fui abordado por um policial, por uma policial... Então acho que isso é importante de ser dito em primeiro lugar. Mas num cenário imaginário, num cenário hipotético, caso isso acontecesse, que seria uma abordagem muito diferente de uma pessoa negra, por exemplo, eu acho que dentro da minha vivência enquanto pessoa branca, enquanto homem trans, eu preferia ser revistado por uma mulher, acho que por toda essa questão social, da socialização, que é dada a mulher né, e isso falando se for uma mulher cis, porque se fosse um pessoa trans então eu poderia ser revistado por qualquer pessoa que acho que seria bem mais compreensível nesse sentido, mas caso falando de pessoas cis, eu preferia ser revistado por uma mulher cis, do que por um homem cis né, por toda a questão da socialização e do machismo, que faz com que as mulheres tendem a ser mais compreensíveis e mais sensíveis e menos agressivas assim, e isso obviamente levando em consideração o contexto estrutural. Mas claro que tendo que escolher um dos dois assim, no cenário ideal eu não gostaria de ser revistado em nenhum momento por ninguém, mas caso acontecesse, por uma mulher. (Pedro, 22 anos, Salvador, 14/08/2020)

135. O famoso “baculejo” ou abordagem policial ainda tem sido motivo de medos e receios entre homens trans/transmasculinos/transmasculines. Segundo Peçanha:

Estupro, baculejo de policial, leitura de ameaça são apenas alguns dos medos e receios que homens negros trans, com o tempo passam a perceber que sofrem ou podem vir a sofrer. Essa violência cai com muita força e faz com que muitos homens negros trans fiquem receosos, já que a leitura anterior que era de objeto, hoje passa a ser de ameaça. Entra aqui também, preconceitos de classe e elitismos que se misturam a características racistas⁸².

136. Se, na abordagem, a pessoa estiver usando o *packer* a situação se torna mais delicada. Também explicando o que é *packer*, Lemos:

Conhecido como: pênis de borracha, prótese, vibrador ou até mesmo consolo, no entanto, o *packer* para os homens trans/transmasculinos/transmasculines que fazem uso representa pertencimento. De certa forma, *packer* é uma prótese com leitura de um pênis. A ideia desta tecnologia de gênero chega ao Brasil através de um homem trans brasileiro que passou a fabricar *packers* para homens trans, David Zimmermann, que transformou seu quarto em

⁸² Portal Geledés. 2015. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/homem-trans-negro-leonardo-pecanha-diz-deixei-de-ser-objeto-para-ser-ameaca/>

um laboratório de tecnologia de gênero. O *packer*, ou, em uma leitura ocidental, é uma prótese peniana com funções tecnológicas interligadas ao corpo⁸³.

137. Assim, Arthur Gabriel:

Em relação ao *packer* numa abordagem policial seria constrangedor porque a polícia não tem e nem fazem questão de saber quem somos nós. Eles com certeza iriam me humilhar muito por um pênis falso ou não poderiam ficar constrangidos mais se tratando da polícia acho difícil eles ficarem sem graça acredito que eu seria humilhado não só por tá usando um Parker como também por ser negro. Afinal sou duas coisas que a polícia odeia um homem trans e negro. (Arthur Gabriel, 19 anos, Ceará, 14/08/2020)

138. Quanto a lugares como delegacias, percebemos, ainda, uma resistência muito grande em relação à identificação de gênero e de nome nos boletins de ocorrência, mesmo com a regulamentação nacional do Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016⁸⁴, que diz o seguinte: "Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional".

139. Os dados coletados nos mostram como os serviços públicos se distanciam dos direitos humanos, visto que 68,3% não tiveram seus nomes respeitados durante o procedimento de boletins de ocorrências, em contraponto a somente 31,7% que obtiveram esse respeito.⁸⁵

140. Questionando sobre a presença de pessoas transmasculinas nos setores de segurança pública, em vínculo empregatício, soubemos que 99% não trabalham nesses setores.

141. Segundo Tchalian, em *Transmasculinidades: invisibilidade, escassez de informações e apagamento histórico*:

(...) há uma grande falha nos dados encontrados acerca de pessoas transmasculinas e homens trans, provavelmente pelo fato de em sua maioria serem lidos e interpretados socialmente como mulheres masculinas. Mediante essas observações, é possível identificar um ponto de convergência da violência no Brasil, corpos que performam feminilidades sofrem grande violência e risco de morte. Tal conclusão nos encaminha à discussão acerca da Lei 13.104/2015, conhecida como a lei contra o feminicídio e sua aceitação ou não das mulheres trans. Os mesmos dados fazem questionar que os corpos lidos socialmente como femininos, no caso de alguns homens trans não identificados como tal, que são vítimas de assassinatos são enquadrados como mulheres fazem crescer as estatísticas de feminicídio.

⁸³ LEMOS, Kaio. Processos externalizadores: normas, práticas e tecnologias de gênero no universo transmasculino no Ceará. Fortaleza, pg. 185, 2020.

⁸⁴ Presidência da República. Decreto Nº 8.727. 28 de abril de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm

⁸⁵ Durante o percurso do mapeamento, recebemos críticas e observações sobre a estruturação das perguntas e das respostas possíveis do formulário, levando-nos à inclusão de algumas respostas no decorrer de seu lançamento para acessibilizá-lo à maior quantidade de pessoas transmasculinas, exemplo: na questão 34 (Se já fez um B.O, teve seu nome social e identidade de gênero respeitados/es?), supomos que a pessoa já utiliza nome social, não oferecendo a alternativa de dizer que nunca o usou.

Se por um lado ao menos esses corpos conseguem algum respaldo legislativo, por outro, o fato de não serem registrados de acordo com sua identidade de gênero, torna muito mais difícil o trabalho de identificar os casos de violências contra pessoas transmasculinas afim de pensar formas de combate, não só à violência e assassinatos, mas também marginalização social, ao apagamento histórico e epistemicídio⁸⁶.

142. Os dados obtidos nos mostram que as sete maiores violências apresentadas e vivenciadas por pessoas transmasculinas – considerando não só a diversidade de pessoas que responderam o questionário, como também, e principalmente, a predominância de um perfil de pessoas transmasculinas, como vimos na primeira seção – são transfobias, LGBTQIA+fobias, machismo, assédio sexual, misoginia, gordofobia e racismo. Soubemos, também, que essas violências são vivenciadas e sentidas em lugares públicos, ambiente doméstico/familiar, escola/universidade, ambiente de trabalho e ciberespaço. A grande maioria acredita ser menos violento e constrangedor que a revista seja realizada, em uma abordagem policial, por policiais mulheres, alegando, também, o desrespeito ao nome social ao utilizar os equipamentos de segurança pública, como nos boletins de ocorrência. Temos um número pequeno, porém expressivo, de pessoas transmasculinas trabalhando nos setores públicos de segurança de que 99% não trabalha em setores de segurança.
143. Ainda se vive uma realidade em que as identidades transmasculinas procuram demarcar os limites e as significações de suas corporalidades nos processos socioculturais de formação de subjetividade. O que significa ser um homem trans, um transmasculino e uma transmasculine vivenciando a lógica de uma corporalidade tecnológica de gênero e/ou fora dessa lógica? E o que os homens trans, transmasculinos e transmasculines têm a dizer sobre suas identidades e corporalidades? Em que medida a experiência com a polícia, para além de todas as violações de direitos humanos, também afetam a subjetividade de homens trans e transmasculines, ao perceberem que a violência é a principal forma de atuação do Estado em relação a eles?
144. Todas as suposições sobre os comportamentos, performances e performatividades passam a ser construídas, julgadas e determinadas pela estrutura patriarcal cisheteronormativa, racista, intersexofóbica, capacitista, gordofóbica, machista, xenofóbica dentro do sistema atual de segurança pública no Brasil. As performances e performatividades construídas pela sociedade não são as mesmas performances e performatividades desconstruídas e construídas por homens trans/transmasculinos/transmasculines. Assim, é preciso que se faça uma leitura sobre a maneira com que as forças de segurança pública do Brasil atuam em relação a homens trans e transmasculines, que, a partir de uma perspectiva interseccional, dê conta de explicar o quanto elas – as forças de segurança, na verdade, estigmatizam, produzem e reproduzem processos de extrema violência.

⁸⁶ TCHALIAN, Vicente. Transmasculinidades: invisibilidade, escassez de informações e apagamento histórico. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, p. 3-4.

CAPÍTULO 8

Direito à saúde: uma luta pela vida e pela despatologização

145. Da mesma forma com que as diversas performatividades transmasculinas produzem discursos entre eles, a cisnormatividade produz os discursos medicalizantes e patologizantes que se faz necessário combater. Esses discursos cisnormativos, além de categorizarem a existência transmasculina de forma patologizada, constroem narrativas sobre transgeneridade cujas únicas vias possíveis estão fundamentadas em sofrimento disfórico, auto-ódio, extrema angústia.
146. Encontramos nos ambulatórios trans um excelente exemplo dessa produção discursiva cisnormativa. Longe de oferecerem o cuidado do qual os homens trans/transmasculinos/transmasculines necessitam, os ambulatórios e demais serviços de saúde voltados para pessoas trans (no caso, focando em serviços de acompanhamento hormonal e realização de determinadas cirurgias, sobre os quais falaremos mais à frente) se configuram como verdadeiros laboratórios de violência. A questão da performatividade, nos ambulatórios trans, como são conhecidos, ganha notoriedade, pois os comportamentos trans são “lapidados no decorrer do processo, de forma que a pessoa trans se veja continuamente à prova. Seu jeito de ser é analisado e questionado [...]”⁸⁷ (PFEIL, 2020, p. 487). Nesse sentido, surgem alguns

⁸⁷ PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. Um diálogo sobre fronteiras. Revista Estudos Transviades, v.1, n.2, 2020. Disponível em: <<https://revistaestudostransviades.wordpress.com/blog-2/>>. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

questionamentos do tipo: se essa pessoa transmasculina não for *masculina* o suficiente, será que ela é realmente trans? Se não querem arrancar os seios, ter um pênis, voz grossa e pelos faciais; se não querem usar roupas das seções masculinas das lojas, ter um relacionamento heterossexual e provavelmente atravessado por reproduções de machismo e toxicidade, será que serão tidos como “homens de verdade”, ou, parafraseando Harry Benjamin⁸⁸, “transexuais de verdade”?:

O processo transexualizador é o melhor laboratório para o estudo dos papéis de gênero. Nele, vemos quais são as feminilidades e as masculinidades legitimadas ou reprovadas e como o ‘transexual de verdade’ é efetivamente construído. Há somente uma transexualidade reconhecida: a que reitera os estereótipos de gênero. As performances efetuadas no hospital pelas pessoas trans, apesar de bastante convincentes, geralmente não englobam as expressões de gênero dos sujeitos que as exercem⁸⁹.

147. Se os discursos médicos cis produzem as narrativas trans calcadas em sofrimento e auto-ódio, seria possível desconstruir uma corporalidade física e conceitual, baseada nas prerrogativas da cisgeneridade, e construir outra corporalidade a partir de subjetividades não colonizadas? É possível para uma pessoa transmasculina modificar a estrutura corporal, orgânica e simbolicamente, sem sofrer violências dos próprios aparatos que oferecem as tecnologias para tais modificações? Nesse caso, focamos nas modificações físicas, principalmente alcançadas ou desejadas pela hormonização, e por cirurgias específicas, como a mastectomia, por conta das dinâmicas institucionais que as englobam: acesso a consultas médicas, ter que se submeter a avaliações psicológicas e/ou psiquiátricas para obter laudos patologizantes, sofrer impedimentos para poder se hormonizar ou para realizar determinada cirurgia pela alegação de um estado mental ‘incongruente’ com o *diagnóstico* de disforia de gênero. Apesar do foco em modificações corporais físicas, é compreendido que a ideia de “transição” engloba tecnologias das mais diversas, desde hormônios a roupas, de cirurgias a adereços simples que mudam completamente a significação do corpo e as leituras sociais e individuais. As transmasculinidades têm como desafio pensar sobre tecnologias, construções e desconstruções de gênero.
148. Se, no Brasil, o “processo transexualizador” do Sistema Único de Saúde oferece atendimento a pessoas trans a partir de chaves que sustentam um modelo normativo de transexualidade, pautados nas definições do DSM-V⁹⁰ e CID-10⁹¹, o suposto acolhimento, na verdade, pode servir como uma forma violenta de reforçar um padrão ideal de masculinidade, ancorado numa lógica binária, convertendo-se em agente controladores do poder, produtor de identidades violentadas e normalizador de

⁸⁸ BENJAMIN, Harry. The transsexual phenomenon. New York: Julian Press, 1966. Disponível em: <<http://www.symposium.com/ijt/benjamin/index.htm>>. Acesso em: 18 de setembro de 2006.

⁸⁹ PFEIL, Bruno Latini; PFEIL, Cello Latini. Um diálogo sobre fronteiras. Revista Estudos Transviades, v.1, n.2, 2020. Disponível em: <<https://revistaestudostransviades.wordpress.com/blog-2/>>. Acesso em: 16 de setembro de 2020.

⁹⁰ Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM) ou Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais ou Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais.

⁹¹ Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde.

multidões, conforme o padrão binário de normalidade e inteligibilidade pelo qual devemos passar.

149. Nos últimos anos, homens trans/transmasculinos/transmasculines têm ganhando visibilidade, criando demandas em várias áreas; dentre elas, o campo da saúde. Em meados de 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS), em sua 11ª revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID⁹²), retirou a transgeneridade da categoria de transtornos mentais, recebendo a denominação de “incongruência de gênero”, relativa à saúde sexual. Os países que adotarem a CID-11 têm até 1º de janeiro de 2022 para se adaptar à nova classificação.
150. Ao contrário do que a norma higienista da sociedade exige da população transmasculina, segundo a WPATH⁹³, não é necessário realizar os processos hormonais ou qualquer intervenção cirúrgica para se compreender como uma pessoa trans. Ser trans é uma autoafirmação livre do ser.
151. Ademais, nesta seção do mapeamento, problematizamos as questões relativas à saúde. Das pessoas que responderam o mapeamento, 80,9% disseram utilizar o SUS, em oposição a 19,1% que nunca utilizaram propriamente a rede privada de saúde.
152. Sobre transfobia em espaços de saúde, 64,1% não tiveram a identidade de gênero e os pronomes respeitados, 61,4% não tiveram o nome social respeitado, 35,7% foram desrespeitados e desrespeitades em espaços de saúde particulares, como hospitais e clínicas, e 30,7% tiveram dificuldades em realizar exames/consultas por planos de saúde em virtude da transfobia⁹⁴. Segundo João Vitor, uma das pessoas que nos concedeu uma entrevista:

Não utilizo o sus pra consulta ou tratamento tenho plano de saúde. E já sofri sim racismo e preconceito por parte até de médicos que me olham de outra forma quando se deparam comigo. quando chamam o meu nome todos que estão na recepção olham e chegam a murmurar misericórdia. Uma médica do Hapvida tentou me desencorajar pra não fazer hormônio terapia. Dizendo você vai se arrepender. (João Vitor, 21 anos, Rio Grade do Sul, 16/08/2020).

⁹² Organização Pan Americana de Saúde. 2018. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875

⁹³ Standards of care for the Health of Transsexual, Transgender, and Gender-Nonconforming People. USA: World Professional Association for Transgender Health (WPATH), 2012.

⁹⁴ Durante o percurso do mapeamento, recebemos críticas e observações sobre a estruturação das perguntas e das respostas possíveis do formulário, levando-nos à inclusão de algumas respostas no decorrer de seu lançamento para acessibilizá-lo à maior quantidade de pessoas transmasculinas, exemplo: na questão 37 (já sofreu alguma transfobia nos espaços de saúde?), supomos que a pessoa já vivencia socialmente enquanto transmasculina, ao não oferecer a alternativa, por exemplo, de dizer que nunca sofreu discriminação por não se apresentar com nome social. Reconhecemos que a violência transfóbica não ocorre somente no desrespeito ao nome social, como também nos motivos pelos quais a pessoa trans não se sente segura em emití-lo.

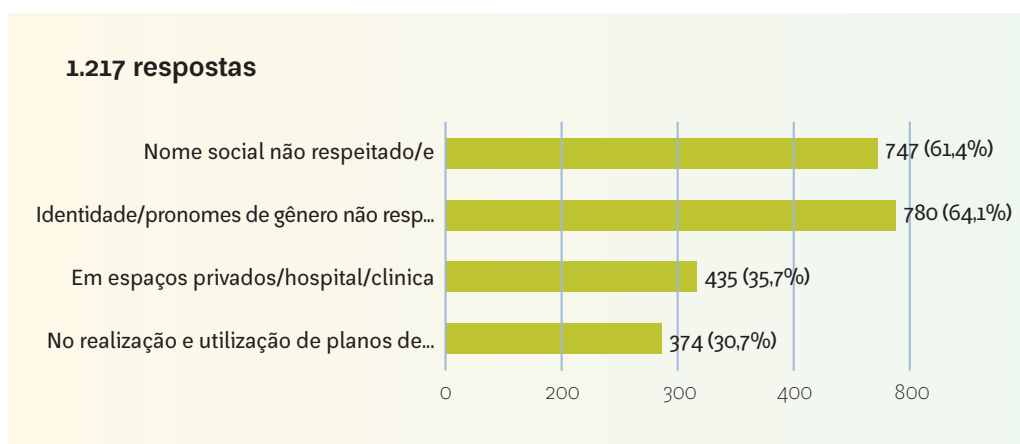


Figura 09 – Dados da questão “Já sofreu alguma transfobia nos espaços de saúde?” do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

- 153.** Mais da metade das respostas (59,9%) afirmou fazer exames regulares e check-ups de saúde. Além disso, das respostas, 55,5% disseram fazer acompanhamento com profissionais de psicologia.
- 154.** Sobre saúde ginecológica, a maioria (47,6%) disse não frequentar profissionais da área, enquanto 19,5% afirmaram frequentar, dependendo da discricção médica; 19,1% frequentam uma vez ao ano e 7,7% vão a cada seis meses. Segundo Enzo Miguel:

Eu tenho um certo problema em ir ao ginecologista pois devido as violências sexuais que sofri e os exames ginecológicos que tive que passar por conta das violências não me sinto confortável quando tenho que realizar algum tipo de exame ginecológico fico sem dormir em total pânico e quando chego depois do exame passo uns dias sem me comunicar com ninguém. Fico numa total depressão. (Enzo Miguel, 24 anos, Distrito Federal, 18/08/2020.

- 155.** Temos aqui um grave problema, uma vez que quase a metade das respostas recebidas apontou para o distanciamento da saúde ginecológica. Segundo Sampaio⁹⁵, em função da “consagração [dos serviços de ginecologia] como um espaço para o público feminino, é possível haver resistências e posturas de transfobia e estranhamentos no que se refere a um corpo masculino queixoso de cuidados deste âmbito”. Assim, não só deixam de frequentar os espaços de saúde, como, muitas vezes, não se aprofundam na saúde ginecológica, seja por falta de instrução, seja por estigma.

⁹⁵ SAMPAIO, Alexandre Gregório Silva. Ginecologia: um espaço clínico específico para mulheres (?) Impasses e desafios para a saúde ginecológica dos homens trans. Revista Estudos Transviades, v. 1, n. 2, p. 101, set. 2020. Disponível em: <<http://revistaestudostransviades.wordpress.com/blog-2/>>. Acesso em 18 de setembro de 2020.

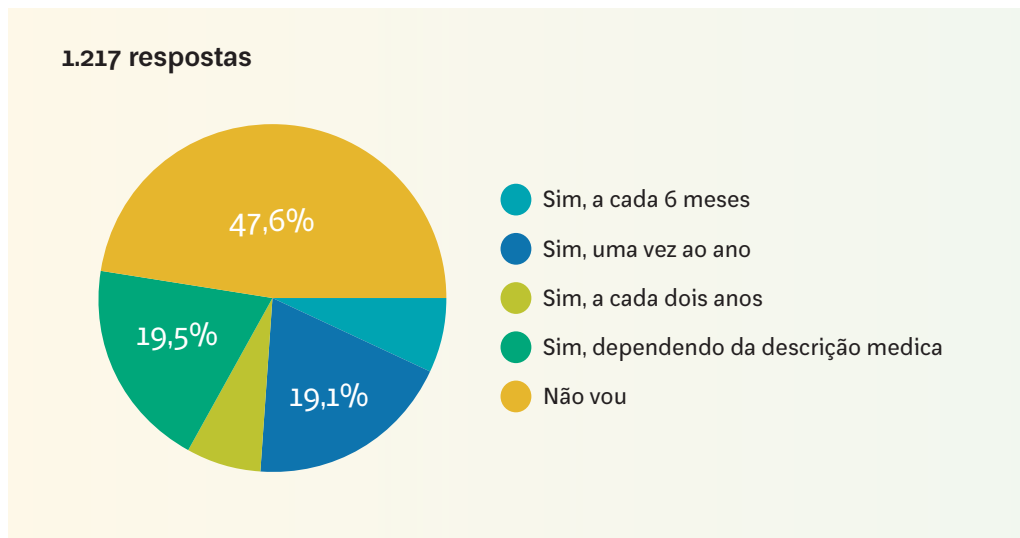


Figura 10 – Dados da questão “Costuma ir ao ginecologista?” do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

156. Muitos e muitas des/os homens trans, transmasculinos e transmasculines nem lembram de quando fizeram a última prevenção, e por vezes não a fazem por não sentirem confortáveis nem seguros/os, ou por não haver confiança na análise sobre suas corporalidades. A linguagem também é outro fator: o vocabulário médico e do senso comum com relação a certas partes do corpo, como o peitoral e os genitais, pode provocar constrangimento e, para alguns, remete à ideia de mulheridade, não existindo a comunicação da linguagem utilizada por elus/eles para se referir às suas estruturas corporais; por exemplo, a utilização “nossos intrusos”⁹⁶ ao invés de “nossas mamas” ou “nossos seios”. Em relação à genitália, nem toda pessoa transmasculina se sente pertencida a terminologias como “vagina”, “clitórís”, e/ou outras palavras similares. Segundo João, uma das pessoas que entrevistadas:

O preconceito ainda é maior nas unidades de saúde se você for um garoto de programa. Quando eu fui a um ginecologista do sexo masculino ele me perguntou se eu fazia programa porque se você é gay, travesti ou trans é quase que obrigatório pra uma sociedade homofóbica que você tem que fazer programa. Eu respondi lógico que não! Ele me fez algumas perguntas e umas delas qual cor eu me definia eu disse que pardo pra testar de imediato ele me disse que em outro país eu sou considerado negro. Ele a todo instante era hostil comigo e na hora do exame ele me machucou muito que cheguei a sangrar. Fiz a ocorrência no Hapvida e no conselho regional até hoje aguardo o fato de ter sofrido uma violência sexual por ser trans e negro. E isso fez com que eu ficasse ainda mais temeroso com médicos que cuidam das partes íntimas. (João, 26 anos, Santa Catarina, 21/08/2020)

⁹⁶ A palavra “intrusos” pertence à linguagem do universo das transmasculinidades, remetendo à ideia de ‘corpo errado’, mas a ideia de ‘intrusão’ de significações sociais cisgêneras a essa parte específica do corpo.

157. Ainda sobre o campo da ginecologia, muitos e muitas homens trans, transmasculinos e transmasculines se sentem constrangidos e constrangidas em se despirem e em serem tocados e tocada, mesmo que profissionalmente, pois, em decorrência das violências já sofridas diária e subjetivamente, há a irrupção de um grande desconforto em se submeter à análise médica íntima, dificultando o acesso ao serviço ginecológico. Além disso, é perceptível uma forte incompreensão por parte de profissionais da saúde sobre as mudanças oriundas da prática do *pump*⁹⁷, para quem se utiliza dela, tal como das mudanças morfológicas ocasionadas pela hormonização, caso a pessoa se hormone.
158. Pensando nesse distanciamento dos serviços de saúde ginecológicos para com pessoas transmasculinas, foi lançada, em 2019, a cartilha “Homens Trans: Vamos falar sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis?”, disponível em PDF⁹⁸, que trazia informações sobre a prática do *pump* no sentido de dialogar com a prevenção e o cuidado. Dois meses depois de lançada a cartilha, o Ministério da Saúde recolheu o material⁹⁹ em nome do conselho ético médico, que se posicionou contra tais práticas e contra a disseminação dessas informações sobre a saúde de pessoas transmasculinas. Logo em seguida, depois da manifestação dos movimentos sociais, a cartilha retorna¹⁰⁰, porém sem as informações do *pump*.
159. Descrição de imagem: a imagem mostra uma parte da Cartilha (“Homens Trans: Vamos falar sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis?”), com textos e figuras sobre o *pump*. As primeiras figuras mostram o passo a passo para se montar o *pump* caseiro, com uma seringa. A primeira imagem mostra uma seringa inteira; a segunda mostra uma seringa sem a ponta; a terceira imagem mostra a seringa com a haste de sucção invertida, de forma que o *pump* funcione a vácuo. A segunda figura mostra o *pump* comercializado, de aparência parecida com o caseiro, porém com a haste de sucção com uma ponta externa mais elaborada e com mais facilidade de manuseio. A terceira figura mostra um *pump* em funcionamento, exercendo pressão a vácuo e “sugando” o clitóris. Os textos da imagem total são ferramenta que utiliza o vácuo para aumentar o tamanho e espessura do clitóris. O uso do *pump* é recomendado a garotos que desejam realizar a cirurgia de genitalização (metodioplastia) ou que queiram apenas alongar o órgão. Em alguns casos, os resultados podem gerar uma boa penetração. *Pump* comercializado. O *pump* tem sua versão pronta e sua versão caseira. Em seguida, três imagens de seringas: uma imagem que traz dois

97 Durante o percurso do mapeamento, recebemos críticas e observações sobre a estruturação das perguntas e das respostas possíveis do formulário, levando-nos à inclusão de algumas respostas no decorrer de seu lançamento para acessibilizá-lo à maior quantidade de pessoas transmasculinas, exemplo: escrevemos NA QUESTÃO 44 - (Para aqueles que fazem o uso do *pump* (mecanismo de sucção na genitália do homem trans/transmasculino/transmasculine), você concorda na criação de um preservativo específico?).

98 Ministério da Saúde. Homens Trans: vamos falar sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis? – versão atualizada e corrigida. 2019. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2019/homens-trans-vamos-falar-sobre-prevencao-de-infeccoes-sexualmente-transmissiveis-versao>

99 Folha de São Paulo. Ministério da Saúde retira do ar cartilha voltada para a saúde do homem trans. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/ministerio-da-saude-retira-do-ar-cartilha-voltada-para-saude-do-homens-trans.shtml>

100 GZH. Após polêmica, governo volta a disponibilizar cartilha para homens trans, mas sem ilustrações. 2019. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2019/01/apos-polemica-governo-volta-a-disponibilizar-cartilha-para-homens-trans-mas-sem-ilustracoes-cjrjr4ho701ne01ny9bf15oqk.html>

êmbolos de seringa invertidos sendo que em uma das pontas tem um mecanismo que puxa para fazer a sucção do clitóris. Em seguida, uma outra imagem com três êmbolos explicando como se faz: o primeiro uma seringa de 20ml ou 60ml, o segundo cortando a ponta da seringa e o terceiro invertendo o êmbolo da seringa. Pump caseiro modo de fazer: 1 – pegar uma seringa de 20ml ou 60ml; 2 – corte a ponta da seringa; 3 – inverta o êmbolo da seringa. Mais abaixo, mostra como utilizar: coloca a ponta da seringa que foi cortada na genitália clitóris para ser feita a sucção. Modo de usar: 1 – colocar o pump no clitóris; 2 – fazer a sucção por 30 segundos; 3 – retirar o pump do clitóris e esperar 1 min antes da próxima sucção; repetir mais dez vezes.



Figura 11 – Pump

160. Embora o Ministério da Saúde tenha, por meio de resoluções referentes ao processo transexualizador no SUS, proporcionado avanços significativos, a saúde ginecológica para pessoas transmasculinas ainda é um grande desafio¹⁰¹. Observamos uma grande resistência por parte de profissionais de saúde em atender pessoas transmasculinas, tanto no âmbito público quanto no privado. A lida com planos de saúde, nesse contexto, não é uma tarefa fácil, pois a retificação de nome e gênero, ao mesmo tempo em que contempla os direitos por autorreconhecimento, priva-os, por exemplo, de serviços de saúde ginecológica e obstétrica. Com isso, denunciemos a invisibilização de corporalidades trans pela universalização da cis-generidade, da heterossexualidade e da endossexualidade enquanto norma.
161. Com o embarreiramento da saúde ginecológica, pessoas transmasculinas encontram grandes dificuldades em ter acesso a tecnologias de prevenção sexual. Das respostas que recebemos, 59,9% afirmaram ter feito testes de HIV/AIDS, 51,1% fizeram os testes das hepatites, 42,9% o de sífilis e 35%, outras ISTs.

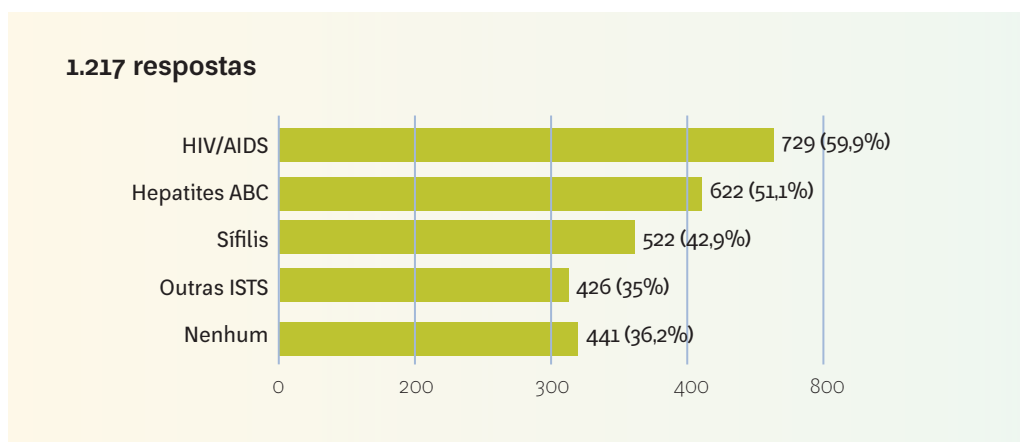


Figura 12 – Dados da questão “Já fez algum desses testes?” do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

162. No geral, 63,8% fizeram exames concernentes à saúde sexual, enquanto 36,2% alegaram nunca ter feito testes do tipo. Segundo Pedro Henrique:

Eu já fiz teste do HIV (...) graças a Deus deu negativo, exame pra saber se eu tinha sífilis também deu negativo. Eu tenho herpes genital mais contrai de uma das violências sexuais que sofri que resultou em uma gravidez. Mas ela só aparece se eu estiver com a imunidade baixa, bom tá com mais de dez anos que não aparece. Sendo assim eu só transmito se ela aparecer do contrário sem ela aparecer não transmito. (Pedro Henrique, 26 anos, Paraná, 20/08/2020)

¹⁰¹ SAMPAIO, Alexandre Gregório Silva. Ginecologia: um espaço clínico específico para mulheres (?) Impasses e desafios para a saúde ginecológica dos homens trans. Revista Estudos Transviades, v. 1, n. 2, p. 101, set. 2020. Disponível em: <<http://revistaestudostransviades.wordpress.com/blog-2/>>. Acesso em 18 de setembro de 2020.

163. Das pessoas que não realizaram os testes, 63,3% disseram que não sabiam onde fazer; 47% expressaram constrangimento; 3,6% disseram que a equipe de saúde não respeitou o nome social e 2,2%sofreram impedimentos para fazer os exames.

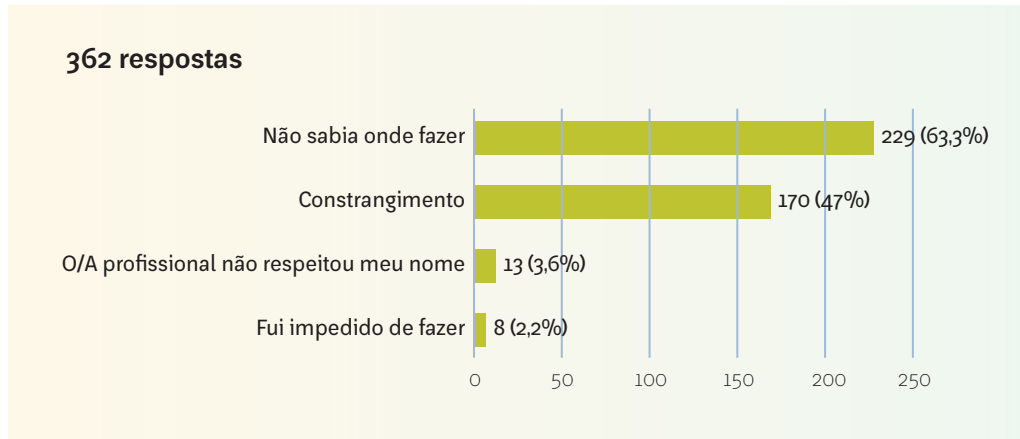


Figura 13 – Dados da questão “Se nunca fez nenhum teste, quais os motivos?” do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

164. Sobre prevenção sexual, 49,2% utilizam preservativos, 17,5% fazem testagens rápidas, 1,5% já fizeram uso da PREP¹⁰² e 0,9% já utilizou a PEP¹⁰³, em oposição a 44,8% que nunca fizeram uso de nenhuma das alternativas. A seguir, alguns dados da questão “Faz algum tipo de prevenção? Qual/quais?”¹⁰⁴
165. Adentrando um pouco mais o campo da prevenção sexual, descobrimos que 53,3% utilizam preservativo externo, 4,8% utilizam preservativo interno, 8,7% usam preservativos de dedo e 3,1% fazem uso de preservativo de língua; 15,8% utilizam outros preservativos, 19,4% disseram não usar preservativos e 8,5% alegaram não praticar sexo. Abaixo, alguns dados da questão “Você faz uso de preservativos? Qual e/ou quais?”

¹⁰² Profilaxia Pré-Exposição de risco à infecção pelo HIV.

¹⁰³ A PEP é uma medida de prevenção de urgência à infecção pelo HIV, hepatites virais e outras infecções sexualmente transmissíveis (IST)

¹⁰⁴ Durante o percurso do mapeamento, recebemos críticas e observações sobre a estruturação das perguntas e das respostas possíveis do formulário, levando-nos à inclusão de algumas respostas no decorrer de seu lançamento para acessibilizá-lo à maior quantidade de pessoas transmasculinas, exemplo: na questão 42 (Faz algum tipo de prevenção? Qual/quais?), recebemos a alegação de que não havia opção de resposta para quem não utilizasse preservativos em geral. Com isso, incluímos a opção “Não fiz uso de nenhuma das alternativas”, referindo-se a alternativas de prevenção sexual. Mais tarde, incluímos a opção “Não pratico sexo”.

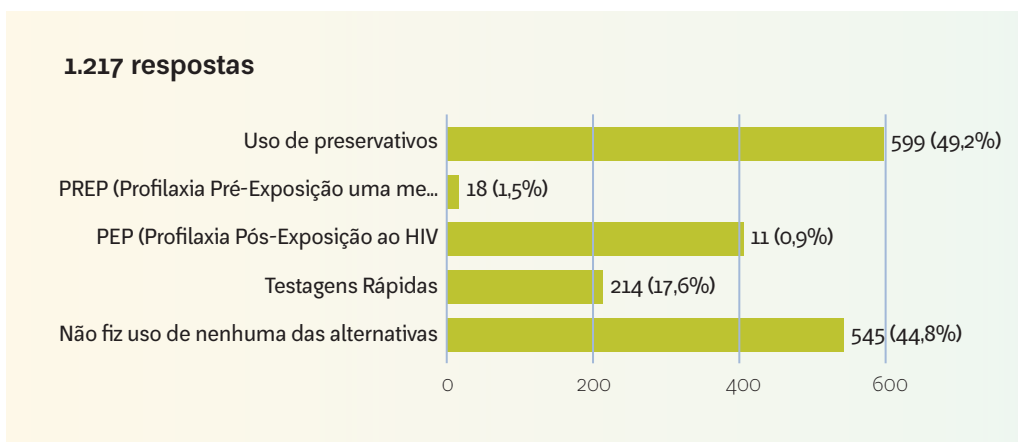


Figura 15 – Dados da questão: faz algum tipo de prevenção? Qual/quais?

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculin@s/Transmasculin@s no Brasil (2020)

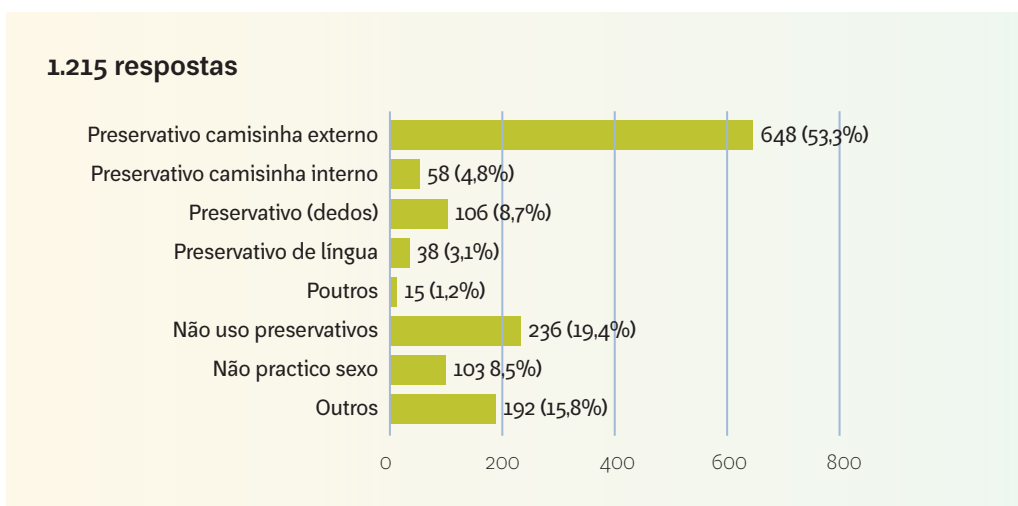


Figura 16 – Dados da questão: Você faz uso de preservativos? Qual e/ou quais?

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculin@s/Transmasculin@s no Brasil (2020)

166. Das 1219 respostas, 1068 (87,8%) afirmaram não viverem com HIV, enquanto 10,6% não sabem e 1,6% (20 pessoas) vivem com HIV. Dos e des/os participantes, a maioria (61,5%) não tomou a vacina para o HPV¹⁰⁵, enquanto 34,5% afirmam terem tomado e 3,9% não têm ideia do que se trata a vacina. Para es/os participantes que atuam como profissionais do sexo, o que equivale a 7,1% do total de respostas, 51,7% têm acesso a prevenções e cuidados relativos à saúde sexual.

¹⁰⁵ O HPV é a sigla referente ao vírus que infecta pele ou mucosas (oral, genital ou anal), tanto de homens quanto de mulheres cis e trans, provocando verrugas no genitais (região genital e no ânus) e câncer, a depender do tipo de vírus.

167. Compreendemos que os serviços oferecidos por ambulatórios, hospitais e clínicas, públicos ou particulares, englobam hormonização e procedimentos cirúrgicos para pessoas transmasculinas, como o uso cíclico de testosterona, o procedimento da mastectomia, da histerectomia e cirurgias genitais. Pensar o campo da saúde para com pessoas transmasculinas demanda, portanto, o aprofundamento de nossos conhecimentos sobre esses serviços, visando um entendimento maior dos meios pelos quais as pessoas transmasculinas que desejam se hormonizar, que se hormonizam ou que já se hormonizaram, e que desejam ou que já realizaram algum dos procedimentos acima descritos, têm acesso à saúde.
168. A partir disso, descobrimos que, das pessoas que preencheram o mapeamento, 67,7% se hormonizam: 28,5% pelo SUS; 21,5% por conta própria; e 17,7% pelo plano de saúde. Das 32,3% que não se hormonizam, 13,9% disseram que não puderam ainda começar a hormonização por razões variadas; 12,2% alegaram outros motivos para não se hormonizar; 7,9% não tiveram acesso ao SUS; 5,8% não querem se hormonizar, 4,7% pararam a hormonização por questões financeiras; 3,7% pararam por questões familiares; e 1,8% pararam pela falta do hormônio em farmácias.¹⁰⁶

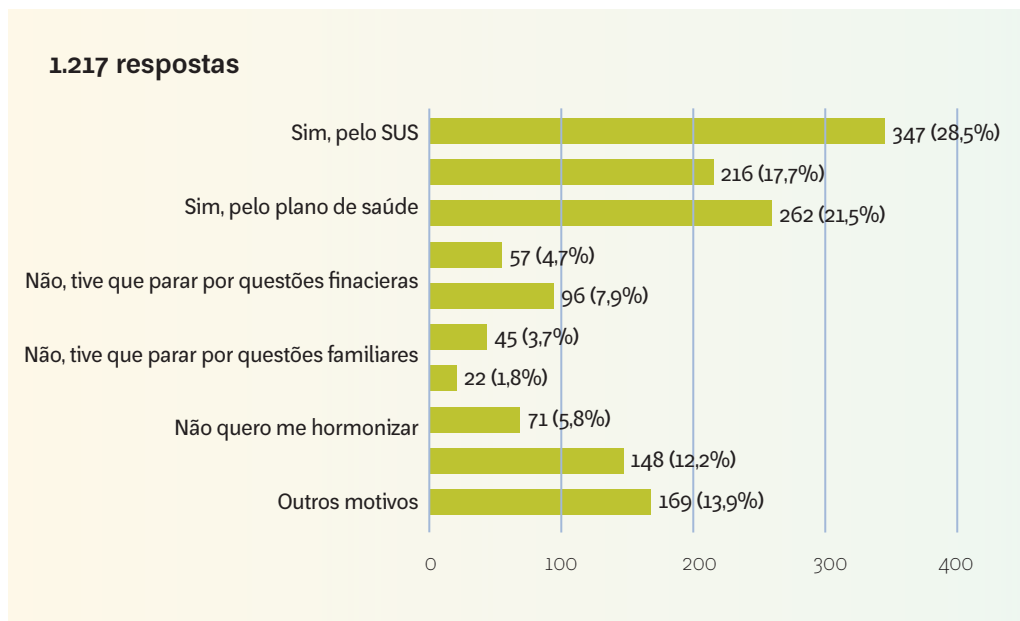


Figura 17 – Dados da questão “Você se hormoniza (testosterona)?” do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

¹⁰⁶ Durante o percurso do mapeamento, recebemos críticas e observações sobre a estruturação das perguntas e das respostas possíveis do formulário, levando-nos à inclusão de algumas respostas no decorrer de seu lançamento para acessibilizá-lo à maior quantidade de pessoas transmasculinas, exemplo: na questão 49 (Você se hormoniza (testosterona)?), recebemos críticas sobre a ausência de opção para quem não se hormoniza ou decidiu parar a hormonização por outros motivos que não os listados nas possibilidades de resposta. Incluímos, então, a opção “Não quero me hormonizar”. Incluímos a questão “Não quero me hormonizar”, bem como a questão 50 (Faz acompanhamento com profissionais da saúde para uso de testosterona?), a questão “Não uso”

169. Com relação ao acompanhamento médico, 34,2% disseram não ter acesso, fosse por disponibilidade de horário, questões financeiras, distância do local onde o serviço é oferecido, etc.; 52,2% disseram fazer acompanhamento em diferentes períodos de tempo (3 meses, 6 meses, uma vez ao ano, etc.); 11% se hormonizam por conta própria e 2,6% não querem se hormonizar.

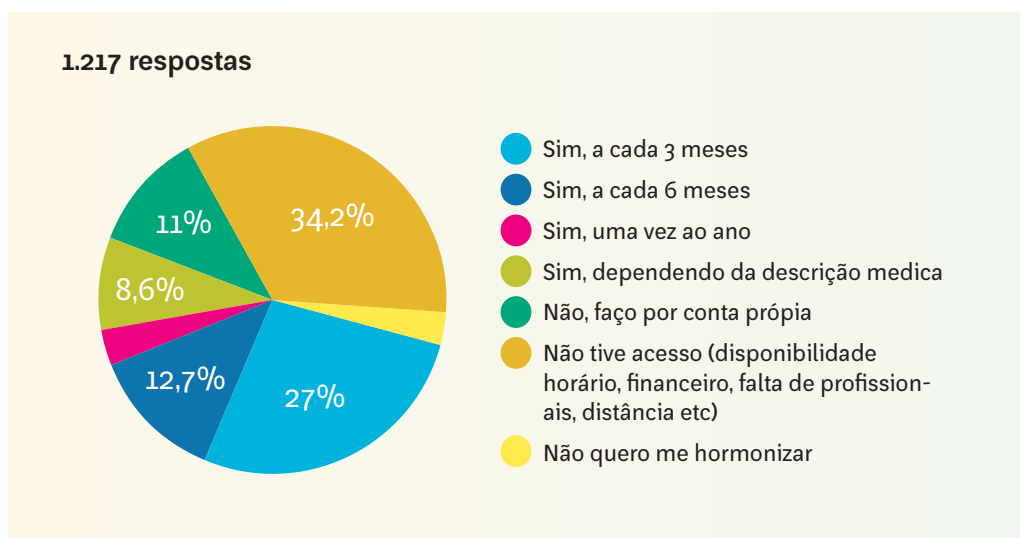


Figura 18 – Dados da questão "Faz acompanhamento com profissionais da saúde para uso de testosterona?" do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmascullinos/Transmascullines no Brasil (2020)

170. Das pessoas que se hormonizam, 94,1% não conseguem o hormônio pelo SUS e precisa adquiri-lo em farmácia ou por outras vias.¹⁰⁷

Infelizmente tenho que comprar os hormônios pois no SUS não dão hormônios gratuito. Pelo menos eu desconheço. Hoje não só sofro de uma depressão profunda tomo dois tipos de antidepressivos pela manhã e noite. Tudo isso foi causado durante ao longo da minha vida, as violências de racismo, homofobia e transfobia, surras do meu pai e internamentos pra eu ser mulher a tal cura gay. Tentativas de suicídios foram quatro vezes. Nessa pandemia não foi diferente sofri com transfobia e racismo por conta de uma vizinha do qual já relatei. Nessa pandemia fiquei ainda mais depressivo e acuado à mercê de pessoas racistas e transfobicas. Mais como ser algo que eu não sou? Mais infelizmente a sociedade e a família do meu pai que não fala comigo e que não deixa meus primos terem contato comigo pois acham que vou influenciar, como se ser trans fosse opção. Bom enfim não sei até quando vou ter forças pra lutar contra o racismo e a transfobia. Essa sociedade transfobica é que nos mata. Bom nisso sou vitorioso. (Lucas, 28 anos, Bahia, 23/08/2020)

¹⁰⁷ Durante o percurso do mapeamento, recebemos críticas e observações sobre a estruturação das perguntas e das respostas possíveis do formulário, levando-nos à inclusão de algumas respostas no decorrer de seu lançamento para acessibilizá-lo à maior quantidade de pessoas transmasculinas, exemplo: na questão 51: O hormônio (testosterona) que você utiliza é disponibilizado pelo SUS?, e a questão "Não pretendo fazer".

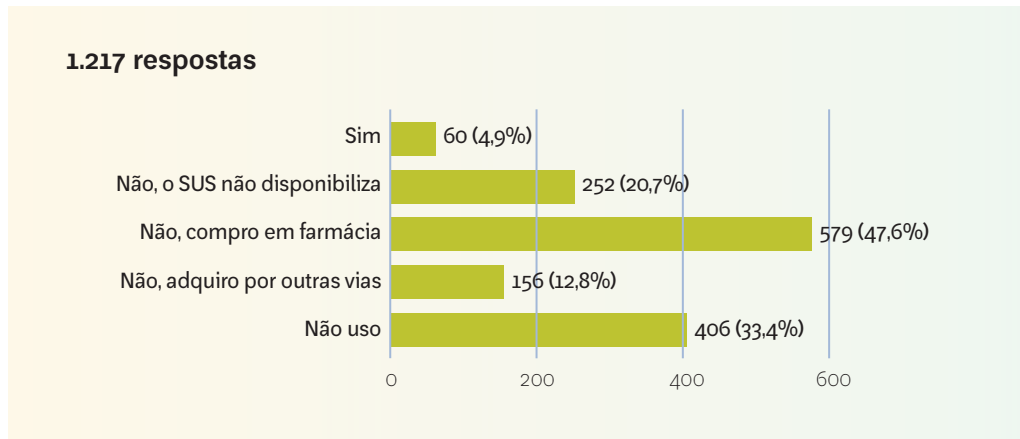


Figura 19 – Dados da questão “O hormônio (testosterona) que você utiliza é disponibilizado pelo SUS?” do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

171. Apresentamos, com isso, o relato de Junior sobre o acesso a hormônios:

Eu faço acompanhamento profissional sim, pro uso da testosterona, na verdade eu transicionei e comecei a fazer acompanhamento. Eu não pretendia tomar T, até aquele momento, queria começar só um ano depois de transicionar e assim eu fiz, nesse primeiro ano, acompanhei com o ambulatório trans, com terapia, com endócrino, pra ter uma ideia de como era, ginecologista e tudo mais, na terapia a primeira sessão foi horrível, saí muito pior do que quando eu entrei e saí até numa crise de ansiedade. Fui parar no hospital. E foi por muita falta de preparo mesmo assim, não percebi que os profissionais da saúde mesmo tendo boas intenções, né? São cis e não tem uma qualificação adequada, na graduação, para poder atender a gente. Então muitas pequenas violências, mesmo com boa intenção. Então é muito ruim isso porque pessoalmente em ambulatório trans, em atendimentos trans, a gente vai muito aberto, querendo ser cuidado, então eu achei um lugar muito mais difícil para gente sofrer pequenas violências. E aí depois disso não fiz terapia durante muito tempo. Comecei a me organizar ainda não fazia terapia e no ambulatório trans falaram né que era importante fazer terapia tudo mais, porque muita gente estava procurando ambulatório só para ir direto para o endócrino, mas aí eu expliquei a situação falei que também fazia parte de um terreiro de umbanda e que isso estava me ajudando muito e realmente foi muito melhor do que a terapia nesse sentido assim de me cuidar para me harmonizar, enfim arrefecer o máximo possível, né? Os efeitos, e aí fiz acompanhamento lá durante bastante tempo no meio do ano passado para o final, eu comecei a terapia com outra pessoa lá que entrou que era residente na época e que até hoje me acompanha de forma voluntária durante a pandemia, mesmo sendo de Brasília, por que em janeiro desse ano eu mudei para cá para São Paulo, e aí aqui em São Paulo no início da pandemia foi muito difícil conseguir transferência de atendimento, por mais que eu tenha trazido um relatório multiprofissional de atendimento do ambulatório de Brasília, eles não estavam aceitando novas pessoas para fazer acompanhamento por causa da pandemia e aí fui fazendo acompanhamento pelo plano de saúde, que eu tenho até o final do ano que vem, fazer um acompanhamento, mas sempre sofrendo muitas violências com endócrino, com dermatologista, com ginecologista enfim, porém ia nesses médicos principalmente para pegar pedido de

exame, né? Porque hoje em dia é um rolé muito autodidata assim, então hoje em dia, eu já sei o que eu preciso olhar nos exames. E aí finalmente consegui marcar uma consulta na Casa Chama aqui que é no posto de saúde em parceria com a casa Chama, é uma casa de acolhimento LGBT. E aí é isso, fui numa primeira consulta foi um médico residente que me atendeu, porque o endócrino não estava lá no dia e sofri várias pequenas violências, foi bem ruim, primeiros atendimentos assim eu sempre levo alguém e aí eu levei minha companheira que apesar de ser cis, faz muita questão de aprender sabe sobre as coisas então ela consegue perceber as violências, e aí me ajuda bastante nesse sentido porque também é muito chato né, a gente tá nesse lugar de corrigir, se defender, quando a gente só quer um atendimento adequado. E aí é isso... Eu me aplico né? Então já sei me aplicar não sou refém de ir numa farmácia sofrer algum tipo de violência, nesse sentido e já tô bem esperto nesse sentido de saber os exames que eu tenho que ficar de olho e de quanto em quanto tempo. E aí eu percebo que realmente é muito da minha disposição saber quanto que eu tenho que ir no retorno e tudo mais acho que também está bem longe de ser um atendimento adequado de fato. É basicamente isso. (Junior, 25 anos, Recife, 12/08/2020)

172. Segundo a WPATH (2012), o uso de testosterona por si só pode trazer riscos à saúde, como propensão ao desenvolvimento de diabetes e policitemia, aumentando o risco de infarto. Quando são identificadas questões de saúde pré-existentes, o risco pode ser agravado. Por isso, reiteramos a importância de que o processo de hormonização seja feito com acompanhamento médico, evitando possíveis danos à saúde e proporcionando ao sujeito seu bem-estar. No entanto, reconhecemos, também, como os serviços de saúde que oferecem esses processos podem ser normativos e violentos a identidades e corporalidades trans. Como exposto por Bento (2006)¹⁰⁸, analisando a forma com que pessoas trans eram atendidas em ambulatorios e projetos, percebemos que as instituições médicas não só produzem discursos patologizantes acerca da transgeneridade – o que pode ser visto no DSM-V e em versões anteriores da CID – como também normatizam nossas constituições corporais, impedindo o acesso às tecnologias de gênero que desejamos quando não nos conformamos à cisnormatividade. Muitas vezes Não raro, devido à falta de cuidado por parte das instituições de saúde, muitas pessoas se sentem mais seguras ao fazer a, a hormonização feita por conta própria, sem nenhum tipo de acompanhamento médico, é mais saudável do que aquela feita com um acompanhamento que promove a sensação de que existe, em vez de cuidado, apenas uma *tutela*, ao invés do cuidado que necessitamos, em virtude das diversas violências que sofremos nas instituições de saúde em tais instituições. Não pretendemos aqui, com isso, incentivar o uso de quaisquer substâncias sem o acompanhamento devido, mas; queremos somente demonstrar as faces da transfobia no contexto institucional e as diversas formas de se produzir saúde e adoecimento.
173. Pensando, agora, nos procedimentos cirúrgicos, procuramos mapear os maiores obstáculos encontrados pelas pessoas transmasculinas que fizeram e/ou dese-

¹⁰⁸ BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

jam realizar a mastectomia¹⁰⁹. Descobrimos que um dos maiores obstáculos foi a falta de condições financeiras para arcar com o procedimento, com 74,6% de marcações; o segundo (56%) foi a fila e espera do SUS, deixando o terceiro (28,5%) para a negação do plano de saúde em cobrir o procedimento; 24,3% respostas alegaram outras questões difíceis não especificadas; 12,8% denunciaram negligência profissional em realizar a cirurgia; 6,8% não mostraram pretensão de realizá-la; e 4,8% disseram não ter obstáculos.

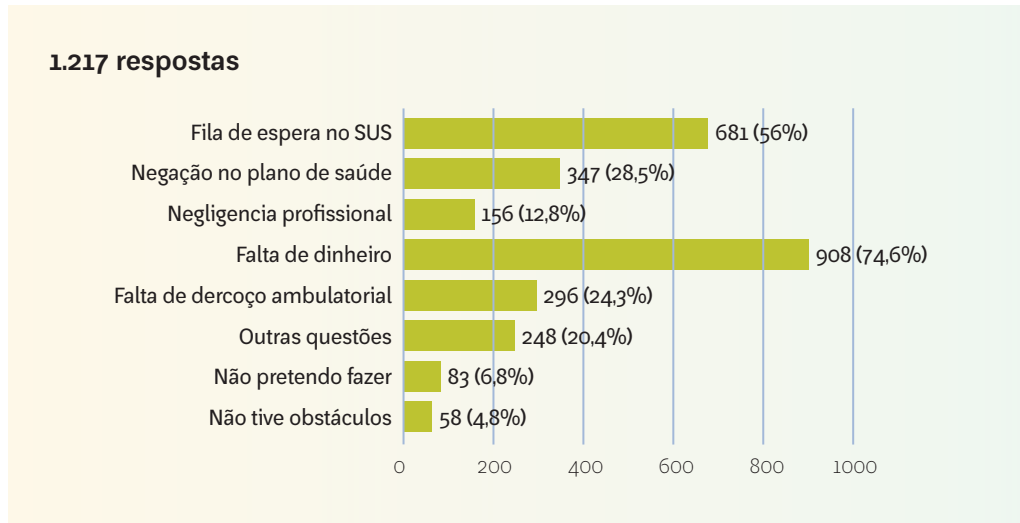


Figura 20 – Dados da questão “Para aqueles/us que fizeram e/ou desejam fazer a mastectomia, quais as maiores dificuldades/obstáculos?” do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

174. Com relação à histerectomia¹¹⁰, o maior obstáculo foi, tal como na mastectomia, a falta de dinheiro (44,7%); em segundo lugar, novamente a fila de espera do SUS (36,2%); em terceiro, (35,9%) disseram não pretender fazer o procedimento; 20% alegaram outras questões difíceis; 18,2% denunciaram a falta de serviço ambulatorial ofertando o procedimento; 16,6% denunciaram a negação do plano de saúde em cobri-lo; 10,4% denunciaram negligência profissional e somente 2,4% não tiveram obstáculos.

¹⁰⁹ Durante o percurso do mapeamento, recebemos críticas e observações sobre a estruturação das perguntas e das respostas possíveis do formulário, levando-nos à inclusão de algumas respostas no decorrer de seu lançamento para acessibilizá-lo à maior quantidade de pessoas transmasculinas, exemplo: escrevemos na questão 52 - (Para aqueles que fizeram e/ou desejam realizar a mastectomia, quais as maiores dificuldades/obstáculos?) sem considerar pronomes neutros em algumas das sentenças. Marcamos aqui as palavras que não receberam pronome neutro em negrito e nos desculpamos profundamente por esta invisibilização.

¹¹⁰ Durante o percurso do mapeamento, recebemos críticas e observações sobre a estruturação das perguntas e das respostas possíveis do formulário, levando-nos à inclusão de algumas respostas no decorrer de seu lançamento para acessibilizá-lo à maior quantidade de pessoas transmasculinas. Exemplo: escrevemos na questão 53 - (Para aqueles que fizeram e/ou desejam realizar a histerectomia, quais as maiores dificuldades/obstáculos?) sem considerar pronomes neutros em algumas das sentenças. Marcamos aqui as palavras que não receberam pronome neutro em negrito e nos desculpamos profundamente por esta invisibilização.

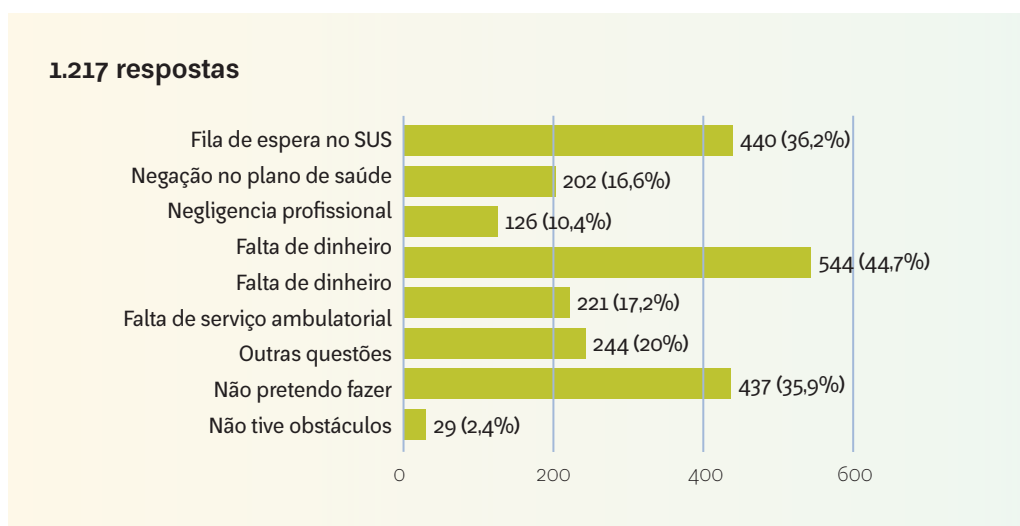


Figura 21 – Dados da questão “Para aqueles/us que fizeram e/ou desejam realizar a histerectomia, quais as maiores dificuldades/obstáculos?” do formulário.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculin@s/Transmasculin@s no Brasil (2020)

175. Voltando-nos às cirurgias genitais¹¹¹, soubemos que 70,2% não pretendem realizá-las; 21,2% alegaram falta de dinheiro, 16,1% tiveram como maior obstáculo a fila de espera no SUS, 12,9% alegaram outras questões difíceis, 9,4% denunciaram falta de serviço ambulatorial, 7,6% denunciaram negação do plano de saúde, 5,9% denunciaram negligência profissional, e somente 0,7% não teve nenhuma dificuldade.
176. Dito isso, concluímos esta última seção sabendo que a maioria das respostas afirmou utilizar o sistema do SUS e denunciou a transfobia nos espaços de saúde pública e privada. Mesmo com todas as dificuldades de acesso aqui apresentadas, a maior parcela mantém contato regular com profissionais de saúde, tem realizado exames médicos e recebem atendimento com profissionais da psicologia. A pergunta em relação às testagens mostra que a mais citada é de HIV/AIDS. No entanto, as pessoas que não fizeram nenhum tipo de testagem apontam o maior índice em não saber onde fazer. O tipo de prevenção mais citado foi o uso de preservativo externo.
177. Um número bem menor, porém, expressivo, afirmou fazer uso do *pump*. Da mesma forma, um número menor e expressivo alega que vive com HIV e, no entanto, é dificilmente contabilizado nas pesquisas realizadas pelo Ministério da Saúde¹¹². A grande maioria nunca tomou a vacina para o HPV (IST). Uma pequena parcela atua

¹¹¹ Durante o percurso do mapeamento, recebemos críticas e observações sobre a estruturação das perguntas e das respostas possíveis do formulário, levando-nos à inclusão de algumas respostas no decorrer de seu lançamento para acessibilizá-lo à maior quantidade de pessoas transmasculinas, exemplo: escrevemos a questão 54 (Para aqueles que fizeram e/ou desejam realizar a transgenitalização, quais as maiores dificuldades/obstáculos?) sem considerar pronomes neutros em algumas das sentenças. Marcamos aqui as palavras que não receberam pronome neutro em negrito e nos desculpamos profundamente por esta invisibilização.

¹¹² Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico.2019. Disponível em: file:///C:/Users/Kaio%20Lemos/Downloads/boletim_hiv aids_2019.pdf

como profissional do sexo e diz ter acesso às prevenções e cuidados relativos à saúde sexual. Percebemos o dado alarmante de que a maioria não costuma ir ao ginecologista. Grande parte das respostas aponta para a realização da hormonização pelos serviços do SUS. Ressaltamos que o acompanhamento pelo SUS, em virtude, por exemplo, da distância, da falta de profissionais e das diversas violências já apontadas previamente, torna-se, muitas vezes, impossível para pessoas trans. A maioria das respostas aponta para condições financeiras precárias e/ou enorme fila de espera como obstáculos para a realização da cirurgia de mastectomia, tal como para a cirurgia de histerectomia. Das respostas, a maioria alega não pretender fazer cirurgias genitais. Durante a pandemia de COVID-19 e até o momento da disponibilidade do mapeamento, uma parcela bastante significativa alega ter sentido ansiedade, depressão e/ou solidão. Apesar da gravidade de tal alegação, esta vem acompanhada da presença de uma rede social de suporte.

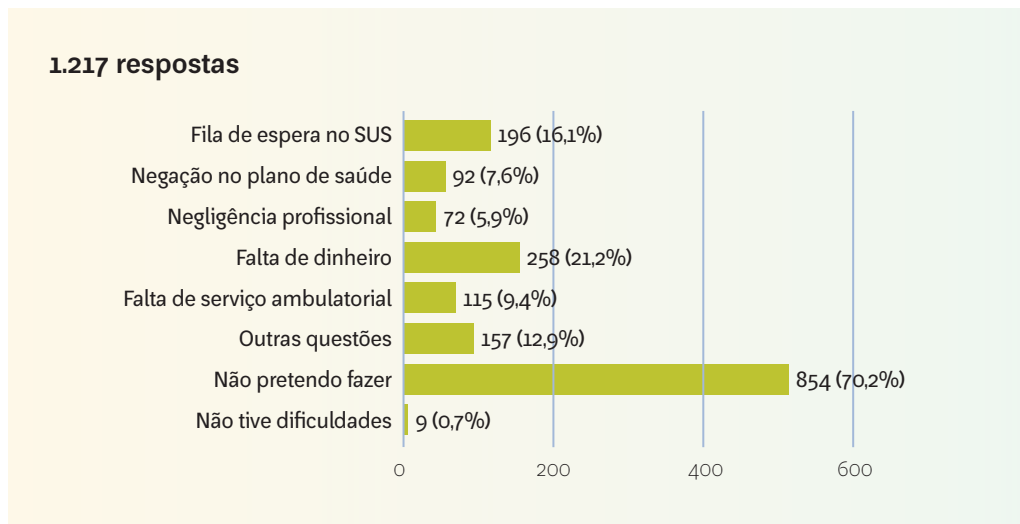


Figura 22 – Dados da questão “Para aqueles/us que fizeram e/ou desejam realizar a transgenitalização, quais as maiores dificuldades/obstáculos?”.

Fonte: Relatório Descritivo do Mapeamento de Homens Trans/Transmasculinos/Transmasculines no Brasil (2020)

- 178.** Os obstáculos ao acesso a uma saúde de qualidade denotam uma exclusão estrutural de homens trans e transmasculinos, com um Estado que não adota políticas efetivas para garantir que esse grupo tenha suas vidas garantidas. Seja a partir de discriminações em hospitais ou clínicas, seja através da falta de difusão de informações, ou de formações profissionais na área da saúde voltadas unicamente para a população cis-heterossexual, percebe-se uma ausência de comprometimento com as necessidades dessa população, criando e fortalecendo relações sociais hierárquicas e diferenças excludentes no direito à vida.

CAPÍTULO 9

Alguns impactos da COVID-19 sobre a população transmasculina vivendo no Brasil

179. Quem pode viver e quem deve morrer? Essa é a pergunta norteadora dessa seção, que se propõe a analisar as questões referente às desigualdades sociais e econômicas vividas hoje, na atual situação COVID-19, trazendo o marcador social de gênero, raça, cor e etnia de homens trans/transmasculinos/transmasculines em isolamento social. Segundo o Relatório do Especialista Independente sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero da ONU a respeito do impacto da pandemia de COVID sobre a situação das pessoas LGBTIQIAP+ durante a pandemia, o COVID-19 tem um impacto desproporcional sobre essa população¹¹³ e medidas urgentes devem ser adotadas pelos Estados e outras partes interessadas garantindo os cuidados necessários à saúde, livres de violências e discriminações:

“os mais pobres e vulneráveis são os mais afetados pela pandemia” e o Secretário-Geral observou que “está destacando as profundas desigualdades econômicas e sociais e as deficiências da saúde e proteção social que requerem atenção urgente como parte da resposta de saúde pública. Mulheres e homens, crianças, jovens e idosos, refugiados e migrantes, pobres, pessoas com deficiência, detidos, minorias e lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e intersexos (LGBTI), entre outros grupos, sofrem consequências muito diferentes”¹¹⁴.

¹¹³ United Nations. Protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity. 2020. Disponível em: <https://undocs.org/A/75/258>

¹¹⁴ Idem.

- 180.** Nesse cenário de morte e aniquilação, é perceptível que não se trata somente das questões corporais e sim na impossibilidade de viver uma vida digna com garantias de direitos e políticas públicas efetivadas. É essa precariedade estrutural e normativa que limita a saúde, moradia, emprego, renda etc. e que potencializa as vulnerabilidades vividas pelas pessoas trans durante a pandemia. Os números apresentados pelas notificações do Estado não refletem a realidade, pois o que vem sendo apresentado é a ideia de que tudo se encontra sob controle, ignorando-se os índices de mortes no país referente às pessoas empobrecidas, negras, idosas, com deficiência, mulheres, pessoas vivendo com HIV, LGBTQIAP+, indígenas e outros povos tradicionais¹¹⁵. Essas populações apresentam situações de comorbidades e fatores de riscos pelas diversas vulnerabilidades e não acesso à saúde. Lembramos, também, que, ainda que necessário, o isolamento social tem causado diversos sofrimentos, como abalos na saúde mental, estresses, violências produzidas por familiares desrespeitosos, solidão, exclusão e pobreza. Sendo assim, não existem condições de igualdades.
- 181.** Dito isso, não pudemos deixar de elaborar questões sobre o momento atual de pandemia de COVID-19, pensando principalmente na saúde mental da população transmasculina vivendo no Brasil. Nesse tema, 51,1% das respostas expressaram sentimentos de ansiedade, depressão e solidão no período de pandemia; 40,2% se sentiram assim somente em alguns momentos e 8,7% disseram não terem se sentido dessa maneira em momento algum.
- 182.** Todas as vulnerabilidades apresentadas estão vinculadas à forma como elus/eles são vistos e identificados como pessoas abjetas, que vivem em zonas inabitáveis em comparação às pessoas que gozam dos privilégios sociais impostos pela ordem social do capital - privilégios que insistem na invisibilização das corporalidades transmasculinas. Diante desse histórico de marginalização, estigma, preconceito e desigualdade social, faz-se necessário racializar a atual visão sobre o cenário de COVID-19, posto que pessoas negras têm menos acesso à saúde, estão mais ameaçadas pela morte e com maiores chances de terem complicações pandêmicas, não esquecendo-se também dos abalos relacionados à saúde mental e emocional, como o agravamento da ansiedade, depressão, vícios e suicídios.
- 183.** Recentemente, a OutRight Action Internacional publicou um relatório intitulado "Vulnerabilidade Amplificada: o impacto da pandemia COVID-19 nas pessoas LGBTQIAP+"¹¹⁶, onde sinaliza as vulnerabilidades vividas pela população LGBTQIAP+ diante da pandemia. Usando a metodologia de entrevistas, o relatório pontua altos índices de ameaças e controles em relação às demais populações. Um outro ponto importante que o relatório apresenta é a participação das organizações LGBTQIAP+, desenvolvendo ações com diversas instituições, ativistas e militantes e mobilizando um apoio à comunidade com um olhar apurado para a população trans. Isso, porque,

¹¹⁵ BBC NEWS. 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>

¹¹⁶ OutRight Action International. Vulnerabilidad amplificada. 2020. Disponível em: <https://outrightinternational.org/sites/default/files/COVID%20REPORT%20ESPAN%CC%83OL%20CORREGIDO.pdf>

ressalte-se, trata-se da população mais precarizada, por não conseguirem trabalho devido à realidade de isolamento social e por terem muitas dificuldades no acesso às ações governamentais, por conta das exigências e burocracias que não alcançam as pessoas trans. Nesse sentido, nos preocupamos em buscar dados sobre redes de suportes, obtivemos as seguintes respostas: a maioria (61,6%) disse ter uma rede social afetiva de suporte, em contraste com 38,4% que não possuem rede de apoio.

184. As subnotificações existentes hoje no Brasil nos colocam em situação de alerta pela falta de dados oficiais. Isso tem dificultado o mapeamento de violações, contaminações e mortes, controle das testagens e os impactos na saúde mental, gerando invisibilidade na crise sanitária decorrente da COVID-19. Hoje, não temos protocolos de quantas pessoas trans se contaminaram e até mesmo de quantas morreram, também pela falta de garantia de respeito ao nome social ou identidade de gênero das pessoas trans nos atendimentos médicos e/ou atestados de óbitos. Por isso, entram nas estatísticas como pessoas cisgêneras, perfazendo essa produção de apagamento histórico e dificultando, também, a reivindicação de direitos pelos grupos organizados. Questionados sobre o diagnóstico de COVID-19, 34,1% disseram não ter recebido diagnóstico por não ter feito o teste; 12,5% disseram ter feito o teste e dado negativo; e 3,5% disseram ter feito o teste e dado positivo para COVID-19.
185. Fora isso, a população LGBTQIAP+, assim como homens trans/transmasculinos e transmasculines, tem vivido durante a pandemia como um bode expiatório e como combustível para o ódio, sendo apontada, culpada, abusada, perseguida e estigmatizada como um vetor de doenças e, agora, como vetores do COVID-19 por líderes religiosos e políticos - muitos deles propondo normas regressiva, penalizando, por exemplo, as pessoas vivendo com HIV. Como bem pontuado pelo Especialista Independente da ONU sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero:

Usar pessoas LGBT como bodes expiatórios e combustível para o ódio também foi um fator nas respostas à pandemia. Em todo o mundo, pessoas LGBT e de gênero diverso, bem como avanços nos direitos dessa comunidade, estão sendo responsabilizados pela ocorrência de desastres naturais, e COVID-19 não é exceção, portanto, alguns líderes religiosos e políticos estão usando LGBT e pessoas de gênero diverso como bodes expiatórios; como afirmou o UNAIDS, estes últimos "estão sendo apontados, acusados, maltratados, presos e estigmatizados como vetores da doença durante a pandemia de COVID-19"¹¹⁷.

186. Nesse cenário, percebemos que o isolamento social é um privilégio para quem tem um lar, famílias em harmonias e acesso à saúde, e que isso é inalcançável para a população LGBTQIAP+, principalmente pessoas trans. Percebemos a importante participação das redes de suportes atuando na busca incessante do viver. Destacamos a falta de dados oficiais, assim como destacamos o importante papel da ANTRA na busca incessante de dados relacionado a população trans.

¹¹⁷ Report of the Independent Expert on protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity, Victor Madrigal-Borloz. Tradução livre. Disponível em: <https://undocs.org/A/75/258>

Conclusão e recomendações



- 187.** A tentativa de compreender os atravessamentos e implicações que perpassam as transmasculinidades mostra que as corporalidades transmasculinas estão inseridas em uma complexa rede de sociabilidade e afetações, vivenciada constantemente em torno de subjetividades, de tecnologias de gênero, de modificações corporais (orgânicas ou não), configurando uma grande dificuldade de se manter no sistema.
- 188.** Não pretendemos, com isso, construir uma imagem padrão das transmasculinidades, mas discutir o alcance do mapeamento, pois saber quem o preenche também diz respeito a quem tem acesso aos meios que o disponibilizam. Nesse sentido, as pessoas que mais tiveram acesso ao mapeamento são as que, no campo das transmasculinidades, mais têm acessos a internet, celular, computador, informação, casa, o que nos faz questionar: se o mapeamento fosse capaz de alcançar a diversidade das transmasculinidades em fatores de raça/etnia/cor, deficiência, localidade e territorialidade, classe econômica, sexualidade, tal como alcançou uma grande quantidade de pessoas transmasculinas brancas, de classe média, heterossexuais, sem deficiência e residentes das duas grandes metrópoles do Brasil – São Paulo e Rio de Janeiro - como seriam os resultados?
- 189.** Com efeito, diversas entrevistas e citações de homens trans e transmasculinos negros que foram disponibilizadas ao longo do presente relatório demonstram uma realidade de invisibilização social, política, econômica e jurídica, que esconde situações agravadas de exclusão. Agora, chamamos a atenção para essa outra invisibilidade, a invisibilidade proporcionada pelo não acesso às tecnologias num capitalismo avassalador. Se a população periférica brasileira apresenta um perfil de pessoas que não usufruem da maior parte dos acessos delineados durante o mapeamento e que são atravessadas por opressões estruturais diversas, não há como duvidar que, caso o mapeamento conseguisse abranger as transmasculini-

dades periféricas, os resultados obtidos com relação às violências que a população transmasculina sofre seriam, provavelmente, mais gritantes.

190. Percebemos que, na atual situação educacional brasileira, são poucas as gestões preparadas para lidar com a diversidade, com questões raciais, com fatores socioeconômicos, com as diferenças sexuais e com as questões de inconformidade com as normas de gênero. As organizações da sociedade civil criaram um novo modelo educacional escolar voltado para os direitos humanos, a fim de proporcionar um acolhimento e um maior proveito estudantil. Diversos temas têm sido dialogados no ambiente escolar e em consonância com a comunidade, objetivando o combate ao trabalho infantil e à exploração sexual. Todavia, quando o assunto é diversidade sexual e de gênero, encontramos impedimentos. Na maioria das vezes, os diversos setores profissionais da educação não estão preparados ou não recebem formação para debater essas questões, ou para combater as violências de gênero presentes nas instituições de ensino. Com isso, observamos os processos de exclusão voluntária e involuntária e a dor e o desânimo de pessoas trans em não mais permanecer ao ambiente escolar, universitário e técnico.
191. Apresentamos as noções das identidades transmasculinas a partir das diversas instituições públicas e privadas e, também, das violências vivenciadas por elas. Desenvolvemos, portanto, uma análise mais específica de como opera o sistema binário de sexo/gênero em relação às identidades e às corporalidades transmasculinas. Procuramos compreender como essas identidades são evidenciadas ou não mediante as normativas dos sistemas, o qual se articula com categorias de classe social e de raça/etnia/cor, para o aprofundamento de desigualdades já existentes. Como e através de quais dispositivos as pessoas transmasculinas buscam ter suas identidades reconhecidas? Como funcionam as sistemáticas incorporadas nas instituições públicas e privadas ao reconhecerem ou deslegitimarem identidades, tratando-as ora no campo da imaginação, ora como direito? A experiência social e cultural da população transmasculina também leva consigo distintas formas de resistência às normas sociais hegemônicas diante dos sistemas diversos, que, no contexto brasileiro, carrega o monopólio da violência estatal, reproduzindo violências de gênero enquanto um aparato ideológico. Dito isso, é de grande importância perceber as práticas vividas pela população transmasculina em relação aos regimes e ordenações sistemáticas.
192. Pelos dados obtidos, nos tornamos cientes das sete maiores violências apresentadas e vivenciadas por pessoas transmasculinas: transfobias, LGBTQIA+fobias, machismo, assédio sexual, misoginia, gordofobia e racismo. São violências vivenciadas em lugares públicos, ambiente doméstico e familiar, escola e universidade, ambiente de trabalho e ciberespaço. A maior parte das respostas diz ser menos violento e constrangedor que a revista policial seja feita por policiais mulheres, apontando, também, para o desrespeito ao nome social ao utilizar os equipamentos de segurança pública, como nos boletins de ocorrência. Temos um número pequeno, porém expressivo, de pessoas transmasculinas trabalhando nos setores públicos de segurança. Devemos interpretar os índices dessas violências paralela-

mente ao perfil de pessoas que responderam o mapeamento, porque a marcação e a porcentagem da gordofobia e do racismo, por exemplo, ou das poucas marcações que o capacitismo recebeu, não dizem respeito à totalidade da população transmasculina que sofre essas violências, mas à quantidade de pessoas gordas e não-brancas e de pessoas com deficiência que responderam – ou que não tiveram acesso – ao questionário.

193. Na seção sobre saúde, concluímos que a maior parcela das pessoas que responderam utiliza os serviços do SUS e tem sofrido transfobia nos espaços de saúde pública e privada em relação à identidade de gênero, pronomes e nome social. Mesmo com todas as dificuldades de acesso, grande parte mantém contato regular com profissionais de saúde, realiza exames médicos de rotina e recebe atendimento com profissionais da psicologia. No que diz respeito à saúde sexual, descobrimos que as testagens mais realizadas foram as de HIV/AIDS. Das pessoas que não fizeram nenhum tipo de testagem, a maioria diz não saber onde fazer. Em relação às prevenções e cuidados mais citados, encontramos o uso de preservativo externo. Um número menor, porém, expressivo, disse fazer uso do *pump*, tal como um número menor e expressivo alegou viver com HIV. Apesar de sua expressividade, as pessoas transmasculinas não são contabilizadas nas pesquisas realizadas pelo Ministério da Saúde referentes à saúde sexual, principalmente a ISTs.
194. A maioria nunca tomou a vacina para o HPV. Um número menor, porém, expressivo, atua como profissional do sexo e diz ter acesso às prevenções e aos cuidados relativos à saúde sexual. Percebemos o dado alarmante de que a grande maioria não costuma ir ao ginecologista. Mais da metade alegou se hormonizar, e, destas respostas, a maioria utiliza o sistema do SUS. Dizem, ainda, que sofrem impedimentos, como precariedade do atendimento, indisponibilidade de horário, distância de localidade e que o hormônio não é disponibilizado pelo SUS. A maioria não tem condições financeiras e/ou vivencia fila de espera para realizar a cirurgia de mastectomia, da mesma forma com a cirurgia de histerectomia. A maioria não pretende fazer cirurgias genitais. Durante a pandemia de COVID-19 e até o momento da disponibilidade do mapeamento, uma grande parcela sentiu ansiedade, depressão e/ou solidão, alegando, juntamente a isso, ter uma rede social de afeto e suporte. Percebemos a real precariedade e a carência do SUS referente ao atendimento ambulatorial e aos exames.
195. Este relatório aponta que existem corporalidades e identidades que, desde cedo, foram ensinados a agir e a viver de acordo com o 'sexo biológico' feminino designado ao nascimento, conceito ultrapassado e biologizante que refutamos. As dinâmicas de gênero abrangem as relações sociais em sua interseccionalidade, de tal forma que o conceito de identidade de gênero nasça e se torne um indicador de desconstrução e construção cultural do que é o papel social de homens e mulheres e não-binários, desconstruindo construtos biológicos e atentando-se à constituição subjetiva. Compreendemos o gênero como um construto social e cultural discursivo que não mais representa a ideia de "verdadeiro eu", e sim o fenômeno mutável e contextual vivido pelas subjetividades transgressoras.

196. Ressaltamos a importância de entender o processo transexualizador não só pelas leis, diretrizes, portarias e burocracias, mas sim a partir das subjetividades que desencadeiam e desconstruem esses processos sistemáticos e normativos, também em uma ótica de desconstrução e construção do ser em seu viver. Conceber o corpo como uma pluralidade de desejos, vontades e pertencimentos nos remete aos processos externalizadores como anteriores às inúmeras tecnologias de gênero. Este mapeamento nos apresenta a pluralidade de transmasculinidades tão invisibilizadas, tanto em aspectos institucionais, quanto em nossas relações cotidianas. Denunciamos essa invisibilização e reivindicamos a pluralidade de corpos e identidades, buscando em nossa história as referências transmasculinas tão importantes para a construção de nosso imaginário.

RECOMENDAÇÕES:

RECOMENDAÇÕES AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO:

- 197.** Que o Brasil ratifique a Convenção Interamericana Contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, bem como implemente a Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, ratificada pelo Brasil em 2021.
- 198.** Que se conduzam iniciativas para a produção de dados da população de homens trans/transmasculinizados/transmasculinizados no Brasil, partindo de uma matriz interseccional.

RECOMENDAÇÕES AO MINISTÉRIO DE DIREITOS HUMANOS E ÀS SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE DIREITOS HUMANOS:

- 199.** Que este trabalho seja utilizado como base para pesquisas e informes relacionados à população de homens trans/transmasculinizados/transmasculinizados vivendo no Brasil.
- 200.** Que se estabeleçam mecanismos de diálogo com o movimento de homens trans/transmasculinizados/transmasculinizados para a formulação de políticas específicas para essa população.

RECOMENDAÇÕES ÀS SECRETARIAS ESTADUAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA:

- 201.** Que sejam realizados, através de parcerias com os movimentos sociais, formações, informações e treinamentos específicos sobre as práticas e experiências de homens trans/transmasculinizados/transmasculinizados vivendo no Brasil, assim como uma rigorosa fiscalização dos órgãos e suas gestões no que concerne a violações de direitos humanos.

202. Que se respeitem a identidade e o uso do nome social nos boletins de ocorrência, assim como que se garanta que, nas revistas policiais, não haja qualquer tipo de violência e constrangimento à pessoa que será revista;

RECOMENDAÇÕES AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E ÀS SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO:

203. Que se garanta o respeito ao uso do nome social e ao uso dos banheiros de acordo com as identidades de gênero.
204. Que, nos programas educacionais, possa haver debates, diálogos e conteúdos informativos relacionados à população LGBTQIAP+ no combate às violências e exclusões educacionais.

RECOMENDAÇÕES AO MINISTÉRIO DA SAÚDE E ÀS SECRETARIAS ESTADUAIS E MUNICIPAIS DE SAÚDE:

205. Que sejam elaboradas diretrizes para que as escolas de medicina e enfermagem abordem – em suas grades curriculares, em grupos de pesquisa e extensão e em seus eventos acadêmicos – temas como orientação sexual e identidade de gênero, para que, desde a sua formação, os profissionais da saúde conheçam as especificidades das pessoas LGBTQIAP+, em especial as pessoas trans.
206. Que se adotem medidas de sensibilização e capacitação dos profissionais que atuam na área da saúde, assegurando um tratamento igualitário para as pessoas LGBTQIAP+.

RECOMENDAÇÕES AO PODER JUDICIÁRIO:

207. Que o Conselho Nacional de Justiça realize uma pesquisa sobre LGBTQIAP+fobia e Poder Judiciário, a fim de gerar dados públicos que possam combater as práticas LGBTQIAP+fóbicas institucionais e verificar a representatividade LGBTQIAP+ no Poder Judiciário. Esses dados devem conter o elemento raça/cor.
208. Que o Poder Judiciário promova programas de formação para todos os níveis de seus quadros internos, de modo a romper com posturas institucionais LGBTQIAP+fóbicas e racistas.

RECOMENDAÇÕES AO PODER LEGISLATIVO:

209. Que o Congresso Nacional aprove uma legislação específica para a criminalização da LGBTQIAP+fobia, demonstrando um compromisso do Estado brasileiro para o combate à discriminação LGBTQIAP+fóbica no país.
210. Que o Congresso Nacional, assembleias legislativas e as câmaras municipais criem estatutos para a proteção dos direitos das pessoas LGBTQIAP+, assim como já exis-

te o Estatuto da Igualdade Racial. Esse estatuto deve levar em conta as experiências e urgências das pessoas LGBTQIAP++ negras, com medidas específicas.

RECOMENDAÇÕES ÀS DEFENSORIAS PÚBLICAS:

211. Que as Defensorias Públicas criem protocolos que busquem formas integradas de realizar o atendimento da população transmasculina, inclusive com a atuação de profissionais do serviço social e da psicologia, sempre que necessário.

RECOMENDAÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO:

212. Que o Ministério Público empreenda programas de capacitação de seu quadro técnico em todos os níveis, em parceria com a sociedade civil, a fim de combater práticas institucionais LGBTQIAP+fóbicas.

RECOMENDAÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO:

213. Que o Ministério Público do Trabalho (MPT) empreenda campanhas específicas sobre a população de homens trans/transmasculinos/transmasculines, a fim de garantir critérios justos de seleção, promoção, salários e condições de trabalho, por meio de estratégias institucionais coordenadas para a promoção dos direitos dessa população no ambiente de trabalho.

RECOMENDAÇÕES À SOCIEDADE CIVIL:

214. Que as organizações da sociedade civil que produzem dados sobre a população LGBTQIAP+ adotem uma metodologia unificada para a elaboração de seus informes, buscando aperfeiçoar maneiras de retirar a invisibilidade dos homens trans/transmasculinos/transmasculines no Brasil.

RECOMENDAÇÕES À COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E ÀS ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS:

215. Que sejam publicados relatórios e pesquisas com informações sobre a população de homens trans/transmasculinos/transmasculines vivendo no Brasil, adotando-se uma leitura interseccional sobre a realidade vivida por essa população.

ANEXO: BREVE APRESENTAÇÃO DO GRUPO DOS/ES HOMENS TRANS/TRANSMASCULINOS/TRANSMASCULINES QUE AJUDARAM NA COMPOSIÇÃO DESTE TRABALHO.

- 216.** Este relatório é o resultado das necessidades pautadas e apresentadas por nós, homens trans/transmasculinos/transmasculines, vivendo no Brasil. Nos dias 01, 02, 03, 04 de dezembro de 2019, Rogers Sabóia, Leonardo Luiz, Kaio Lemos e outras pessoas transmasculinas participaram do I Encontro Nacional da Rede de Mulheres Travestis e Transexuais e Homens Trans Vivendo e Convivendo com HIV/AIDS (RNTTHP), na cidade de Recife – Brasil, em que foram apresentados resultados das pesquisas nacionais em relação à política de HIV/AIDS/IST's no Brasil. Em decorrência da ausência de contabilização de pessoas transmasculinas na apresentação do Ministério da Saúde, iniciou-se um debate acerca da invisibilização das transmasculinidades em âmbito institucional e histórico-nacional, culminando em uma reunião com Rogers Sabóia, Leonardo Luiz e Kaio Lemos e na criação de um grupo de WhatsApp voltado para informações sobre a comunidade transmasculina. Em seguida, este grupo deu origem a um estudo de casos sobre a atual situação no Brasil de homens trans/transmasculinos/transmasculines vivendo e convivendo com HIV/AIDS/IST's. Assim, um mapeamento específico sobre HIV/AIDS/IST's e homens trans/transmasculinos/transmasculines vivendo no Brasil foi alavancado. Logo após, outras pessoas transmasculinas receberam convites para compor a equipe e a construção dos materiais: Bernardo Mota, Bruno Pfeil e Enzo Gabriel.
- 217.** Mais à frente, em junho de 2020, a Revista Estudos Transviades integrou-se à organização do mapeamento, destacando a importância de se tomar conhecimento da situação atual de pessoas transmasculinas na pandemia/COVID-19. A Revista, idealizada por pessoas transmasculinas, surge como uma iniciativa para criar um espaço de acolhimento e divulgação de produções de pessoas transmasculinas, a partir de uma abordagem interseccional e decolonial e repudiando qualquer manifestação de racismo, LGBTIfobia, machismo, xenofobia, capacitismo, classismo, gordofobia, entre demais opressões estruturais, de forma que mapeamento também fosse delineando por essa perspectiva. A coordenação da Revista Estudos Transviades, composta, na época, por CelloLatini, Thárcilolpá, Nicolas Pustilnick, Bruno Pfeil, Theo Souza e Kaio Lemos, passaram a mapear a situação de homens trans/transmasculinos/transmasculines no Brasil vivenciando a atual situação de pandemia/COVID-19.
- 218.** Diante do presumido, havia dois mapeamentos a serem apresentados: um sobre HIV/AIDS/IST's e outro sobre os conflitos evidenciados na pandemia, ambos relacionados à população transmasculina.

- 219.** No final de junho de 2020, Kaio Lemos foi convidado por Raça e Igualdade a realizar uma consultoria, em que apresentou os dois mapeamentos construídos e propôs uma ampliação dos projetos já desenvolvidos para um único mapeamento englobando todas essas questões e outras mais. Com isso, surge o Mapeamento Geral de Homens Trans/Transmasculinidades no Brasil, em parceria com Raça e Igualdade
- 220.** Iniciamos a produção do mapeamento através de reuniões semanais, a fim de ampliar, com outras pautas e demandas para além das questões de HIV/AIDS/IST's e COVID-19, a formulação do mapeamento geral, que teve como objetivo a apresentação, problematização e a discussão de diversas necessidades e demandas da população de Homens Trans/Transmasculinidades vivendo no Brasil. Temos conhecimento da quase inexistência de estudos, dados e levantamentos quantitativos e qualitativos relacionados à população Transmasculina em nosso país. Nesse sentido, almejamos, com este mapeamento e através das análises do mesmo, uma compreensão mais aprofundada de nossas demandas, de nossos territórios e individualidades, dos vetores que nos atravessam interseccionalmente.

A DOR E A DELÍCIA DAS
TRANSMASCULINIDADES
NO BRASIL:
DAS INVISIBILIDADES ÀS DEMANDAS



@raceandequality



www.raceandequality.org